UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEMIÓTICA E LINGUÍSTICA GERAL

PAULA ROBERTA GABBAI ARMELIN

**Sentenças Bitransitivas do
Português do Brasil Revisitadas à
Luz da Teoria de Núcleos
Funcionais Aplicativos**

São Paulo 2011

PAULA ROBERTA GABBAI ARMELIN

**Sentenças Bitransitivas do
Português do Brasil Revisitadas
à Luz da Teoria de Núcleos
Funcionais Aplicativos**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral do Departamento de Linguística da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de mestre em linguística.

ORIENTADORA: ANA PAULA SCHER

“De acordo” do orientador

Assinatura: _____
Departamento de Linguística da USP

Versão Revisada

São Paulo 2011

PAULA ROBERTA GABBAI ARMELIN

**Sentenças Bitransitivas do
Português do Brasil Revisitadas
à Luz da Teoria de Núcleos
Funcionais Aplicativos**

Banca examinadora

Prof^a. Doutora Ana Paula Scher

Instituição: Universidade de São Paulo
Presidente

Prof^a. Doutora Esmeralda Vailati Negrão

Instituição: Universidade de São Paulo
Titular

Prof. Doutor Carlos Miotto

Instituição: Universidade Federal de Santa Catarina
Titular

**Aos meus pais, Paulo e Vera, e
ao meu tato, Paulinho.**
por simplesmente tudo.

À Ana Paula Scher,
meu melhor espelho.

AGRADECIMENTOS

Se tem algo que aprendi durante os meus poucos anos de pesquisa é a impossibilidade de fazê-la sozinha. Por isso, eu preciso reconhecer a imensa Sorte (ou seja lá o nome mais apropriado) que tive de encontrar pessoas tão especiais em meu caminho. Esses agradecimentos ultrapassam, de maneira inexplicável, a formalidade da dissertação e é produto de uma alma profundamente impressionada com a generosidade e amizade de seus companheiros de jornada.

Querida orientadora, Ana Paula Scher, obrigada pela sua confiança e pela sua dedicação durante todos esses anos. Obrigada pela sua amizade, pelos seus abraços e pelos seus sorrisos. Obrigada por ser tão amável, tão humana e tão competente em tudo que faz.

Professores todos do Departamento de Linguística da USP, como é estimulante acompanhar o trabalho incansável de vocês. Muito obrigada pelas excelentes disciplinas oferecidas e pela seriedade com que tratam o trabalho dos alunos. Em especial, quero agradecer à Esmeralda Vailati Negrão e ao Paulo Chagas de Souza pela atenção dada ao meu trabalho na banca de qualificação.

Aos competentíssimos funcionários do DL, Érica Flávia de Lima, Ben Hur Euzébio e Robson Dantas. Não fossem vocês, eu certamente me perderia em meio a tantos formulários e tantos prazos. Obrigada por me tratarem com tanta delicadeza.

Ao CNPq pela bolsa concedida durante todo o desenvolvimento dessa dissertação.

Queridos colegas do GREMD (Grupo de Estudos em Morfologia Distribuída), Rafael Minussi, Indaiá Bassani, Fabiana Baldim, Aline Roderio, Sonia Rocha, Vitor Nóbrega e Kamunijin Tanguelê, os dois últimos recém chegados, mas já muito queridos.

João Paulo Cyrino e Julio Barbosa, meus dois queridos geniozinhos. Obrigada pelas conversas, pelo carinho, pelas críticas e pelo incentivo.

Às minhas colegas de apartamento, Natália Schwarz, Mariana Pesirani, e Pollyana Büll, que me emprestaram suas intuições e, mais do que isso, deram-me colo quando as coisas pareciam difíceis.

À minha comadre amada, Greici Kelly Mass, melhor amiga que eu poderia encontrar e que me deu de presente minha afilhada querida Annys Vitoria. Muito obrigada pelo amor de vocês e também pela paciência com que compreenderam a minha ausência. Ao querido Tiago Morente, que me deu suporte, escutou minhas reclamações sem fim e me tratou com açaí e chocolate.

Pai, Paulo Armelin, mãe, Vera Armelin e tato, Paulo Roberto Gabbai Armelin, você são o que de melhor existe em mim. Amo com toda a força, amo com toda a sinceridade, amo de um jeito que não vou conseguir explicar...

Enfim, agradecer é sempre tarefa difícil e certamente estão faltando pessoas aqui. A todos que estão nomeados e àqueles cujo nome por hora me escapa, que recebam em dobro tudo o que fizeram por mim.

ARMELIN, Paula Roberta Gabbai. **Sentenças bitransitivas do português do Brasil revisitadas à luz da teoria de núcleos funcionais aplicativos**. 2011. Dissertação - Mestrado em Semiótica e Linguística Geral. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo 2011.

RESUMO

Este trabalho revisita as sentenças bitransitivas do Português do Brasil (PB) a partir de dois aspectos que consideramos ser fundamentais para descrever e explicar a bitransitividade nessa língua: (a) a possibilidade de alternância entre as preposições *a* e *para* na introdução do elemento indireto e (b) a possibilidade de alternância na ordem dos complementos do predicado verbal. Nesse mesmo sentido, surgem como questão os dados do dialeto falado no português da Zona da Mata Mineira (PBM), já atestado e investigado em Scher (1996), em que verificamos a possibilidade de omissão da preposição, mas uma manutenção da possibilidade de alternância da ordem dos complementos verbais.

Para dar conta do primeiro aspecto em questão, apoiamo-nos na proposta de núcleos funcionais Aplicativos introdutores de argumento nos moldes de Pylkkänen (2002). A escolha teórica se justifica pelo fato de a presença da preposição *a* gerar sentenças não-ambíguas em que uma relação semântica de transferência de posse, representada por um Aplicativo Baixo, nos termos de Pylkkänen (2002), é estabelecida entre os dois complementos verbais. A escolha da preposição *para*, por outro lado, gera sentenças ambíguas entre essa mesma relação de transferência de posse e o estabelecimento de uma espécie de beneficiário do evento, esse último representado por um Aplicativo Alto, também nos termos de Pylkkänen (2002). A partir daí, propomos que os argumentos de um verbo bitransitivo são inseridos via uma projeção funcional que licencia ambos os elementos e estabelece a relação semântica adequada entre eles.

Para o PB, a nossa proposta é a de que a preposição seja a realização fonológica do núcleo da projeção Aplicativa. Mais especificamente para a variante do PBM, a nossa análise é a de que o mesmo núcleo Aplicativo esteja presente, sem a realização fonológica da preposição, mas com a mesma constituição de traços formais das sentenças do PB. A hipótese que daí se segue é que uma operação morfológica, sem consequências sintáticas, seja responsável pela ausência dessa preposição. Um modelo teórico separacionista, em que a sintaxe trabalha com traços formais e não fonológicos e em que a inserção de fonologia acontece depois de operações sintáticas e morfológicas, tal como a Morfologia Distribuída (Halle & Marantz, 1993), surge, então, como perspectiva de análise.

Para dar conta da possibilidade de alternância na ordem dos complementos em sentenças bitransitivas do PB e do PBM, propomos, então, que aspectos informacionais sejam responsáveis pelo licenciamento dessas estruturas. Sugerimos, com Scher (1996), que a ordem VPPNP, no PB e, possivelmente, VNPNP, no PBM, em entonação normal, revela o caráter de Tópico do elemento colocado entre o verbo e o objeto direto e, assim, finalizamos nossa proposta apoiadas em Armelin (2009), em especial, no quadro teórico do modelo cartográfico, nos moldes de Rizzi (1997) e Belletti (2002). Esses autores, explodindo respectivamente CP e a periferia de VP, encontram aí crucialmente posições informacionais de Foco e Tópico. A nossa proposta, nesse sentido, é a de que o aspecto informacional, a saber, a movimentação de um elemento para a posição de especificador da projeção de Tópico, será responsável pelo licenciamento da ordem VPPNP nos dados do PB.

Palavras-Chaves: Bitransitividade; Aplicativos; Estrutura Argumental; Preposição
Topicalização

ARMELIN, Paula Roberta Gabbai. **Ditransitive sentences in Brazilian Portuguese revisited under the light of the functional applicative heads.** 2011. Thesis (Master Degree) - Semiótica e Linguística Geral. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo 2011.

ABSTRACT

This work revisits ditransitive sentences in Brazilian Portuguese (BP) guided by two fundamental aspects on the description and explanation of the ditransitivity in this language: (a) the possibility of the alternation between the prepositions a ('to') and para ('for') in the introduction of the indirect element and (b) the possibility of alternation in the order of the verbal predicate complements. In this sense, the data of a Brazilian dialect spoken at the Zona da Mata Mineira (PBM), attested and investigated in Scher (1996), emerge as a question. In this dialect it is possible to omit the preposition even if the possibility of verbal complements order alternation is maintained.

The investigation of the first aspect is based in the theory of functional Applicative heads proposed by Pylkkänen (2002). This theoretical choice is justified by the fact that the a ('to') preposition creates non ambiguous sentences in which a semantic relation of possession transference, represented by a Low Applicative (Pylkkänen, 2002), is established between the two complements of a ditransitive predicate. The presence of the para ('for') preposition, creates ambiguous sentences between the possession transference relation and the establishment of an event beneficiary, this last one represented, in Pylkkänen (2002), by a High Applicative.

This work proposes that the arguments of a ditransitive predicate is inserted by a functional projection that licenses both elements and performs the right semantic relation between them. For the PB, it's proposed that the preposition is the head of such

functional projection. Specifically for the PBM data, this work proposes that the very same functional projection is present, without the phonological realization of the preposition, but with the same morphosyntactic traces constitution. A morphological operation, without syntactic consequences, is responsible for the absence of this preposition

The investigation of the possible alternation in the order of the complements in the PB and PBM ditransitive sentences is based on informational aspects. It is suggested, with Scher (1996), that the VPPNP order reveals the Topic function of the element located between the verb and the direct object. The structure proposed to this word order is based in the cartographic model, specifically in Rizzi (1997) and Belletti (2002). These authors, exploring CP and the periphery of VP respectively, propose the existence of informational positions, like Focus and Topic. Our hypothesis, then, is that the movement of an element to the Topic specifier position is responsible for the grammaticality of the order VPPNP in BP data.

Key-words: *Ditransitivity; Applicatives; Argument Structure; Preposition; Topicalization.*

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – APRESENTAÇÃO DA PESQUISA.....	15
1.1 Introdução.....	15
1.2 Elementos da Estrutura Argumental	19
1.2.1 O núcleo <i>Voice</i>	20
1.2.2 Os Aplicativos	22
1.2.3 Os Verbalizadores	23
1.3 Descrição dos Dados de Análise.....	25
1.4 As Hipóteses.....	31
1.5 Organização da Dissertação.....	32
CAPÍTULO 2 – OS DADOS DO PB E A LITERATURA.....	34
2.1 Apresentando o Fenômeno da Alternância Dativa	35
2.2 Núcleos Funcionais Aplicativos: Pylkkänen (2002).....	38
2.2.1 Discussão: Pylkkänen (2002) e os Dados do PB(M).....	44
2.3 Apresentando o Fenômeno de Redobro do Clítico	48
2.3.1 Sobre o Espanhol	48
2.3.2 Sobre o Português Europeu	50
2.4 Os Aplicativos no Espanhol: Cuervo (2003)	52
2.4.1 Discussão da Proposta de Cuervo (2003)	57
2.5 Os Aplicativos no Português Europeu: Torres-Morais (2007)	59
2.5.1 Discussão: Torres-Morais (2007) e os dados do PB(M).....	62
2.6 A Flexibilidade da Alternância Dativa	66
2.7 A Alternância Dativa e Suas Assimetrias	68

2.7.1 A Ligação de Anáforas	68
2.7.2 A Ligação de Possessivos	71
2.7.3 O Cruzamento Fraco	73
2.7.4 Resumo das Assimetrias na Alternância Dativa	76
2.8 A Ausência de Objeto Duplo no PBM	77
2.8.1 Scher (1996) e os dados do PBM	77
2.8.1.1 A Liberdade no Ordenamento de Constituintes.....	78
2.8.1.2 A Omissão da Preposição sem “inversão” dos complementos.....	78
2.8.1.3 A Omissão da Preposição com Objeto Direto não- Explícito.....	79
2.8.1.4 Passivização.....	79
2.8.1.5 Relativização e Fronteamento do Pronome Interrogativo....	80
2.8.1.6 Cognatos no PB(M) dos verbos <i>donate</i> , <i>contribute</i> e <i>distributed</i> do inglês	80
2.8.2 As Sentenças do PBM na visão de Pujalte (2008)	81
2.9 Conclusão do Capítulo	83
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DE DADOS DO PB	85
3.1 Retomando Algumas idéias	86
3.2 Os Dativos como Classe Sincrética: Pujalte (2009)	87
3.2.1 Os Diagnósticos de Pujalte (2009) de os dados do PB.....	94
3.2.1.1 O Diagnóstico das Nominalizações	95
3.2.1.2 O Diagnóstico dos Objetos Nulos.....	97
3.2.1.3 O Diagnóstico das Construções Passivas	98
3.2.1.4 O Diagnóstico das Construções com ‘fazer’	100

3.2.1.5 Conclusões sobre os Diagnósticos de Pujalte (2009)	101
3.3 A Preposição <i>a</i> e a Bitransitividade	102
3.4 Os Testes de Constituintes	106
3.4.1 A Topicalização	107
3.4.2 A Clivagem	109
3.4.3 Os Fragmentos de Sentenças	111
3.4.4 Conclusões sobre a Formação de Constituintes.....	113
3.5 E Quem Determina o Número de Argumentos?	113
3.6 Mas Quem é Argumento de Quem?	121
3.6.1 O Elemento Preposicionado	121
3.6.1.1 O Licenciamento do Objeto Indireto	123
3.6.2 O Tema	126
3.6.3 O Beneficiário é Adjunto	128
3.6.4 Afinal, Existem Aplicativos no PB?	133
3.7 A Ausência de Preposição no PBM e o Modelo da Morfologia Distribuída	137
3.8 A Proposta Sintática	139
3.9 Conclusão do Capítulo	142
CAPÍTULO 4 – ASPECTOS INFORMACIONAIS: RESGATANDO A ORDEM VPPNP	144
4.1 Scher (1996): o Tópico em Adjunção	144
4.2 Rizzi (1997-2008) e Belletti (1999-2002): A Expansão de CP e da periferia de VP	146
4.3 Quarezemin (2005): A Explosão de CP e IP no PB.....	148
4.4 Tópico em Adjunção x Tópico em Posição Nuclear	153

4.5 Armelin (2008): Estrutura Sintática para os dados do PB	154
4.6 Conclusão do Capítulo.....	161
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	164

CAPÍTULO 1 - APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

O primeiro capítulo desta dissertação é voltado para uma apresentação da pesquisa. O objetivo é familiarizar o leitor com o foco do trabalho, com os dados de análise, apresentar as ferramentas teóricas empregadas e lançar, desde já, as hipóteses que serão desenvolvidas ao longo da dissertação. Para tanto, o capítulo em questão está organizado da seguinte maneira: na seção 1.1 há uma introdução do trabalho, em que expomos, em linhas gerais, o percurso teórico realizado e nossa perspectiva de análise da bitransitividade. A seguir, na seção 1.2, fazemos um breve recorte a respeito dos elementos que participarão da estruturação de argumentos a ser proposta. A seção 1.3, por sua vez, é composta por uma descrição dos dados que estão sendo colocados sob análise nesta pesquisa. A partir daí, lançamos, na seção 1.4, as hipóteses que moldam a proposta e, na seção 1.5, que finaliza o capítulo, delineamos a organização desta dissertação.

1.1 INTRODUÇÃO

Apesar de bastante discutidas no quadro da Gramática Gerativa, sentenças contendo verbos que se constroem com dois argumentos internos ainda apresentam aspectos bastante interessantes a serem abordados. Em especial, o licenciamento desses argumentos, bem como a relação de cada um deles com o núcleo verbal têm sido amplo objeto de debate. Assim, este trabalho revisita sentenças bitransitivas do português do Brasil, doravante PB, atentando para o estatuto e lugar sintático dos elementos que a compõem, no âmbito da estrutura argumental de evento.

Para tanto, a bitransitividade será aqui analisada a partir de dois aspectos que consideramos fundamentais para a descrição e explicação de tal fenômeno no PB: (i) a

possibilidade de alternância entre as preposições *a* e *para* na introdução do chamado objeto indireto e (ii) a possibilidade de alternância na ordem dos complementos de um predicado bitransitivo. Diante desses fatores, despontam também como questão os dados da variante do PB falada na Zona da Mata Mineira, doravante PBM, investigada e atestada em Scher (1996). No PBM, há, em contexto adequado, possibilidade de omissão da preposição, o que resulta na ordem VNPNP, tal como linearmente ocorre na variante de objeto duplo da alternância dativa no inglês. Basicamente, os dados relevantes para a nossa análise podem ser vistos abaixo:

(1) a. O João deu o livro <u>ao</u> Pedro. b. O João deu o livro <u>para o</u> Pedro. c. O João deu <u>ao Pedro</u> o livro. d. O João deu <u>para o Pedro</u> o livro	<p>} Alternância de Preposição</p> <p>} Alternância de Ordenação -
em relação à (1ab)</p>	→	Dados do PBM
(2) a. O João deu o livro o Pedro. b. O João deu o Pedro o livro.			

Será preciso, no entanto, definir quais são os limites do que poderá ser considerada uma sentença bitransitiva propriamente dita nesta pesquisa. A solução para essa questão será apresentada em duas frentes: uma delas descritiva, apoiada na divisão entre dativos argumentais e não-argumentais proposta em Pujalte (2009), e a outra estrutural, apoiada na proposta de núcleos Aplicativos de Pylkkänen (2002).

Através dos diagnósticos sintáticos e semânticos utilizados em Pujalte (2009), notaremos que o que a autora chama de dativo argumental são complementos de predicados verbais que, no PB, permitem a preposição *a* como possibilidade de seleção; enquanto os verbos que se compõem com os dativos não-argumentais são aqueles que não aceitam essa mesma preposição na introdução do elemento indireto. Tal fato aliado à proposta de Scher (1996) para o PBM, de que a preposição só pode ser omitida nesse dialeto quando a preposição *a* for uma possível introdutora de um dos argumentos

verbais, leva-nos a propor que a preposição *a* seja a verdadeira introdutora de argumento no PB. Em termos descritivos, sentenças bitransitivas no PB são, portanto, aquelas em que o predicado verbal que as compõem aceita a preposição *a* como possibilidade de seleção e, como consequência de tal proposta, o que o PBM pode omitir passa a ser, portanto, analisado como a preposição que introduz um argumento verdadeiro do predicado verbal e, por isso mesmo, previsto na estrutura argumental do verbo.

No que diz respeito, especificamente, à alternância entre as preposições *a* e *para*, tomamos como ponto de partida teórico a proposta de núcleos funcionais Aplicativos introdutores de argumentos presente em Pylkkänen (2002). A escolha teórica se justifica pelo fato de que, nos dados do PB, a introdução da preposição *para* gera sentenças ambíguas entre as semânticas veiculadas pelos dois tipos de núcleos Aplicativos propostos por Pylkkänen (2002), a saber, o Alto e o Baixo. Já a seleção da preposição *a*, gera sentenças não-ambíguas, em que a semântica veiculada é essencialmente a de Aplicativo Baixo.

Veremos ainda que uma correlação bastante forte vem sendo estabelecida entre o fenômeno da alternância dativa e a presença do núcleo Aplicativo. Em geral, assume-se, como Pylkkänen (2002), Cuervo (2003) e Torres-Morais (2007), que a variante de duplo objeto tem um de seus argumentos adicionado através de um núcleo funcional. Assim, Cuervo (2003), analisando dados do espanhol, propõe que sentenças que apresentam o redobro do clítico possuem essencialmente as mesmas características das sentenças de objeto duplo do inglês e se compõem, portanto, com um núcleo funcional Aplicativo em sua estrutura. Já para os dados do português europeu, doravante PE, Torres-Morais (2007) propõe que argumentos que estão em distribuição complementar

com o clítico dativo de terceira pessoa (*lhe*), também devem ser adicionados na estrutura através de um Aplicativo.

Será essencial, nesse sentido, verificar se e em que medida as assimetrias detectadas desde cedo (Barss & Lasnik, 1986; Larson, 1988; Jackendoff, 1990) entre as variantes da alternância dativa estão presentes em dados do PB(M). O que veremos, no entanto, é que os diagnósticos que detectam tais assimetrias não são nada conclusivos quando o que está em jogo são os dados de sentenças bitransitivas do PB(M). De qualquer forma, esses mesmos diagnósticos evidenciam, de maneira bastante interessante, uma semelhança entre os julgamentos obtidos para o PB e para o PBM. Esse fato nos leva a pensar que, apesar das aparentes diferenças, as mesmas estruturas estão em jogo no PB e na sua variante da Zona da Mata Mineira. Assim, nossa proposta é a de que o PB, como um todo, é uma língua que, de fato, não participa da alternância dativa.

Isso não implica, no entanto, que ela não possua núcleos do tipo Aplicativo na estruturação da sua bitransitividade. A nossa hipótese é a de que os argumentos requeridos em um contexto bitransitivo são ambos introduzidos por um núcleo funcional do tipo Aplicativo Baixo, responsável tanto pelo licenciamento desses elementos, quanto pela relação semântica estabelecida entre eles. Estruturalmente, uma sentença bitransitiva é aquela que apresenta uma projeção Aplicativa em sua estrutura. Quanto à semântica de Aplicativo Alto, a saber, a de beneficiário do evento, diremos que ela será licenciada no PB(M) através do processo de adjunção.

No que diz respeito à possibilidade de alternância na ordem dos complementos do predicado bitransitivo no PB(M), proporemos que ela está fortemente relacionada a aspectos informacionais, em especial, ao caráter de Tópico do elemento colocado entre o verbo e o objeto direto quando a ordem é VPPNP para os dados do PB, tal como

apontado em Scher (1996). Dessa forma, utilizaremos como apoio as propostas cartográficas, nos moldes de Rizzi (1997) e Belletti (2002), que explodindo, respectivamente, as periferias de CP e VP, encontram aí, crucialmente, posições de Tópico e de Foco.

A proposta que amarra os aspectos de alternância da preposição e de alternância da ordem dos complementos de um verbo bitransitivo no PB estará baseada, então, na realização dos traços formais do núcleo Aplicativo introdutor dos argumentos internos de predicados verbais nessa língua. A preposição, ou mais propriamente seus traços, deverá, compor o núcleo de tal projeção funcional e estará presente tanto nos dados do PB, quanto nos dados do PBM. Para explicar os dados desse dialeto nos apoiaremos no quadro teórico da Morfologia Distribuída (Halle & Marantz, 1993), segundo o qual a sintaxe trabalha com traços formais e não com material fonológico propriamente dito. A nossa hipótese é a de que não existam diferenças sintáticas entre as sentenças do PB e do PBM e, uma vez que os traços formais da preposição se fazem presentes, a ordem de argumentos deverá ser VNPPP, tal como na variante preposicionada da alternância dativa nos dados do inglês. A ordem VPPNP para o PB – e possivelmente VNPNP – para os dados do PBM será “resgatada” por uma estratégia de Topicalização do elemento que ocupa a posição entre o verbo e o objeto direto.

1.2 ELEMENTOS DA ESTRUTURA ARGUMENTAL

Esta dissertação se insere, de maneira geral, no âmbito dos debates a respeito de estrutura argumental. Em todos esses debates, faz-se necessário esclarecer quais são as unidades relevantes, bem como quais são os mecanismos de combinação dessas unidades em estruturas mais complexas para que o licenciamento sintático e semântico

dos componentes da sentença possa acontecer. Especificamente no domínio verbal, a tarefa inclui investigar os aspectos de sentido que são estruturalmente relevantes, bem como as peças que licenciam a presença dos argumentos.

Para analisar a bitransitividade, adotamos, neste estudo, a hipótese de que os argumentos de um verbo bitransitivo adquirem a sua interpretação a partir da relação estrutural que estabelecem com outros elementos sentenciais e, nesta subseção, faremos uma introdução dos itens estruturadores que estarão presentes na nossa proposta de explicação de uma estrutura argumental bitransitiva. É importante ressaltar que esses elementos foram pinçados da literatura a partir de intuições e propostas de vários autores, tais como, Kratzer, 1996, Marantz 1997, Pylkkänen 2002, Folli & Harley 2002, entre outros. As motivações para a presença de cada um desses elementos na estrutura final das sentenças bitransitivas do PB será exposta ao longo da dissertação. De maneira geral, propomos que, no licenciamento da bitransitividade, estarão presentes:

- (a) *Voice*: responsável pela introdução do argumento externo (Kratzer, 1996);
- (b) v_{DO} : responsável por categorizar a raiz e pelo licenciamento da projeção de Aplicativo;
- (c) Aplicativo Baixo: responsável pelo licenciamento sintático e semântico dos dois argumentos internos de um verbo bitransitivo.

1.2.1 O NÚCLEO VOICE

Muitas das teorias contemporâneas a respeito da estrutura argumental assumem algum tipo de assimetria entre o argumento externo e o argumento interno de um predicado verbal. Mais especificamente, Marantz (1984), propõe que tal assimetria advém do fato de que o argumento externo, ao contrário do interno, não é um argumento verdadeiro do verbo. Por essa razão, nas representações lexicais do autor o

argumento externo está sempre ausente e deverá ter seu papel semântico atribuído pelo predicado formado pela junção do verbo com o seu complemento. Vejamos a representação da estrutura de argumentos de alguns predicados verbais no estilo de Marantz (1984):

(3)	<i>buy</i>	(tema)
	‘comprar’	
	<i>give</i>	(tema; alvo)
	‘dar’	
	<i>steal</i>	(tema; fonte)
	‘roubar’	

Essa também é a posição teórica adotada em Kratzer (1996), a saber, a de que o argumento externo não é propriamente um argumento do verbo. Segundo a autora, não fica, no entanto, explícito na proposta de Marantz (1984) como esse argumento externo poderá ser licenciado sintaticamente e, nesse sentido, Kratzer (1996) promove uma implementação das ideias do autor, propondo um núcleo funcional responsável pelo licenciamento semântico e sintático do argumento externo, o núcleo *Voice*. Esse núcleo funcional relaciona o argumento externo ao evento descrito pelo verbo através de uma regra semântica conhecida como Identificação de Evento.

Como consequência da proposta da autora, o significado do argumento externo depende mais da estrutura que das propriedades lexicais da raiz. Daí a pequena quantidade de variação semântica que se tem no argumento em questão, quando comparada às diversas possibilidades de papéis temáticos que um argumento interno pode assumir.

Baseados na hipótese de Marantz (1984) e na implementação de Kratzer (1996), assumimos um núcleo *Voice* introduzindo o argumento externo das sentenças bitransitivas analisadas.

1.2.2 OS APLICATIVOS

Para Pylkkänen (2002), argumentos verbais podem ser divididos em dois diferentes tipos: aqueles que são argumentos verdadeiros do verbo e aqueles que são adicionais, no sentido de que há evidência de que eles não pertençam à estrutura argumental básica do verbo. Aos argumentos adicionais, a autora chamará de argumento aplicado, propondo para seu licenciamento sintático e semântico a presença de um núcleo funcional Aplicativo. Argumentos interpretados como alvo em sentenças de objeto duplo do inglês - tal como o elemento *John* na sentença *Mary gave John a book* - não seriam, para a autora, argumentos do verbo, mas elementos adicionais e, portanto, inseridos via projeção Aplicativa. Há, para a autora, uma espécie de alternância argumental envolvida na comparação entre tais sentenças e a sua contraparte preposicionada – como *Mary gave a book to John* - já que nesse segundo caso ambos os argumentos internos seriam licenciados pelo próprio predicado verbal.

A autora propõe dois tipos de núcleos Aplicativos, a saber, o Alto e o Baixo. No primeiro deles, o núcleo funcional em questão faz a relação entre o verbo e o evento denotado pelo verbo, enquanto no segundo, o Aplicativo relaciona os dois argumentos internos do verbo. Ambos os Aplicativos fariam parte de um inventário de núcleos funcionais disponibilizados pela Gramática Universal. Os dois tipos de núcleos funcionais em questão podem ser vistos abaixo:

APLICATIVO ALTO

APLICATIVO BAIXO

(Adaptado de Pyllkkänen, 2002 – p:19)

Apesar de os Aplicativos estabelecerem, em grande parte dos estudos que se debruçaram sobre eles (Cuervo 2003, Torres-Morais, 2007), uma relação bastante forte com o fenômeno que ficou conhecido como alternância dativa, defenderemos, nesta dissertação, que o PB, uma língua em que este fenômeno não está presente, também fará uso de um núcleo funcional do tipo Aplicativo Baixo para licenciar semântica e sintaticamente os argumentos de um verbo bitransitivo. Para tanto, o Aplicativo terá um funcionamento consideravelmente diferente da proposta original. Cuidaremos mais propriamente desse assunto nos capítulos 3 e 4 da dissertação.

1.2.3 OS VERBALIZADORES

Adotamos, com Marantz 1997, a hipótese de que as categorias nome, verbo, etc. não pré-existem à estrutura sintática, bem ao gosto de um dos avanços da Gramática Gerativa, conhecido como Morfologia Distribuída (Halle & Marantz, 1993). Nesse modelo de gramática, as raízes são acategoriais e seu estatuto categorial será estabelecido por um núcleo funcional com o qual a raiz se junta. Esse *merge* deverá

estar sujeito à compatibilidade entre a raiz e o núcleo categorizador para que a derivação possa convergir.

Nessa linha de raciocínio, muitas são as propostas de sabores para os categorizadores verbais. Cuervo (2003), por exemplo, defende a existência de três tipos de núcleos funcionais verbalizadores responsáveis pela estrutura de evento do predicado: *vDO*, *vGO* e *vBE*, sendo que os dois primeiros introduzem eventos dinâmicos, enquanto o último introduz eventos estativos. Alguns predicados complexos, como as causativas e as incoativas, por exemplo, podem ser estruturados a partir da combinação entre dois introdutores de eventos simples.

Se propostas como a de Marantz (1997) e Cuervo (2003) estão no caminho certo, ou seja, se, de fato, a categoria não é uma propriedade da raiz, também é de se supor que a transitividade do verbo, ou ainda, o número de argumentos que um predicado verbal deve ter também não é uma propriedade da raiz, mas sim de uma espécie de núcleo verbalizador que, ao se concatenar com a raiz, origine essas informações. Exemplos de alternância na estrutura de argumentos de um verbo podem, nesse sentido, ser resultado de variação no sabor do núcleo categorizador, bem como nas relações estruturais estabelecidas entre os categorizadores e os outros elementos sentenciais. É dentro dessa linha de raciocínio, que adotaremos um categorizador verbal do tipo *vDO*, cujo especificador licenciará, em sentenças bitransitivas, uma projeção de Aplicativo responsável por fazer a relação sintática e semânticas dos dois argumentos de um contexto bitransitivo.

1.3 DESCRIÇÃO DOS DADOS DE ANÁLISE

Nesta seção, trazemos uma descrição¹ dos dados que estão sendo colocados sob investigação para, a partir dela, propor algumas generalizações e tentativas de análises que deem conta de representar o fenômeno da bitransitividade no PB.

Um primeiro ponto a ser ressaltado é que, no PB como um todo, as preposições *a* e *para* podem se alternar na introdução do elemento indireto em sentenças bitransitivas:

- (4)
- a. O João deu o livro ao Pedro.
 - b. O João deu o livro para o Pedro.
 - c. O professor comunicou a notícia ao diretor.
 - d. O professor comunicou a notícia para o diretor.

Serão também objeto de análise desta pesquisa, as sentenças bitransitivas do PB nas quais somente a preposição *para* é possível de ocorrer, na medida em que a presença da preposição *a* tem como resultado sentenças agramaticais²:

- (5)
- a. *O João construiu a casa ao Pedro.
 - b. O João construiu a casa para o Pedro.
 - c. *A Maria cozinhou o bolo ao Pedro.
 - d. A Maria cozinhou o bolo para o Pedro.

Especificamente quanto aos dados do dialeto do PBM, em que há possibilidade de omissão da preposição, Scher (1996) aponta que tal fenômeno só ocorre nos casos em que a preposição *a* é uma possibilidade para a introdução de um dos argumentos

¹ Optamos por colocar a descrição dos dados relevantes já no primeiro capítulo da dissertação porque o percurso desenvolvido nos demais capítulos depende, em grande parte, do funcionamento e das propriedades aqui sistematizadas.

² Não estão sendo contemplados, nesta seção, os dados de sentenças bitransitivas do PB em que somente a preposição *a* aparece como possibilidade de seleção do predicado verbal. A nossa impressão é que, na grande maioria desses casos, a preposição *para* já começa a despontar como possível introdutora de argumentos, como acontece com os verbos *requer* e *solicitar*, por exemplo.

internos do verbo. Se somente a preposição *para* for possível, o resultado com a omissão da preposição é agramatical:

- (6) **a.** O João deu o Pedro o livro.
 b. O professor comunicou a notícia o diretor.
 c. *O João construiu a casa o Pedro.
 d. * A Maria cozinhou o bolo o João.

Nesse mesmo sentido, quando a preposição *a* é selecionada, temos a formação de sentenças não-ambíguas em que necessariamente uma relação semântica se estabelece entre os dois complementos do verbo. Por outro lado, a escolha da preposição *para* instaura, tanto no PB quanto no PBM, uma ambiguidade entre as semânticas possíveis. Vejamos abaixo os contextos que exemplificam as duas interpretações possíveis quando tratamos da preposição *para*:

- (7) O João deu o dinheiro **para o** pai.

Contexto (a): O pai estava precisando de dinheiro para pagar a parcela do carro. O João tinha um dinheiro sobrando, então *o João deu o dinheiro para o/ ao pai*.

Contexto (b): O pai precisava dar o dinheiro para a Maria, mas justo na hora em que a Maria passou para receber o dinheiro, o pai não estava em casa, então *o João deu o dinheiro para o pai*³.

- (8) O João enviou a carta **para o** pai.

Contexto (a): O João estava morando longe de casa e sentiu saudades do pai, então *O João enviou uma carta para o/ ao pai*.

Contexto (b): Era dia do aniversário da Maria, que estava morando longe do pai. Com saudades, o pai queria mandar uma carta para ela, no entanto ele não tinha condições de ir até o correio, então *o João enviou a carta para o pai*⁴.

³ Repare que tal interpretação só será possível se um argumento alvo, mesmo que não explícito na sentença, for informação dada no contexto e compartilhada pelos falantes.

⁴ Idem.

É importante ressaltar que, no que diz respeito ao PBM, a preposição só será omitida quando o que estiver em jogo forem as semânticas do tipo das evidenciadas pelos contextos (a) das sentenças em (7) e (8). Dessa forma, o elemento que pode ser chamado de beneficiário só será expresso no PBM com a presença da preposição *e*, mais especificamente, da preposição *para*. Daí a restrição sobre a omissão da preposição, que só será possível com predicados que aceitem a preposição *a* como possibilidade de seleção.

Outro ponto interessante a ser ressaltado é que, em sentenças do PB como um todo, nas quais há somente um sintagma preposicional, sendo este encabeçado por *para* a interpretação de beneficiário só acontece se o verbo em questão não “prevê” um argumento alvo ou se esse alvo for uma interpretação compartilhada pelos falantes. Fora de contexto, a interpretação *default* é exatamente aquela veiculada pela própria preposição *a*.

- (9) **a.** A Maria comunicou a notícia ao [professor]_{alvo}.
 b. A Maria comunicou a notícia para o [professor]. → Interpretação default de alvo

Novamente com a preposição *para* em (9b), mas não com a preposição *a* em (9a), estamos diante de uma sentença ambígua. A ambiguidade é a seguinte: (i) a notícia tem como destinatário o próprio professor ou (ii) em favor do professor, a Maria comunicou a notícia a alguém que não está explícito na sentença. Para essa segunda interpretação ocorrer é preciso que o alvo, mesmo que não explícito, seja, de alguma maneira, interpretado. Caso contrário, o elemento introduzido pela preposição será ele mesmo interpretado como alvo.

Dada a ambiguidade relacionada à presença da preposição *para*, mas não à preposição *a*, é possível ter sentenças em que dois sintagmas são introduzidos pela preposição *para*. Interessante ressaltar que tal possibilidade fica mais evidente em

contextos de imperativo. Dois sintagmas encabeçados pela preposição *a*, geram, por sua vez, sentenças agramaticais, pois dois elementos passam a competir por um mesmo papel semântico.

- (10) a. Entrega o trabalho [pro professor]_{alvo} [pra Paula]_{beneficiário}.
b. A Ana escreveu a carta [pra Paula]_{alvo} [pro pai]_{beneficiário}.

- (11) a. *Entrega o trabalho ao professor à Paula.
b. *A Ana escreveu a carta ao pai à Paula.

O mesmo raciocínio pode ser aplicado aos dados do PBM, ou seja, a agramaticalidade de sentenças contendo dois sintagmas encabeçados pela preposição *a* será novamente verificada e, nesse mesmo sentido, não será possível encontrar as seguintes realizações: (a) dois sintagmas preposicionais encabeçados pela preposição *a*, como em (12a); (b) dois sintagmas com a preposição omitida em uma mesma sentença, como em (12b) e (c) um sintagma com a preposição omitida e outro com a preposição *a* realizada, como em (12c). Em todos esses casos nós teríamos dois elementos competindo pelo mesmo papel semântico.

- (12) a. *A Ana deu o livro [ao Pedro] [ao João].
b. *A Ana deu o livro [o Pedro] [o João].
c. *A Ana deu o livro [o Pedro] [ao João].

Nessa mesma linha de raciocínio, quando na presença de dois sintagmas preposicionais encabeçados por *para*, em entonação normal, tanto no PB quanto no PBM, o elemento interpretado como beneficiário do evento será sempre o último dos PPs. Nesse sentido, em (10a) acima podemos dizer que *a Paula* – e não *o professor* – é beneficiada pelo evento de o trabalho ser entregue, da mesma maneira que em (10b), *o pai* – e não *a Paula* – é beneficiado pelo evento de a carta ser escrita.

É possível, ainda, a construção de sentenças em que há dois PPs presentes, sendo um deles introduzidos pela preposição *a* e o outro pela preposição *para*, como podemos ver em (13) abaixo:

- (13) a. A Ana entregou [o livro]_{tema}[ao Paulo]_{alvo} [pro Pedro]_{beneficiário}.
b. A Ana entregou [o livro]_{tema} [pro Pedro]_{beneficiário} [ao Paulo]_{alvo}.
c. A Ana entregou [ao Paulo]_{alvo} [o livro]_{tema} [pro Pedro]_{beneficiário}.
d. A Ana entregou [pro Pedro]_{beneficiário} [o livro]_{tema} [ao Paulo]_{alvo}.

Nesses casos, parece haver uma considerável liberdade no ordenamento possível entre os complementos do predicado verbal, com a devida alteração prosódica. De qualquer forma, a interpretação de recipiente estará sempre atrelada à preposição *a*, enquanto a preposição *para* irá introduzir o beneficiário. Fica, portanto, claro que o beneficiário não pode ser introduzido pela preposição *a*. Essa liberdade de ordenamento acima verificada nos faz levantar como hipótese a possibilidade de que, independentemente da ordem de superfície, a interpretação de beneficiário, tal como esse papel semântico vem sendo compreendido nos limites desta pesquisa, é, dos papéis relevantes nas sentenças em análise, o último a ser computado, sendo ele dependente da interpretação de um alvo estar ou não presente: na presença de um alvo, o sintagma introduzido pela preposição *para* busca para si outro papel temático; na ausência de um alvo, PP encabeçado por *para* toma para si essa a interpretação.

No que diz respeito aos dados do PBM, a mesma lógica parece se aplicar. Assim, podemos ter um dos sintagmas que complementam o predicado verbal realizado com a omissão da preposição e o outro deles realizado através de um PP encabeçado pela preposição *para*. Tentando manter, nos dados abaixo, a interpretação de *o Paulo* como alvo e de *o Pedro* como beneficiário, vejamos algumas consequências de alteração no ordenamento dos elementos sentenciais: :

- (14) a. A Ana entregou [o livro]_{tema}[o Paulo]_{alvo} [pro Pedro]_{beneficiário}.
 b. A Ana entregou [o livro]_{tema} [pro Pedro]_{beneficiário} [o Paulo]_{alvo}.
 c. A Ana entregou [o Paulo]_{alvo} [o livro]_{tema} [pro Pedro]_{beneficiário}.
 d. A Ana entregou [pro Pedro]_{beneficiário} [o livro]_{tema} [o Paulo]_{alvo}.

Novamente estamos diante de uma considerável liberdade de ordenamento entre os dois complementos em questão. Ao sintagma com a preposição omitida caberá a interpretação de alvo, enquanto ao sintagma com a realização da preposição restará a interpretação de beneficiário.

Por outro lado, quando os dois sintagmas preposicionais são encabeçados pela mesma preposição, ou seja, por *para*, parece haver, então, tanto no PB quanto no PBM, uma espécie de restrição no que diz respeito à ordenação dos complementos verbais. Vejamos os dados em (15), abaixo, tentando manter sempre o constituinte *o estudante* como alvo e o constituinte *o Pedro* como beneficiário:

- (15) a. A Maria entregou o livro [pro estudante]_{alvo} [pro Pedro]_{beneficiário}.
 b. *A Maria entregou o livro [pro Pedro]_{beneficiário} [pro estudante]_{alvo}.
 c. ?A Maria entregou [pro estudante]_{alvo} o livro [pro Pedro]_{beneficiário}.
 d. *A Maria entregou [pro estudante]_{alvo} [pro Pedro]_{beneficiário} o livro.
 e. A Maria entregou [pro Pedro]_{beneficiário} o livro [pro estudante]_{alvo}.
 f. *A Maria entregou [pro Pedro]_{beneficiário} [pro estudante]_{alvo} o livro.

A partir dos dados acima verificamos que não é possível colocar o beneficiário entre o tema e o alvo, como se vê pelos exemplos em (15b) e (15d). Quanto à comparação entre (15e) e (15f), podemos ver que, em ambas, o beneficiário separa o verbo do alvo e do tema. A diferença está no fato que, na primeira delas, há manutenção da ordem tema-alvo, enquanto na segunda, essa ordem é invertida. O que se percebe, portanto, é que, uma boa proposta de estrutura que se apresente para sentenças bitransitivas do PB deverá poder dar conta, também, da má formação de (15b) e (15d), além do contraste entre a má-formação da sentença em (15f) e a boa formação de (15e).

1.4 AS HIPÓTESES

Abaixo estão elencadas as hipóteses construídas ao longo da dissertação e que modelam a estruturação de argumentos em sentenças bitransitivas do PB.

- (a) A subcategorização da transitividade verbal não é uma propriedade da raiz, mas dada pela relação de concatenação entre essa raiz e um núcleo categorizador, bem como pelas relações sintáticas estabelecidas entre esse complexo e outros elementos sentenciais.
- (b) Há uma relação bastante forte entre a formação de um contexto bitransitivo e a possibilidade de seleção da preposição *a* na introdução do elemento indireto;
- (c) Os dois argumentos internos de predicados bitransitivos do PB são licenciados sintática e semanticamente por uma projeção de Aplicativo Baixo;
- (d) O papel semântico de beneficiário não é argumental e é inserido na estrutura sintática da sentença por um processo de adjunção;
- (e) Não há diferença de estruturação sintática entre as sentenças do PB e do PBM;
- (f) O PBM só permite a omissão da preposição que introduz argumentos verbais verdadeiros;
- (g) A possibilidade de alternância na ordenação dos complementos de um verbo bitransitivo está relacionada a aspectos informacionais, tal como estratégias de Topicalização e Focalização

1.5 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Além deste primeiro capítulo de apresentação da pesquisa, mais 3 capítulos compõem a organização desta dissertação. No capítulo 2, voltamo-nos para algumas propostas de análises que se debruçaram sobre a possibilidade de estruturação de argumentos a partir de um núcleo funcional Aplicativo. Em especial, abordamos as análises de Pylkkänen (2002), Cuervo (2003) e Torres-Morais (2007). Neste mesmo capítulo, investigamos se as assimetrias detectadas entre as variantes da alternância dativa poderiam nos dar pistas das relações hierárquicas estabelecidas em sentenças bitransitivas do PB. O que veremos, no entanto, é que os diagnósticos em questão não são nada conclusivos para o conjunto de dados que analisamos neste trabalho, a não ser pelo fato de que em todos eles tanto sentenças do PB como sentenças do PBM reagiram da mesma forma, o que é um argumento interessante em favor da inexistência da alternância dativa no PB e de uma estrutura sintática única para sentenças do PB e do PBM. Nesse mesmo sentido, trazemos os argumentos de Scher (1996) e Pujalte (2008) para sustentar que, de fato, apesar da aparente semelhança entre as sentenças do dialeto em questão e a variante de objeto duplo da alternância dativa do inglês, estamos diante de fenômenos diferentes.

O capítulo 3 é composto por uma proposta de análise das sentenças bitransitivas do PB(M) a partir das ideias e conclusões construídas nos capítulos anteriores. Toda a argumentação será no sentido de definir o que, nesta pesquisa, será considerada uma sentença bitransitiva, bem como de investigar o estatuto sintático e semântico dos elementos que fazem parte de uma sentença desse tipo. A proposta final para essa questão se delineará em duas frentes: (i) sentenças bitransitivas são aquelas em que a preposição *a* é uma possibilidade de seleção do predicado verbal na introdução do

elemento indireto e (ii) estruturalmente, sentenças bitransitivas são compostas por um núcleo funcional do tipo Aplicativo Baixo (Pylkkänen, 2002).

O capítulo 4, por sua vez, trata da possibilidade de alternância na ordem dos complementos de uma sentença bitransitiva no PB(M), apostando que este fenômeno é licenciado por aspectos informacionais, tal como o caráter de Tópico do elemento colocado entre o verbo e o objeto direto quando a ordem é VPPNP para o PB e possivelmente VNPNP para o PBM. Para tanto, nos apoiaremos nas propostas cartográficas de Rizzi (1997) e Belletti (2002).

CAPÍTULO 2 - OS DADOS DO PB E A LITERATURA

Neste capítulo, voltamo-nos para algumas propostas de análises que se debruçaram sobre a possibilidade de estruturação de argumentos a partir de um núcleo funcional Aplicativo. Nesse sentido, o capítulo é aberto com a proposta de Pylkkänen (2002), que hipotetiza a existência de dois tipos de núcleos Aplicativos compondo a adição de argumentos a predicados verbais em várias línguas, entre elas, o inglês. A escolha do ponto de partida se justifica pelo fato de que a ambiguidade relacionada à presença da preposição *para* em sentenças bitransitivas do PB parece estabelecer uma ligação semântica bastante interessante com os dois tipos de núcleos Aplicativos propostos por Pylkkänen (2002). A partir daí, chegamos às propostas de Cuervo (2003) e Torres-Morais (2007), que preveem a presença de núcleos Aplicativos em sentenças do espanhol e do PE, respectivamente. Todas as seções voltadas à retomada desta literatura são acompanhadas de subseções que têm como objetivo discutir tais propostas, bem como a consequência delas para a proposta de estruturação de argumentos em sentenças bitransitivas que queremos apresentar.

É importante entender que, nos trabalhos aos quais nos referimos, tem se estabelecido uma correlação interessante entre a presença de um núcleo Aplicativo e o fenômeno da alternância dativa. Para Pylkkänen (2002), por exemplo, a presença desse núcleo funcional em sentenças do inglês se dá especificamente na variante de objeto duplo. Nesse mesmo sentido, Cuervo (2003) estabelece um paralelo bastante forte entre a alternância dativa do inglês e o fenômeno do redobro de clítico no espanhol. A presença do clítico dativo também vai ser um aspecto bastante relevante para que Torres-Morais (2007) aponte o fenômeno da alternância dativa também nos dados do PE. Diante desse quadro que se estabelece, será necessário investigar se tal alternância, ou mais especificamente, se a variante de objeto duplo está presente nos dados do PB e

do PBM. Para tanto, alguns testes que detectam assimetrias entre as variantes da alternância dativa serão feitos para o PB(M). Com bases nesses testes, bem como nos argumentos de Scher (1996) e Pujalte (2008), proporemos que a alternância dativa não é um fenômeno existente nem no PB, nem em sua variante PBM, o que, no entanto, não será visto como um impedimento para que, no capítulo 3, analisemos a bitransitividade no PB, como um todo, também a partir de um núcleo funcional do tipo Aplicativo.

2.1 APRESENTANDO O FENÔMENO DA ALTERNÂNCIA DATIVA

A alternância dativa do inglês engloba pares de sentenças com o padrão encontrado abaixo:

- (16) **a.** Mary gave a book to John. → Variante Preposicionada
 b. Mary gave John a book. → Variante de Duplo Objeto

A comparação entre as sentenças em (16a,b) aponta uma assimetria na ordem linear dos argumentos e tal assimetria é acompanhada pela presença/ausência de preposição introduzindo um desses elementos (Barss & Lasnik 1986, Larson 1988, Pesetsky 1995). Assim, na presença de um PP introduzindo o argumento alvo, a ordem linear requerida é verbo-tema-alvo. Por outro lado, na ausência desse PP, a ordem linear requerida é verbo-alvo-tema. Se tais requerimentos não forem obedecidos nas sentenças do inglês, os resultados serão agramaticais, como podemos observar nos exemplos abaixo:

- (17) **a.** *Mary gave to John a book.
 b. *Mary gave a book John.

Larson (1988)⁵ aponta que outras assimetrias parecem acompanhar a ordem linear e a presença/ausência de preposição:

- (a) **Marcação de Caso:** nas sentenças preposicionadas o elemento interpretado como alvo recebe caso dativo. Já na variante de objeto duplo, o elemento que antes era introduzido por um PP passa a receber caso acusativo⁶.
- (b) **Passivização:** em estruturas preposicionadas, somente o objeto direto pode ser passivizado, enquanto, em estruturas de objeto duplo, a passivização passa a ser possível somente com o elemento interpretado como alvo ocupando a posição de caso nominativo. Tal assimetria pode ser vista na comparação entre os dados abaixo:

- (18) a. John sent a letter to Mary
b. A letter was sent to Mary.
c. *Mary was sent a letter to.
- (19) a. John sent Mary a letter.
b. Mary was sent a letter.
c. ?*A letter was sent Mary. (Larson, 1988 – p: 363)

- (c) **Extração:** nas construções preposicionadas, o objeto indireto pode ser extraído a longas distâncias, enquanto nas estruturas de objeto duplo tal fenômeno gera dados agramaticais, como se pode observar abaixo:

- (20) a. *Who did Mary say that she gave a present? (Larson, 1988 – p: 355)
b. To whom did Mary say that she gave the present?

⁵ As assimetrias detectadas em Barss & Lasnik (1986) também são foco da atenção de Larson (1988) e serão discutidas na seção 2.6.

⁶ Confira, em Larson (1988), a dupla atribuição de caso acusativo em estruturas de objeto duplo. Um desses casos é estrutural, atribuído com o verbo regido pelo núcleo de flexão, enquanto o outro é inerente e atribuído pelas propriedades lexicais do verbo.

As análises propostas para os dados de alternância dativa, em geral, se dividem em duas grandes correntes: (i) a abordagem monossêmica e (ii) a abordagem polissêmica. Na primeira delas, assume-se que o sentido veiculado pelas duas variantes da alternância em questão é fundamentalmente o mesmo. Nessa proposta, não há qualquer diferença nas condições de verdade das duas variantes da alternância. As sentenças preposicionadas e de objeto duplo estariam, nesse sentido, relacionadas por derivação. Uma das questões fundamentais dessa abordagem é, portanto, definir qual das duas estruturas deve ser tomada como a básica. Duas correntes de análise são possíveis:

- (a) A variante preposicionada é a básica e, a partir dela, deriva-se a contraparte de duplo objeto (Larson, 1988);
- (b) A estrutura de objeto duplo é a básica e, a partir dela, deriva-se a construção preposicionada (Aoun & Li, 1989; Kiparsky, 1985).

O segundo tipo de abordagem, a polissêmica, assume que os verbos que participam da alternância dativa possuem significados diferentes, cada um deles com a sua própria realização de argumentos (Harley 1997).

A abordagem de Pylkkänen (2002) parece estar mais próxima desse segundo tipo, uma vez que, tal autora propõe a presença de um núcleo funcional Aplicativo especificamente para a estruturação de argumentos em sentenças de objeto duplo. Essa também é a perspectiva que permeia a proposta de alguns autores que fizeram uso dos Aplicativos de Pylkkänen (2002) para a análise de sentenças outras línguas, tal como Cuervo (2003) e Torres-Morais (2009) para o espanhol e para o PE, respectivamente.

2.2 NÚCLEOS FUNCIONAIS APLICATIVOS: PYLKKÄNEN (2002)

O ponto de partida da proposta de Pylkkänen (2002) é que os argumentos verbais podem ser divididos em dois diferentes tipos: (i) argumentos verdadeiros do verbo e (ii) argumentos adicionais, no sentido de que há evidência de que eles não pertençam à estrutura argumental básica do verbo. Para a autora, teorias de estrutura argumental são, em grande parte, teorias sobre como esses argumentos adicionais são introduzidos e este é, de fato, o interesse central do trabalho de Pylkkänen (2002).

Um exemplo bastante interessante a respeito da variação na estrutura de argumentos de um predicado verbal pode ser visto no verbo *melt* ('derreter') do inglês. A presença de um único argumento, a entidade que sofre o processo descrito pelo verbo, é suficiente para gerar uma sentença gramatical, como se pode ver (21a). No entanto, a gramática do inglês também permite sentenças como em (21b), em que a entidade que derrete é agora objeto da sentença e a posição de sujeito é preenchida por um sintagma nominal que descreve o causador do evento. Desse mesmo modo, ainda é possível adicionar outro argumento a essa estrutura, como em (21c), em que o novo argumento é realizado como um objeto indireto e interpretado como algum tipo de beneficiário do evento.

(21) INGLÊS

- a. The ice melted.
- b. John melted the ice.
- c. John melted me some ice.

(Pylkkänen, 2002 – p: 09)

O que a autora enfatiza, então, é que esse tipo de variação na estrutura argumental é muito comum nas línguas naturais, já que a maioria delas possui verbos que exibem o comportamento ilustrado em (21) acima. Para prosseguir a argumentação,

configuração de duplo objeto, o primeiro dos argumentos verbais precisa ter relação de transferência de posse com o argumento tema, em venda, esse mesmo elemento, não estabelece relação alguma com o tema, mas sim com o evento. Nessa linha de raciocínio, a autora vai propor elementos diferentes na introdução desse argumento adicional em cada uma das línguas em questão: (i) nos dados do inglês, teremos o que a autora chamou de Aplicativo Baixo e (ii) nos dados venda, teremos o que a autora propôs chamar de Aplicativo Alto.

Para Pylkkänen (2002), à época do desenvolvimento de sua proposta para a estrutura argumental dos verbos, eram poucas as propostas que, de fato, explicitavam os mecanismos para derivar a variação translinguística na expressão de argumentos. A tentativa da autora foi, então, a de desenvolver um sistema altamente restrito de unidades funcionais, propondo que a variação entre as línguas seja, na verdade, ou resultado das diferenças no inventário das unidades estruturantes dos argumentos que a língua seleciona a partir de um inventário universal, ou da maneira como uma determinada língua agrupa as unidades universais em núcleos sintáticos.

O sistema final proposto pela autora consiste de três diferentes tipos de núcleos Causativos, dois diferentes tipos de núcleos Aplicativos e um núcleo *Voice* (Kratzer 1996), introdutor de argumento externo. Diante do objeto de estudo desta dissertação, daremos especial atenção aos chamados Aplicativos, ou seja, os núcleos funcionais considerados os introdutores de elementos adicionais à estrutura argumental básica de um predicado verbal. Mais especificamente, os Aplicativos introduziriam o argumento verbal que c-comanda o tema em estruturas de objeto duplo.

Nesse sentido, Pylkkänen (2002) se apóia em evidências das línguas bantas, nas quais os argumentos adicionados à estrutura são chamados de argumentos Aplicados e a construção resultante é conhecida como construção Aplicativa. Na proposta em

questão essa terminologia é utilizada para construções com um objeto indireto adicional translinguisticamente. Uma vez que afixos Aplicativos adicionam um argumento ao verbo é possível dizer que eles são elementos que tomam um predicado de eventos como seu argumento e introduzem um indivíduo que é tematicamente relacionado ao evento descrito pelo verbo. Essa é, em essência, a proposta presente em Marantz (1993). Como a autora adota em sua análise a hipótese de que os mecanismos sintáticos de construção de estruturas são os únicos mecanismos de construção de quaisquer estruturas nas línguas naturais é preciso assumir que os elementos que introduzem argumentos “non-core” na estrutura argumental devem ser núcleos sintáticos.

A estrutura final proposta por Pylkkänen (2002) será uma combinação de três elementos: (i) a teoria presente em Marantz (1993), (ii) as hipóteses correntes a respeito do argumento externo, em especial, adotando o núcleo *Voice*, tal como proposto em Kratzer (1996) e (iii) os Aplicativos - Alto e Baixo - propostos pela própria autora: eis a base de sustentação da estrutura dos objetos duplos para Pylkkänen (2002).

Com relação aos aplicativos propriamente ditos, Pylkkänen (2002) propõe uma distinção entre Alto e Baixo, baseada no tipo de relação que tais núcleos funcionais estabelecem com outros elementos sentenciais: Aplicativos Altos relacionam o DP em seu especificador ao evento, enquanto Aplicativos Baixos relacionam o elemento licenciado em seu especificador a um indivíduo, mais especificamente ao objeto tema. Assim, em uma das estruturas propostas, ambos, o núcleo Aplicativo e o núcleo *Voice*, introdutor de argumento externo, são elementos funcionais acima do VP, que se combinam com tal VP através da operação de Identificação de Evento. Estamos, então, diante do tipo de núcleo Aplicativo Alto, que denota uma relação entre o evento e um indivíduo. Aplicativos Altos licenciam o argumento aplicado em uma posição externa

Como vimos acima, a construção de objeto duplo do inglês não veicula esse tipo de relação semântica e Pylkkänen (2002) propõe, então, que uma língua como o inglês não possui núcleos funcionais Aplicativos do tipo Alto. Para exemplificar a existência desse último, a autora traz então dados da língua chaga, uma língua banta, tal como se pode ver em (25):

CHAGA⁷: N-à-y-lì -i-à **m-kà** k-élyá
FOC-1SG-PRES-eat-APPL-FV **1-wife** 7-food
'He is eating food for his **wife**'

⁷ Pela dificuldade de reprodução do dado, trouxemos o mesmo na forma de figura retirada de Pylkkänen, 2002 – p: 17.

interpretação em que o argumento Aplicado e o objeto direto não estão diretamente relacionados é, no entanto, impossível de ser veiculada no inglês a partir de uma construção de objeto duplo. Assim, sentenças como em (26) abaixo serão agramaticais no inglês:

(26) INGLÊS

a. *He ate the wife food.

b. *John held Mary the bag

(Pylkkänen, 2002 – p. 19)

Na construção de Aplicativo Baixo, na qual, por sua vez, tem-se a denotação de uma relação entre dois indivíduos, o núcleo funcional responsável pela introdução de argumento deve se colocar abaixo do VP. Pylkkänen (2002) analisa as construções de objeto duplo do inglês como construções de Aplicativo Baixo. A autora argumenta que tal núcleo funcional denota uma relação dinâmica de transferência de posse em que o DP mais alto pode ser tanto um recipiente como uma fonte do DP tema mais baixo. Esses dois sentidos correspondem aos dois subtipos do Aplicativo Baixo propostos pela autora: Appl-TO e Appl-FROM respectivamente. Vejamos, então, a sintaxe e a semântica propostas para as construções de duplo objeto do inglês em (27):

(27) APLICATIVO BAIXO:

INGLÊS: *Mary bought John the book.*
 ‘Maria comprou o João o livro.’

(Pylkkänen, 2002 – p: 23)

É crucial que se observe que as duas construções acima são similares com relação ao fato de que os argumentos aplicados c-comandam assimetricamente o objeto direto. Esse c-comando assimétrico é uma das propriedades que definem as construções de duplo objeto translinguisticamente. Para Pykkänen (2002), portanto, esse c-comando assimétrico passa a ser também uma das propriedades centrais das construções que contém um núcleo funcional Aplicativo como introdutor de argumento. No entanto, o modo como as línguas selecionam os núcleos funcionais disponíveis em um inventário universal, bem como a maneira de arranjar esses núcleos sintaticamente, geram as variações entre as línguas do mundo.

Com a proposta de Pykkänen (2002) em mente, discutiremos, na subseção abaixo, a relação dessa proposta com os dados do PB(M).

2.2.1 DISCUSSÃO: PYKKÄNEN (2002) E OS DADOS DO PB(M)

O ponto central da proposta de núcleos Aplicativos de Pykkänen (2002) é explicar o mecanismo de introdução de elementos que não fazem parte da estrutura argumental básica de um predicado verbal. No que diz respeito aos exemplos com o verbo *melt* ('derreter') fica bastante claro que a presença de um único argumento, ou seja, do argumento tema, é suficiente para a gramaticalidade da sentença. De fato, esse tipo de alternância também ocorre em dados do PB:

(28) PORTUGUÊS BRASILEIRO

- a.** O gelo derreteu.
- b.** O João derreteu o gelo.
- c.** O João me derreteu um pouco de gelo.
- d.** O João derreteu um pouco de gelo pra mim.

No que diz respeito aos dados do PB, há algumas observações importantes que devem ser feitas: (i) elementos podem ser adicionados à estrutura argumental do verbo,

tal como esperado pela argumentação de Pylkkänen (2002); (ii) a sentença em (28c) com o clítico só veicula interpretações próximas às semânticas contidas em sentenças de duplo objeto, ou seja, é necessário que o referente do clítico estabeleça uma relação semântica com o tema do verbo, a saber, o “gelo derretido”. Nesse caso, o referente do clítico é aquele que se beneficia do estado resultante alcançado pelo argumento tema; (iii) a sentença em (28d) é ambígua, justamente, entre o sentido veiculado pelo objeto duplo do venda e o sentido veiculado pelo objeto duplo do inglês propriamente dito.

Em outras palavras, a preposição *para* do PB parece ser ambígua entre as semânticas de Aplicativo Alto e Baixo. Quanto à primeira das interpretações em questão temos que o complemento da preposição (‘mim’) é um beneficiário do evento de “derreter o gelo”; não é, portanto, o referente desse complemento que vai fazer uso do “gelo derretido”. Seria como se alguém tivesse que derreter o gelo e o “João” fizesse a ação no lugar desse alguém. Já quanto à segunda das interpretações, há uma relação estreita entre o tema (“gelo”) e o beneficiário (“mim”). Nesse caso, o referente do pronome precisa ser aquele que vai fazer uso do gelo derretido. É nessa ambigüidade provocada pela presença da preposição *para* que a proposta de Pylkkänen (2002) surge como perspectiva de análise. Núcleos Aplicativos, com seu licenciamento sintático e suas relações semânticas são uma saída vantajosa para o PB(M)?

Prosseguindo com a discussão do trabalho de Pylkkänen (2002), vamos atentar para o funcionamento de uma possível alternância com um verbo inergativo, uma das justificativas da autora para postular tipos diferentes de núcleos Aplicativos em venda e em inglês:

(29) PORTUGUÊS BRASILEIRO

- a. *O João me correu⁸.
- b. O João correu pra mim.

Vimos anteriormente que a presença de um clítico nos dados do PB parece forçar o estabelecimento de uma relação estreita entre o referente do clítico e o tema. Tal sentido não pode ser estabelecido diante da classe de verbos inergativos e é justamente por isso que o inglês não pode fazer duplo objeto com verbos tais como *run*, *dance* e *speak*. É por isso também que o próprio PB não permite a sentença (29a) com o sentido de que haja uma relação estabelecida entre o clítico e o que o João correu, ou seja, uma espécie de tema. No entanto, o interessante é que, mesmo assim, há ainda a possibilidade de inserção de um beneficiário do evento, como em (29b), elemento que, na verdade, parece poder ser adicionado a qualquer tipo de verbo.

É necessário notar que os tais núcleos Aplicativos introdutórios de argumentos propostos por Pylkkänen (2002) são responsáveis apenas pela adição de elementos a construções que apresentam as características da variante de objeto duplo da alternância dativa. Assim, enquanto tais construções terão, tanto em venda, quanto em inglês, por exemplo, um núcleo Aplicativo, na variante preposicionada da alternância dativa do inglês, será a própria preposição a responsável pelo licenciamento do chamado objeto indireto. Isso implica, no entanto, que, em construções de objeto duplo, temos que o primeiro dos complementos verbais, a que podemos chamar de alvo ou de beneficiário do estado resultante, é adicional, ou, como a própria autora chama é “non core”. No entanto, quando o elemento aparece preposicionado, é preciso assumir que, em algum, sentido, ela já era previsto pela estrutura argumental do próprio verbo, ele é um argumento “core” e, portanto, não precisa de um núcleo funcional que o licencie.

⁸ Neste exemplo, o sentido desejado é aquele em que o clítico represente um elemento beneficiado pelo evento de dançar, tal como ocorre nos exemplos em venda.

É bem verdade que estruturas de objeto duplo e preposicionadas possuem consideráveis assimetrias e a sintaxe proposta para ambas precisa dar conta desses fatores. No entanto, é fato também que tais construções possuem consideráveis semelhanças que duas estruturas completamente distintas talvez não consigam captar. Será que realmente em uma estrutura de objeto duplo um dos complementos verbais é adicional, enquanto em uma estrutura preposicionada, ambos os complementos são previstos de antemão pela estrutura de argumentos?

Na alternância com o verbo *melt* ('derreter') é latente a possível variação no número de argumentos desse predicado verbal, mas isso não acontece com muitos dos verbos que participam da alternância dativa. O que queremos dizer é que não parece haver evidência de que na alternância dativa estamos, de fato, diante de uma variação na estrutura argumental do verbo. A nossa hipótese é a de que talvez não seja a estrutura argumental básica do verbo que estaria em jogo e o lugar da diferença entre sentenças preposicionadas e de objeto duplo precisa ser outro.

É nessa linha de questionamento que buscaremos investigar como dar conta dos dados do PB em que uma única preposição veicula ao mesmo tempo tanto a semântica do Aplicativo Alto, quanto do Baixo. Mais especificamente, questionaremos a ligação feita entre núcleos Aplicativos e construções de objeto duplo. Assim, o próximo passo a ser tomado é justamente atentar para propostas que adotam tais núcleos aplicativos em outras línguas, procurando verificar quais as características dos elementos que podem ser introduzidos por eles, bem como a maneira como tais elementos têm sido trabalhados na literatura linguística. Para tanto, revisitaremos as propostas de Cuervo (2003) para o espanhol e de Torres-Morais (2007) para o PE. Como as duas propostas citadas estão essencialmente apoiadas no fenômeno da presença do clítico dativo nas

línguas em questão, faremos uma breve apresentação desse fenômeno, tanto no espanhol quanto no PE, antes de chegarmos às análises propriamente ditas.

2.3 APRESENTANDO O FENÔMENO DO REDOBRO DO CLÍTICO:

O fenômeno de redobro do clítico é bastante curioso para a literatura linguística por conter dois elementos atendendo aparentemente à mesma exigência argumental do predicado verbal. Baseado nas descrições feitas em Cuervo (2003) e Torres-Morais (2007), apresentamos, nesta seção, bastante brevemente, os dados de redobro, acompanhados de suas restrições e contextos de ocorrência no que diz respeito ao espanhol e ao PE.

2.3.1 SOBRE O ESPANHOL

Segundo Cuervo (2003), o objeto indireto do espanhol aparece com caso dativo e precedido pelo morfema *a*, como o segundo objeto de um verbo bitransitivo ou como o único objeto foneticamente expresso de verbos que podem alternar entre tomar um objeto direto aberto ou não, como *gritar*, *pegar*, etc. O clítico dativo que precede o verbo traz os traços de número e pessoa do argumento dativo.

(30) DADOS DO ESPANHOL

- a. Pablo le mandó un diccionario a Gabi
- b. Pablo le gritó (la respuesta) a Gabi. (Cuervo, 2003- p: 35)

Nesse mesmo sentido, o redobro do argumento dativo no espanhol não sofre restrições de posicionamento, especificidade ou definitude. A única restrição do redobro nos dativos diz respeito aos nomes nus não-qualificados, com os quais o redobro se

torna agramatical. No entanto, o redobro passa a ser aceitável se o argumento dativo é qualificado por um adjetivo ou se torna fonologicamente mais pesado.

(31) DADOS DO ESPANHOL

- a. (*les) donaré todos mis bienes a museos.
- b. ‘(les) donaré todos mis bienes a museos locales (Cuervo, 2003, p: 43)

Ainda segundo a autora, apesar da opcionalidade do redobro ter sido apresentada na literatura como um fenômeno geral, com relação ao argumento dativo ela deve ser restrita ao dativo alvo não-pronominal com predicado bitransitivo. Assim, Cuervo (2003) defende que o redobro é, na verdade, obrigatório para todos os outros casos de argumentos dativos, seja com predicados psicológicos, incoativos, inergativos, possessivos e benefactivos com predicados transitivos. O redobro do argumento dativo no espanhol é, segundo a autora, obrigatório independentemente da ordem de palavras, aplicando-se tanto a dativos pré-verbais (32a), quanto a dativos pós-verbais (32b).

(32) DADOS DO ESPANHOL

- a. A Laura *(le) gustan las empanadas.
- b. Andrea *(les) gritó a unos gatos. (Cuervo, 2003 – p.44)

O redobro é obrigatório para dativos negativamente quantificados (33a), dativos indefinidos (33b) e dativos inanimados (33c).

(33) DADOS DO ESPANHOL

- a. A ningún libro se *(le) salieron las tapas.
- b. Andrea *(les) gritó a unos gatos.
- c. Andrea *(les) habla hasta a las paredes. (Cuervo, 2003 – p. 44)

Segundo a análise da autora, a ser explorada no tópico 2.4 desta dissertação, a obrigatoriedade do redobro clítico é explicada a partir de dois fatores: (i) a

obrigatoriedade de co-ocorrência do argumento dativo e do clítico e (ii) o fato de não haver opcionalidade real entre a presença/ausência do clítico.

É nesses termos que Cuervo (2003) insere o espanhol no contexto das línguas que apresentam a alternância dativa. Assim, quando não há a presença do clítico tem-se uma sentença verdadeiramente preposicionada: *Pablo mandó un diccionario a Gabi* – do mesmo tipo de *Paul sent a book to Mary*, do inglês. No entanto, na presença de redobro, tem-se uma estrutura de objeto duplo: *Pablo le mandó un diccionario a Gabi* – do mesmo tipo de *Paul sent Mary a book*, do inglês. Ressaltamos ainda que, na análise da autora para o espanhol, o clítico é justamente a realização fonológica de um núcleo funcional introdutor de argumento, o núcleo Aplicativo, nos termos de Pylkkänen (2002).

2.3.2 SOBRE O PORTUGUÊS EUROPEU

Segundo Torres-Morais (2007), o redobro do clítico no PE, ao contrário do espanhol, é bastante restrito nos contextos dativos, limitando-se aos casos em que o DP dobrado é um pronome forte. Assim, um DP lexical não pode ser dobrado pelo clítico.

No PE, o redobro clítico ocorre obrigatoriamente nos contextos bitransitivos, com as formas dativas *a ele*, *a ela*, *a eles*. O licenciamento do redobro, ainda segundo a autora, exige que se atribua às formas pronominais dobradas uma interpretação contrastiva.

(34) DADOS DO PE

- a. *Pedi **a ele** que me enviasse os arquivos
 - b. Pedi-**lhe** que me enviasse os arquivos
 - c. Pedi-**lhe a ele** que me enviasse os arquivos (...a ele, não a ...)
- (Torres-Morais, 2007 – p.105)

(35) DADOS DO PE

- a. O João deu-**lhe** um computador
- b. *O João deu **a ele** um computador
- c. O João deu-**lhe** um computador **a ele** (não a...)

(Torres-Morais, 2007 – p.105)

O redobro pode acontecer nos contextos em que os pronomes são topicalizados ou focalizados em posição pré-verbal.

(36) DADOS DO PE

- a. **Só a ela** o João enviou um e-mail
- b. **A ele**, o João deu (**lhe**) uma grande ajuda

(Torres-Morais, 2007 – p.105)

Para Torres-Morais (2007), o fato de as expressões *a ele*, *a eles*, *a ela* estabelecerem relação anafórica com os clíticos dativos evidencia o fato de que o a-DP, em contextos de redobro, não tem como elemento introdutor uma preposição verdadeira. Uma relação anafórica não pode ser efetivada na presença de uma preposição lexical que traga, por exemplo, o sentido direcional ou de uma preposição que seja requerida lexicalmente pelo verbo.

(37) DADOS DO PE

- a. Os turistas assistiram **à opera**
- b. Os turistas assistiram **a ela**
- c. *Os turistas assistiram-**lhe a ela**

(Torres-Morais, 2007 – p. 106)

Essas mesmas relações anafóricas não estabelecidas acima continuam não sendo possíveis em contextos de PPs introduzidos por preposições lexicais, tais como *para*, *sem*, *com*, *de*, *etc.* (38 a-c):

(38) DADOS DO PE

- a. O José comprou um livro **para a Maria**
- b. O José comprou um livro **para ela**
- c. *O José comprou-**lhe um livro para ela**

(Torres-Morais, 2007 – p. 106)

A preposição *a*, no PE, passa a ser vista pela autora como um elemento de caráter ambíguo, tal como apontado por Cuervo (2003) para os dados do espanhol, podendo ser marcador de caso dativo inerente ou uma preposição plena que contribui para o sentido da sentença.

Sempre que ocorre redobro nos contextos bitransitivos do PE, as formas pronominais introduzidas pelo elemento *a* são dativas. Assim, a proposta de Torres-Morais (2007), que abordaremos em maiores detalhes na seção 2.5, é a de que contextos em que o redobro é possível instanciam construção de objeto duplo, enquanto a impossibilidade de redobro identifica a contraparte preposicionada: eis a alternância dativa no PE.

2.4 OS APLICATIVOS NO ESPANHOL: CUERVO (2003)

O trabalho de Cuervo (2003) é, na verdade, um estudo das propriedades sintático-semânticas dos dativos. A hipótese central defendida pela autora é a de que os dativos não são argumentos diretos do verbo, mas sim licenciados semântica e sintaticamente por um núcleo funcional, o núcleo Aplicativo nos moldes de Pylkkänen (2002). A variedade grande de sentidos que o dativo pode assumir nos dados do espanhol será derivada, dentro dessa proposta, da variedade de complementos possíveis do núcleo Aplicativo e da variedade de elementos que podem tomar um núcleo Aplicativo como seu complemento.

Analisando construções bitransitivas do espanhol, Cuervo (2003) argumenta que a configuração bitransitiva com um clítico dobrado é uma construção de objeto duplo – Aplicativo Baixo. Para a autora, a construção de objeto duplo do espanhol compartilha a propriedade sintática fundamental do objeto duplo do inglês: o alvo/recipiente é estruturalmente mais alto que o tema. Novamente estamos diante de uma proposta em

que o núcleo funcional Aplicativo só é possível em configuração de objeto duplo, tal como a proposta de Pylkkänen (2002). O interessante é que, para Cuervo (2003), a alternância dativa do espanhol se dará pela presença ou ausência de redobro do clítico.

Na análise em questão, argumentos dativos com redobro do clítico são DPs e não PPs, sendo que o elemento que precede o argumento dativo, ou seja a preposição *a*, é analisado pela autora como um mero marcador de caso.

Para Cuervo (2003), a presença ou ausência do clítico que dobra o objeto indireto em sentenças bitransitivas se correlaciona com diferenças sintáticas e semânticas sistemáticas: em configurações não dobradas, testes de ligação, cruzamento fraco e escopo indicam que o tema está mais alto que o *a-DP* alvo. Os mesmos testes sintáticos mostram uma hierarquia contrária em configurações dobradas. Para a autora, as construções com e sem clítico correspondem a duas estruturas diferentes. Assim, nas estruturas com clítico, tem-se uma configuração de duplo objeto em que o dativo está estruturalmente mais alto que o tema, apesar da ordem linear apontar uma relação contrária. Em estruturas sem clítico, por sua vez, o objeto indireto é um sintagma preposicional e o argumento alvo está abaixo do tema como complemento da preposição.

Nessa linha de raciocínio, Cuervo (2003) estabelece uma correspondência tal que sempre que há um clítico há um argumento dativo e se não há a presença do clítico não há dativo, mas sim um PP introduzido pela preposição *a*. Para a autora, apesar de ser comum se dizer que o redobro dos argumentos dativos é opcional no espanhol, ela trata tal opcionalidade como algo aparente e defende que o redobro é definitivamente obrigatório no espanhol, pois em não havendo redobro não estamos diante de um dativo propriamente dito.

Se a opcionalidade do redobro é, de fato, apenas aparente, é esperado que haja contrastes entre a sentença com e sem o clítico, o que, segundo a autora, é confirmado pelos dados abaixo:

(39) DADOS DO ESPANHOL

- a. Pablo envió un diccionario a Gabi/ a Barcelona.
- b. Pablo le envió un diccionario a Gabi/ * a Barcelona (Cuervo, 2003- p: 48)

Os dados em (39) são de bastante interesse para Cuervo (2003), porque mostram que a substituição do alvo *a Gabi* por um nome de lugar, como *a Barcelona*, não mais permite o redobro do clítico, já que, nesse caso, a preposição precisa contribuir semanticamente com o sentido de direção. Trata-se, portanto, de uma preposição lexical e de uma estrutura preposicionada, em vez de uma construção de objeto duplo.

Outro contraste considerado importante pela autora diz respeito à adição de um locativo às estruturas com e sem o redobro do clítico.

(40) DADOS DO ESPANHOL

- a. Pablo le mandó un diccionario a Gabi a Barcelona.
- b. ??/* Pablo mandó un diccionario a Gabi a Barcelona (Cuervo, 2003- p: 48)

O que os dados acima mostram, segundo Cuervo (2003), é que se um locativo é adicionado à estrutura com o clítico dativo, a sentença é perfeitamente aceitável, enquanto se o mesmo locativo é adicionado à estrutura sem o redobro, o resultado é seriamente degradado, pois aparentemente há dois elementos concorrendo para o mesmo papel semântico.

Para fortalecer sua hipótese, a autora aponta que esse contraste tanto em (39), quanto em (40), também é encontrado em dados do inglês, quando se comparam estruturas de objeto duplo e estruturas preposicionadas, o que ela mesma interpreta como um indício de que, em ambas as línguas, estamos diante de um mesmo fenômeno,

com essencialmente as mesmas características. Os dados do inglês podem ser vistos em (41) e (42) abaixo:

(41) DADOS DO INGLÊS

- a. I sent the book to Daniel.
 - b. I sent the book to London.
 - c. I sent Daniel the book.
 - d. *I sent London the book
- (Cuervo, 2003 – p: 49)

(42) DADOS DO INGLÊS

- a. Stephanie sent Daniel a letter to his office.
 - b. *Stephanie sent a letter to Daniel to his office.
- (Cuervo, 2003 – p: 49)

Antes de propor as estruturas sintáticas das sentenças com e sem redobro, a autora atenta para o fato de que os dados do espanhol sugerem uma espécie de alternância sintática, mas não apresentam as diferenças na ordem de palavras das duas alternantes, uma vez que, em ambos os casos, o dativo ou o PP aparecem depois do objeto direto.

Quanto às estruturas sintáticas propriamente ditas, para as sentenças bitransitivas preposicionadas, Cuervo (2003) propõe a representação abaixo:

(43) a. Pablo mandó un diccionario a Gabi/a Barcelona

(Cuervo, 2003 – p: 51)

Para a autora, a estrutura acima expressa o fato de que há um c-comando assimétrico do objeto tema em relação ao complemento da preposição. Semanticamente, há uma relação entre o tema e o alvo que é propriamente estabelecida através da preposição.

No que diz respeito às construções dativas com o redobro do clítico, há também, segundo a autora, o estabelecimento de uma relação entre os dois argumentos verbais, ou seja, entre o alvo e o tema. Cuervo (2003) assume, no entanto, como diferença crucial entre tais construções e as sentenças preposicionadas, o fato de que elas apresentam relações de c-comando inversas, ou seja, nas sentenças com redobro é o alvo que c-comanda o tema, como acontece no objeto duplo do inglês. O dativo é, nesse sentido, relacionado ao DP tema através de um núcleo funcional Aplicativo, que tem como especificador o próprio a-DP dativo e como complemento o DP tema. A estrutura proposta por Cuervo (2003) para sentenças com redobro do clítico em contextos dativos pode ser vista abaixo:

- (44) a. Pablo le mando un diccionario a Gabi/*a Barcelona
b

.

(Cuervo, 2003 – p:52)

Na estrutura acima, é justamente o Aplicativo Baixo que licencia semântica e sintaticamente o argumento dativo. Central na proposta de Cuervo (2003) é o fato de

que, no espanhol, ao contrário do inglês, o núcleo Aplicativo não é nulo, mas preenchido pelo clítico dativo.

2.4.1 DISCUSSÃO DA PROPOSTA DE CUERVO (2003)

A primeira questão que nos surge através da proposta presente em Cuervo (2003) é o posicionamento do clítico redobrado no núcleo do Aplicativo. O núcleo funcional Aplicativo, tal como proposto por Pylkkänen (2002) e como se pode observar pelas estruturas que apresentam esse núcleo como componente, deve mediar a relação entre os argumentos verbais. Não parece ser esse, no entanto, o papel do clítico redobrado. O clítico tem um referente no mundo e tal referente é o mesmo do argumento alvo. Estamos diante, portanto, de um argumento verbal que, sendo adicional, já que o papel do Aplicativo é adicionar um novo elemento à estrutura argumental, parece estar sendo adicionado duas vezes. Essa espécie de “redundância” é um fenômeno bastante comum quando se fala em concordância, ou mais especificamente, em checagem de traços na derivação. É preciso ressaltar, no entanto, que não é nada claro que o clítico redobrado seja o elemento responsável por estabelecer uma relação semântica entre o alvo e o tema.

Outro ponto de importante de discussão que queremos trazer neste momento da argumentação diz respeito aos casos em que a opcionalidade do redobro é um fato. Vejamos o dado abaixo:

(45) DADOS DO ESPANHOL

- a.** Pablo mandó un diccionario à Gabi.
- b.** Pablo le mando un diccionario à Gabi.

Não queremos negar aqui que realmente possa haver alguma espécie de assimetria entre as sentenças com e sem o redobro do clítico. No entanto, por mais que existam diferenças sintáticas e semânticas entre essas duas construções, é inegável que entre elas há algum tipo de semelhança que, por sua vez, estruturas tão diferentes, tais como as propostas pela autora, não parecem conseguir captar. Já que em ambas tem-se uma relação estabelecida entre alvo e tema, levantamos como hipótese a possibilidade de essa relação ser, nos dois casos, estabelecida pelo mesmo elemento, o que tornaria as sentenças estruturalmente mais próximas. Certamente, no entanto, tais estruturas precisariam refletir as assimetrias sintáticas e semânticas entre as duas construções em questão. Talvez tudo isso esteja, nesse sentido, relacionado com traços no núcleo funcional introdutor de argumento.

Se realmente estamos diante do mesmo fenômeno de alternância em inglês e em espanhol, tal como é a proposta de Cuervo (2003), o mesmo tipo de argumentação aqui feita para aproximar estruturas com e sem redobro de clítico, passa a fazer sentido em uma tentativa de aproximação de estruturas preposicionadas e de objeto duplo no inglês. Dessa mesma forma, precisamos ressaltar que propor, para uma das estruturas, um núcleo funcional Aplicativo e, para a outra, a ausência dele é dizer que um mesmo verbo tem estruturas argumentais distintas em cada um dos casos, pois o núcleo Aplicativo vem, justamente, para adicionar à estrutura elementos *non core*, nas palavras de Pylkkänen (2002). Será que realmente é necessário dizer que estamos diante de duas estruturas argumentais tão distintas? Com essa questão em mente, passemos à proposta de Torres-Morais (2007) para os dados do PE.

2.5 OS APLICATIVOS NO PE: TORRES-MORAIS (2007)

Torres-Morais (2007) faz um estudo das propriedades sintáticas e semânticas dos argumentos dativos nos dados do PE. Para tanto, a autora coloca em discussão toda a gama dos predicados bitransitivos - foco de nossa análise-, bem como de predicados inacusativos, intransitivos, causativos e incoativos. Para os limites desta dissertação, atentaremos mais detalhadamente para a proposta de análise dos dados de bitransitividade.

Tal como acontece no dativo do espanhol, no que diz respeito aos dados do PE, Torres-Morais (2007) se depara com uma variedade de significações que o dativo pode assumir, a depender dos, também diversos, contextos em que ele pode aparecer: tais como recipiente, fonte, beneficiário, possuidor, experienciador e afetado, por exemplo. Entre essa gama de significações, o foco de leitura apresentado nesta seção atentará para as estruturas propostas quando o dativo veicula a semântica de alvo ou beneficiário, já que essa é a ambiguidade que nos interessa, pelo fato de a preposição *para* nos dados do PB ser capaz de introduzir a mesma ambiguidade.

A proposta de Torres-Morais (2007) passa pela inclusão do PE no quadro das línguas que apresentam as propriedades da alternância dativa, em particular, a sua variante não preposicionada, ou seja, a construção de objeto duplo. Para tanto, a autora vai assumir que a construção de objeto duplo é uma construção Aplicativa. O quadro teórico que fundamenta a proposta da autora está, portanto, fortemente baseado na proposta de núcleos funcionais Aplicativos presente em Pylkkänen (2002) e revisitada por Cuervo (2003).

Nesse sentido, a construção de objeto duplo ou construção Aplicativa no PE será, segundo Torres-Morais (2007), aquela em que o complemento introduzido pela preposição *a* está em distribuição complementar com os clíticos dativos de terceira

pessoa *lhe* e *lhes*. Nesses casos, a preposição é vista pela autora como elemento marcador de caso e não como preposição lexical, ou seja, estamos diante de um *a-DP* e não de um PP propriamente dito. O argumento dativo do PE, na visão da autora, é expresso morfologicamente ou pelo pronome clítico ou pelo *a-DP* e é interpretado como recipiente, fonte, beneficiário e possuidor. Na variante preposicionada, há, no entanto, um sintagma preposicionado, introduzido por uma preposição verdadeira que contribui, de alguma maneira, para o sentido construído. Vejamos alguns dados de base:

(46) DADOS DO PE

- a. O José enviou uma carta à Maria/ enviou-lhe uma carta.
- b. O José enviou uma carta para a Maria/ para Lisboa/ ao Banco de Portugal.
(Torres-Morais, 2007 – p. 96)

Segundo Torres-Morais (2007), em (46a), tem-se, então, uma construção Aplicativa, enquanto em (46b), tem-se uma construção preposicionada propriamente dita. A sentença em (46b) só será possível se *a Maria* não é diretamente afetada pela transferência expressa pelo verbo. Assim, o uso da preposição *para* implica que a carta chegue às mãos da Maria por intermédio de outra pessoa, ou seja, de uma espécie de alvo temporário que, de certa maneira, foi afetado mais diretamente pelo processo de transferência. Daí a possibilidade de uma sentença como (47):

(47) DADOS DO PE

- a. O José enviou ao João/ lhe uma carta para que entregasse à Maria.
(Torres-Morais, 2007 – p: 96)

Assim, na sentença em (47a), a interpretação necessária, segundo a autora, é a de que a carta foi enviada diretamente.

No que diz respeito ao redobro do clítico em contextos dativos, Torres-Morais (2007) afirma que tal fenômeno no PE, ao contrário do que ocorre no espanhol, é bastante restrito, limitando-se aos casos em que o DP dobrado é um pronome forte. Assim, um DP lexical não pode ser dobrado pelo clítico. No entanto, para a autora, assim como proposto por Cuervo (2003), os contextos de redobro instanciam a construção de objeto duplo, enquanto a ausência do redobro identifica a contraparte preposicionada. A diferença fica por conta do fato de que, no espanhol, o clítico dativo é a realização fonológica do núcleo Aplicativo, enquanto, no PE, tal clítico é licenciado no especificador da projeção Aplicativa, daí a distribuição complementar entre dativos plenos e cliticizados na construção de objeto duplo do PE. As estruturas propostas em Torres-Morais (2007) podem ser vistas abaixo:

(48) ESTRUTURA DE OBJETO DUPLO – PE

(Torres-Morais, 2007 – p: 107)

Na estrutura acima, o DP dativo assimetricamente c-comanda o complemento tema. O núcleo Aplicativo baixo denota uma relação dinâmica de posse na qual o argumento dativo é recipiente. Assim, o núcleo funcional Aplicativo licencia o dativo

em seu especificador e o relaciona ao tema. O caso do dativo fica por conta da preposição funcional que o licencia por caso inerente.

(49) ESTRUTURA BITRANSITIVA PREPOSICIONADA – PE

(Torres-Morais, 2007 – p: 108)

Na estrutura preposicionada em (49), por sua vez, as relações de comando são invertidas: o DP tema c-comanda assimetricamente o complemento da preposição. Nesses casos, a preposição é definida, segundo a autora, como uma preposição verdadeira que, de alguma maneira, contribui para o sentido direcional veiculado na sentença.

2.5.1 DISCUSSÃO: A PROPOSTA DE TORRES-MORAIS (2007) E OS DADOS DO PB(M)

Através da leitura de Torres-Morais (2007), podemos perceber que há diferenças interessantes entre os dados do PE e os dados do PB. Uma delas é o fato de que no PB, apesar de o complemento da preposição *a* em um contexto bitransitivo ser interpretado como alvo do evento descrito pelo verbo, isso não implica que esse alvo tenha sido

diretamente atingido, ou seja, a ação descrita pelo evento pode ter sido feita por um elemento intermediário. Nesse sentido, mesmo que haja um elemento intermediando o transcorrer do evento verbal, a interpretação do elemento que segue a preposição *a* é necessariamente a de alvo, como em (50a):

(50) DADOS DO PB

- a. O João enviou uma carta à Maria.
- b. O João enviou uma carta à Maria pelo correio/ pelo Pedro/ pela irmã.

No que diz respeito à preposição *para* nos dados do PB, ela será ambígua entre a interpretação de alvo e de beneficiário.

(51) DADOS DO PB

- a. O João entregou o livro para a Maria. (Maria → Papel Semântico de Alvo)
- b. O João entregou a carta para a Maria na biblioteca. (Maria → Papel Semântico de Beneficiário)

Quando a interpretação veiculada é a de alvo tem-se exatamente a mesma interpretação proporcionada pela preposição *a*, ou seja, nesse caso, a alternância entre as preposições não implica em uma alternância semântica. Assim, do mesmo modo como acontecia com a sentença construída com a preposição *a*, o elemento que segue a preposição *para* é interpretado como alvo.

Isso nos faz levantar a hipótese, ainda sem grande profundidade nesta seção, de que a estrutura sintática proposta para esse tipo de sentença acima, ou seja, com verbos de transferência como ‘entregar’, por exemplo, precisa ser a mesma, independente de a preposição escolhida ter sido *a* ou *para*, se a interpretação do complemento da preposição em questão for a de alvo. Interessante ressaltar que tal interpretação é justamente a semântica do Aplicativo Baixo, tal como proposta em Pylkkänen (2002).

Por outro lado, quando a interpretação eleita para o complemento da preposição *para* é a de beneficiário, o alvo propriamente dito não estará nem mesmo expresso em uma sentença tal como (52a):

(52) DADOS DO PB

- a. O João enviou a carta para a Maria. (Sentido proposto: Maria → Papel Semântico de Beneficiário)
- b. O João enviou a carta para a Maria pelo correio. (Maria → Papel Semântico de Beneficiário+ Presença de um intermediário)

Uma sentença como (52a) é perfeitamente possível no contexto em (53), por exemplo:

.

(53) CONTEXTO – Preposição *para* introduzindo beneficiário

A Maria precisava enviar uma carta para o Pedro, mas estava sem tempo para ir ao correio. Sabendo que o João trabalha do lado de um correio, ela pediu que o João enviasse a carta no lugar dela.

Interessante ressaltar que essa interpretação de beneficiário do evento é justamente a semântica do Aplicativo Alto, tal como proposto em Pylkkänen (2002)⁹.

Tendo em mente a linha de raciocínio acima proposta, vamos a mais alguns dados do PE para prosseguirmos com a discussão:

(54) DADOS DO PE

- a. A Maria fez um jantar aos convidados/ fez-lhes um jantar.
- b. A Maria fez um jantar para os convidados. (Torres-Morais, 2007 – p. 96)

Torres-Morais (2007) explica que, na variante de objeto duplo, ou seja, em (54a), uma relação de posse entre *os convidados* e o *jantar* é necessariamente estabelecida. Não se pode usar a preposição *a* sem que a Maria tenha a intenção de os

⁹ A análise dos dados do PB propriamente ditos será feita nas próximas sessões desta dissertação.

convidados comerem o jantar. Já na variante preposicionada, há um sentido direcional presente, em que há a possibilidade de os convidados não comparecerem ao jantar. Segundo a autora, portanto, a presença da preposição *para*, quando esse elemento é uma possibilidade de escolha do verbo, estabelece entre os complementos do verbo uma relação menos direta do que a estabelecida pela preposição *a*. Assim, na ausência de uma orientação direta para o alvo, somente a preposição *para* é permitida.

Comparando os dados do PE, em (54), com os dados do PB, em (55), notamos que preposição *a* não mais parece ser uma possibilidade de seleção do verbo, enquanto que o complemento da preposição *para* ainda assim parece ambíguo entre uma leitura em que há uma relação entre ‘amigo’ e ‘jantar’ ou uma leitura em que a relação é entre ‘amigo’ e o evento denotado pelo verbo.

(55) DADOS DO PB:

- a. *A Maria fez o jantar ao amigo
- b. A Maria fez o jantar para o amigo. → AMBIGUIDADE

Prosseguindo com os dados do PE, ainda é preciso ressaltar que, segundo Torres-Morais (2007), em uma sentença dessa língua, o complemento da preposição *a* também pode carregar a interpretação de beneficiário. Assim, uma sentença como *O José fez o jantar à Maria*, do PE, pode ter a interpretação de que o José fez o jantar no lugar da Maria, porque ela não podia fazê-lo. O que queremos apontar diante disso é que essa interpretação - em que um elemento estabelece uma relação de beneficiário com o evento - é justamente a semântica de Aplicativo Alto, tal como proposta por Pylkkänen (2002). No entanto, Torres-Morais (2007) propõe que o PE possui apenas o núcleo Aplicativo Baixo.

Com relação aos dados do PB, justamente o contrário parece ocorrer: a preposição *a* não pode veicular senão a interpretação de alvo, enquanto a preposição *para* encabeça um DP que será ambíguo entre as semânticas de alvo e beneficiário nesse tipo de contexto verbal.

2.6 A FLEXIBILIDADE DA ALTERNÂNCIA DATIVA

Contra a argumentação de que a alternância dativa envolva diferenças tão grandes na estrutura de argumentos, trazemos a proposta de Bresnan et al. (2007)¹⁰, cuja questão de base é a seguinte: como um falante de inglês determina qual das variantes da alternância dativa será escolhida para veicular uma dada mensagem sobre um dado evento – a estrutura preposicionada ou a estrutura de duplo objeto?

Baseada em dados de conversações naturais e espontâneas, a hipótese que subjaz a proposta de Bresnan *et al* (2007) é a de que muitas das restrições linguísticas que se assumiu atuar no fenômeno da alternância dativa não se mostram efetivamente relevantes, quando o que está em questão é a língua colocada em uso.

Nesse sentido, os autores afirmam que Collins (1995), estudando um *corpus* de inglês australiano, nota que construções de duplo objeto são polarizadas em escalas de acessibilidade do discurso, definitude, pronominalidade, comprimento das palavras, sendo que o recipiente possui as propriedades mais proeminentes (*topic like*) quando comparadas com o objeto tema. É nessa perspectiva que Bresnan *et al* (2007) propõem que os verbos dativos do inglês têm mais flexibilidade sintática do que se costuma propor na literatura. Assim, para os autores, outros elementos, tais como aspectos

¹⁰ O trabalho de Bresnan *et al.* (2007) propõe a possibilidade de as intuições gramaticais, sem o apoio do uso espontâneo da fala, subestimarem o espaço das possibilidades gramaticais e aponta que teorias modernas de estatística amplamente usadas em outros campos do conhecimento podem trazer importantes resultados para o campo linguístico, mas não entraremos na discussão dessas questões.

informativos, parecem influenciar a escolha de sentenças preposicionadas ou de sentenças de objeto duplo pelo falante. Nesse sentido, Bresnan *et al.* (2007) se utilizam de vários modelos de cálculo ¹¹, com variáveis controladas e de teorias modernas de estatística. Um resumo dos resultados reportados pelos autores pode ser visto abaixo:

- (a) **Recipientes inanimados:** têm mais chances de ocorrer com uma estrutura preposicionada do que recipientes animados.
- (b) **Recipientes não-pronominais:** têm mais chances de ocorrer em uma estrutura preposicionada.
- (c) **Elementos não-dados no discurso:** têm mais chances de ocorrer em uma estrutura preposicionada do que elementos compartilhados pelos falantes.

Assim, entre os efeitos relacionados à alternância dativa do inglês estão, segundo os autores, a animacidade, a pronominalidade e a propriedade de ser ou não conhecido no discurso. É interessante ressaltar que, em um dos experimentos, os autores constatam que a influência de tais variáveis na escolha da estrutura dativa a ser utilizada permanece significativa mesmo quando condicionadas pelo sentido de verbos específicos.

A proposta de Bresnan *et al.* (2007) vem ao encontro da nossa hipótese de que a ordem VPPNP no PB e possivelmente VNPNP no PBM está relacionada ao estatuto de Tópico do elemento colocado entre o verbo e o objeto direto. Tal hipótese já foi investigada e confirmada em Scher (1996) e será desenvolvida no capítulo 4 desta dissertação sob uma perspectiva diferente, nomeadamente, a da cartografia do CP e do IP. Desse mesmo modo, a proposta de Bresnan *et al.* (2007) mostra que a alternância

¹¹ Pela complexidade dos cálculos feitos nas propostas dos autores, eles não serão trazidos na dissertação. Para maiores detalhes, confira Bresnan *et al.* (2007)

dativa não deve envolver uma diferença na estrutura argumental *core* dos predicados verbais.

2.7 A ALTERNÂNCIA DATIVA E SUAS ASSIMETRIAS

Barss & Lasnik (1986) detectam importantes assimetrias entre as construções preposicionadas e as construções de duplo objeto. Em especial, tais assimetrias parecem apontar para o funcionamento das relações de c-comando entre os argumentos verbais nas variantes da alternância dativa.

Nesta seção revisitaremos as assimetrias dessa alternância, buscando verificar se, e em que medida, é possível encontrar pistas a respeito das relações de c-comando estabelecidas entre os elementos que compõem uma sentença bitransitiva no PB.

Abaixo trazemos alguns testes sintáticos que buscam evidenciar assimetrias estruturais entre os argumentos verbais nas variantes que configuram o fenômeno da alternância dativa, entre eles estão: ligação de anáforas, ligação de pronomes possessivos e cruzamento fraco. Ressaltamos que, dada a dificuldade de comparação com os dados do inglês, bem como com os dados de redobro do espanhol, faremos, em grande parte dos testes, comparações baseadas em sentenças do PE trazidas em Torres-Morais (2007).

2.7.1 A LIGAÇÃO DE ANÁFORAS

No que diz respeito ao fenômeno da ligação de anáforas, Barss e Lasnik (1986) trazem evidências de que, em construções preposicionadas, o objeto direto pode ligar

uma anáfora dentro de um sintagma preposicional (56a), mas o PP, por sua vez, não pode ligar uma anáfora dentro do objeto direto (56b):

(56) DADOS DO INGLÊS

- a. I showed John to himself in the mirror.
- b. *I showed himself to John in the mirror. (Barss & Lasnik, 1986)

Quanto aos dados do PE, Torres-Morais (2007) aponta que diagnósticos paralelos podem ser feitos para a ligação de anáforas na língua em questão. Os dados da variante preposicionada e de objeto duplo podem ser vistos abaixo:

(57) DADOS DO PE – Variante Preposicionada

- a. O cabeleireiro revelou [OD a Maria_i] [OI **a** si mesma_i] no espelho
 - b. *O cabeleireiro revelou [OD **a** si mesma_i] [OI **à** Maria_i] no espelho
 - c. *O cabeleireiro revelou [OI **à** Maria_i] [OD **a** si mesma_i] no espelho.
- (Torres-Morais, 2007 – p: 122)

(58) DADOS DO PE – Variante Aplicativa

- a. O novo corte de cabelo devolveu **à** Maria_i a estima **de** si mesma_i
 - b. O novo corte de cabelo devolveu-**lhe**_i a estima **de** si mesma_i
 - c. *O novo corte de cabelo devolveu a estima **de** si mesma_i **à** Maria_i
- (Torres-Morais, 2007 – p: 122)

Diante disso, colocamos como questão a relação entre a ligação de anáforas e dados de sentenças bitransitivas do PB e do PBM. Vamos ao paradigma relevante para a comparação com o que Torres-Morais (2007) chamou de sentenças preposicionadas:

(59) DADOS DO PB

- a. O cabeleireiro mostrou [OD a Maria_i] [OI pra ela mesma_i] no espelho.
- b. *O cabeleireiro mostrou [OD ela mesma_i] [OI pra Maria_i] no espelho.
- c. O cabeleireiro mostrou [OI pra Maria_i] [OD ela mesma_i] no espelho.

(60) DADOS DO PBM

- a. O cabeleireiro mostrou [OD a Maria_i] [OI ela mesma_i] no espelho.
- b. *O cabeleireiro mostrou [OD ela mesma_i] [OI a Maria_i] no espelho.
- c. O cabeleireiro mostrou [OI a Maria_i] [OD ela mesma_i] no espelho.

A comparação dos dados do PB(M) com as chamadas estruturas aplicativas pode ser vista abaixo:

(61) DADOS DO PB

- a. O novo corte de cabelo devolveu **à Maria_i** a estima **de si mesma_i**;
- b. O novo corte de cabelo devolveu a estima **de si mesma_i** **à Maria_i**;

(62) DADOS DO PBM

- a. O novo corte de cabelo devolveu **a Maria_i** a estima **de si mesma_i**;
- b. O novo corte de cabelo devolveu a estima **de si mesma_i** **a Maria_i**;

O que podemos ver através dos dados acima é que os julgamentos para as sentenças do PB e do PBM não são compatíveis nem com a variante preposicionada, nem com a variante Aplicativa no que diz respeito à ligação de anáforas¹², quando comparadas aos dados do PE propostos em Torres-Morais (2007). Parece, portanto, que tal assimetria detectada na alternância dativa do PE não é conclusiva no que diz respeito à hierarquia sintática dos elementos que compõem as sentenças bitransitivas no PB. Importa salientar, no entanto, que os julgamentos são bastante semelhantes quando comparamos os dados do PB propriamente dito com as sentenças do dialeto do PBM, o que aponta para o fato de que, qualquer que seja a estrutura sintática a ser proposta, ela deve ser a mesma tanto para o PB quanto como para os dados com a omissão de preposição no PBM.

¹² Para detalhes do funcionamento das anáforas no PB cf. Klein (2001).

2.7.2 LIGAÇÃO DE POSSESSIVOS

Também na ligação de possessivos, Barss & Lasnik (1986) detectam interessantes assimetrias entre o comportamento das variantes da alternância dativa. Assim, em estruturas de objeto duplo, um pronome possessivo na posição de tema pode ser ligado por um dativo. Se o possessivo estiver na posição de alvo tal ligação não pode acontecer.

Atentando para o fenômeno da ligação de possessivos nas sentenças do PE, Torres-Morais (2007) aponta que as assimetrias entre as variantes da alternância dativa também se fazem presentes. Dessa forma, em (63) abaixo, diante de estruturas verdadeiramente preposicionadas, o DP tema liga o possessivo interno ao PP. A sentença é gramatical uma vez que o objeto direto c-comanda assimetricamente o objeto indireto. Nesse sentido, as ordens inversas são agramaticais, como se pode ver nos dados em (64):

(63) DADOS DO PE – Estrutura Preposicionadas

- a. A polícia entregou os bebês_i a seus_i (respectivos) pais
- b. Apresentamos o médico_i a seu_i paciente
- c. Nós demos os cheques_i a seus_i donos (Torres-Morais, 2007 – p: 123)

(64) DADOS DO PE – Estrutura Preposicionada

- a. *Apresentamos o seu_i paciente ao médico_i
- b. *A polícia entregou os seus_i bebês aos pais_i
- c. *Nós demos os seus_i cheques aos trabalhadores_i
(Torres-Morais, 2007 – p: 123)

Nesse mesmo sentido, para Torres-Morais, na variante de objeto duplo do PE, o possessivo no objeto direto pode ser ligado pelo dativo, o que leva a autora a concluir que, nos dados em (65), é o dativo propriamente dito que c-comanda o objeto direto.

(65) DADOS DO PE – Estrutura Aplicativa

- a. Nós demos aos trabalhadores_i os seus_i cheques.
- b. Apresentamos ao médico_i o seu_i paciente.
- c. A polícia devolveu aos pais_i as suas_i crianças.

(Torres-Morais, 2007 – p: 123)

Vamos agora tentar verificar se a ligação de possessivos pode dizer alguma coisa sobre a estrutura hierárquica dos argumentos em sentenças bitransitivas do PB e do PBM. O paradigma relevante para a comparação com as estruturas preposicionadas pode ser visto abaixo:

(66) DADOS DO PB

- a. A polícia entregou os bebês_i a seus_i (respectivos) pais.
- b. Apresentamos o médico_i ao seu_i paciente.
- c. Nós demos os cheques_i aos seus_i donos.

(67) DADOS DO PBM

- a. A polícia entregou os bebês_i os seus_i (respectivos) pais.
- b. Apresentamos o médico_i o seu_i paciente.
- c. Nós demos os cheques_i os seus_i donos.

(68) DADOS DO PB

- a. *Apresentamos o seu_i paciente ao médico_i.
- b. *A polícia entregou os seus_i bebês aos pais_i.
- c. *Nós demos os seus_i cheques aos trabalhadores_i.

(69) DADOS DO PBM

- a. *Apresentamos o seu_i paciente o médico_i.

- b. *A polícia entregou os seus_i bebés os pais_i.
- c. *Nós demos os seus_i cheques os trabalhadores_i.

Quanto à comparação entre os dados do PB(M) e as estruturas aplicativas, o paradigma relevante é encontrado abaixo:

(70) DADOS DO PB

- a. Nós demos aos trabalhadores_i os seus_i cheques.
- b. Apresentamos ao médico_i o seu_i paciente.
- c. A polícia devolveu aos pais_i as suas_i crianças.

(71) DADOS DO PBM

- a. Nós demos os trabalhadores_i os seus_i cheques.
- b. Apresentamos o médico_i o seu_i paciente.
- c. A polícia devolveu os pais_i as suas_i crianças.

No que diz respeito ao diagnóstico de ligação de possessivos, o julgamento das sentenças do PB e do PBM parece compatível tanto com as sentenças que Torres-Morais (2007) considerou serem estruturas preposicionadas, quanto com as sentenças que a autora chamou de construções Aplicativas. Novamente o diagnóstico não é nada conclusivo no que diz respeito às sentenças do PB(M). Interessante ressaltar ainda o paralelismo mantido entre as sentenças do português como um todo e as sentenças em que ocorre a omissão da preposição, o que, mais uma vez, parece apontar para uma unificação da estrutura sintática, seja ela qual for.

2.7.3 O CRUZAMENTO FRACO

O chamado efeito de cruzamento fraco acontece quando um pronome possessivo está co-indexado com um constituinte mais baixo que sofre movimento-wh. As

variantes da alternância dativa também apresentam assimetrias quanto aos efeitos de cruzamento fraco. Assim, nas construções preposicionadas do inglês, por exemplo, tal fenômeno pode ser observado quando o DP alvo sofre movimento-wh passando sobre o um DP tema que contém um possessivo co-indexado com o alvo. A agramaticalidade não ocorre, no entanto, se o pronome possessivo fizer parte do PP.

(72) DADOS DO INGLÊS – Sentenças Preposicionadas

- a. *Who_i Did Mary give his_i check to t_i?
- b. What_i did Mary give t_i to its_i owner? (Cuervo, 2003 – p: 57)

Nas construções de objeto duplo do inglês os efeitos são inversos: o cruzamento fraco ocorre quando há um pronome possessivo no sintagma dativo que é co-indexado com o objeto tema, que, por sua vez, é alçado através de um movimento-wh. O efeito não ocorre, no entanto, se o possessivo está no objeto direto e o dativo é um elemento wh.

(73) DADOS DO INGLÊS – Sentenças de objeto duplo

- a. *What_i did Mary give its_i owner t_i?
- b. Who_i did Mary give t_i his_i check? (Cuervo, 2003 – p: 58)

Cuervo (2003) propõe que, nas construções preposicionadas do espanhol, efeitos de cruzamento fraco acontecem na presença de um possessivo ligado por um PP-wh alçado, mas não quando o possessivo está contido no PP, tal como ocorre nas construções preposicionadas do inglês.

(74) DADOS DO ESPANHOL

- a. *¿A quién_i entregamos su_i cheque t_i?

- b. ¿Qué (libro) entregamos t_i a su dueño $_i$? (Cuervo, 2003 – p. 58)

Do mesmo modo, ainda segundo Cuervo (2003), as assimetrias no efeito do cruzamento fraco detectadas nas construções de objeto duplo do inglês, podem ser paralelamente encontradas nas sentenças do espanhol que apresentam o redobro do clítico.

(75) DADOS DO ESPANHOL

- a. *¿Qué $_i$ (libro) le entregamos a su $_i$ dueño?
b. ¿A quién $_i$ le entregamos su $_i$ cheque? (Cuervo, 2003 – p. 58)

Concluindo os resultados no que diz respeito aos efeitos de cruzamento fraco no espanhol, Cuervo (2003) afirma que, para dar conta dos fatos em (75), é preciso assumir que o vestígio do objeto-wh em (75a) está mais baixo do que a posição do DP dativo, já em (75b) o vestígio de *a quién* deve estar mais alto que a posição do DP objeto, configurando, desse modo, as relações hierárquicas adequadas¹³.

Vejam os agora o que os dados de cruzamento fraco tem a dizer sobre a hierarquia de argumentos em sentenças bitransitivas do PB(M):

(76) DADOS DO PB

- a. *Para quem $_i$ entregamos seu $_i$ cheque t_i ?
b. Que (livro) entregamos t_i para o seu dono $_i$?

(77) DADOS DO PBM

- a. * Quem $_i$ entregamos su $_i$ cheque t_i ?
b. Que (livro) entregamos t_i o seu dono $_i$?

¹³ Não foram encontrados testes de cruzamento fraco em Torres-Morais (2007).

Quanto aos dados de cruzamento fraco, o julgamento das sentenças do PB e do PBM parecem agora compatíveis com o que Cuervo (2003) chamou de sentença aplicativa, mas incompatíveis com as sentenças consideradas pela autora como representante de estruturas preposicionadas propriamente ditas. Tal fato nos leva a dizer que esse diagnóstico, bem como os diagnósticos anteriores, não é conclusivo para determinar a hierarquia dos elementos em sentenças do PB(M). Não podemos deixar de ressaltar, no entanto, a semelhança encontrada entre os julgamentos do PB e do PBM, o que parece mostrar que, de fato, não há alternância entre os dados em questão.

2.7.4 RESUMO DAS ASSIMETRIAS NA ALTERNÂNCIA DATIVA

Os diagnósticos trazidos na seção acima trouxeram resultados bastante inconclusivos a respeito da hierarquia dos elementos em sentenças bitransitivas do PB(M): (i) os testes de ligação de anáforas, apontam para uma incompatibilidade tanto com a variante preposicionada, quanto de objeto duplo; (ii) os testes de ligação de possessivos, por sua vez, parecem mostrar uma compatibilidade dos dados do PB com as duas variantes da alternância dativa e (iii) os testes de cruzamento fraco, por fim, mostram compatibilidade dos dados do PB(M) com as construções aplicativas, mas não com as preposicionadas. É bem verdade que a comparação foi feita, em grande parte, somente com os dados do PE, o que pode influenciar no resultado dos testes. No entanto, o que queremos enfatizar a partir das comparações feitas acima em todos os diagnósticos, é que os julgamentos dos dados do PB foram exatamente os mesmos quando comparados com os dados do PBM, o que parece ser uma evidência bastante interessante de que as estruturas sintáticas de ambos também não devem conter

diferenças na hierarquia dos elementos que a compõem, bem como, na relação deles com o predicado verbal.

2.8 A AUSÊNCIA DE OBJETO DUPLO NO PBM

Nesta seção pretendemos argumentar em favor de que o PBM não participa do grupo de línguas que apresenta o fenômeno da alternância dativa. A semelhança entre as sentenças possíveis nesse dialeto e as sentenças de objeto duplo do inglês, resultando na ordem VNPNP em ambos os casos, é, nesse sentido, apenas aparente. O percurso teórico desta seção está baseado nas propostas de Scher (1996) e na análise de Pujalte (2008) para o conjunto de dados do dialeto em questão.

2.8.1 SCHER (1996) E OS DADOS DO PBM

Scher (1996) faz um estudo sintático-comparativo entre as sentenças bitransitivas do inglês e do PB. Mais especificamente, a autora direciona análise para um dialeto do PB falado na Zona da Mata Mineira, o PBM.

O ponto de partida da análise em questão é a hipótese de que a ordem VNPNP possível tanto no PBM, como em *O João deu o pai o livro*, quanto em inglês, como *John gave daddy the book*, poderia representar um mesmo fenômeno ocorrendo nas duas línguas em questão. Para tanto, análises já propostas para as construções de objeto duplo e largamente utilizadas para explicar a estrutura sintática das sentenças do inglês, tais como em Fillmore (1965), Kuroda (1968), Larson (1988) e Grimshaw (1989), deveriam ser adequadas também para o PBM.

No entanto, os dados do PBM não confirmaram a hipótese, revelando diferenças significativas entre processos que resultam na mesma ordem de constituintes em uma

língua e outra, o que levou a autora a concluir que o PB, como um todo, não é um língua que possui construções de objeto duplo. Vamos à argumentação proposta em Scher (1996), através da qual a autora busca mostrar que o PBM, de fato, não apresenta a variante de objeto duplo da alternância dativa:

2.8.1.1 Liberdade no ordenamento dos constituintes

Segundo Scher (1996), fica evidente logo de início que no PBM, assim como no PB, há uma certa liberdade na ordem em que os complementos dos verbos aparecem nas sentenças bitransitivas: não parece haver restrições para a aceitabilidade da sentença quando um PP aparece na posição entre o verbo (V) e o objeto direto (OD). Os dados em (78)a,c,e,g são representativos do PB¹⁴, enquanto que aqueles em (78)b,d,f,h, representam o PBM.

(78) DADOS DO PBM

a. Ela deu o retrato pro/ao irmão.	b. Ela deu o retrato o irmão.
c. Ela deu pro/ao irmão o retrato.	d. Ela deu o irmão o retrato.
e. Eu dei pra/a ele trinta reais	f. Eu dei ele trinta reais.
g. Eu dei trinta reais pra/a ele	h. Eu dei trinta reais ele.

(Scher 1996 – p: 25)

2.8.1.2 Omissão da preposição sem a “inversão” dos complementos verbais

Outra característica do PBM presente na descrição de Scher (1996) é o fato de que o PBM admite a omissão da preposição mesmo sem a inversão entre OI e OD:

(79) DADOS DO PBM

¹⁴ Os dados com a preposição realizada também são possíveis no dialeto do PBM. Essa opcionalidade, entre a omissão ou a realização da preposição não será abordada dentro dos limites desta dissertação e fica como fenômeno ainda a ser investigado.

- a. Mostra o carrinho os meninos!
- b. Dá o recado o seu irmão.

(Scher 1996 – p: 39)

2.8.1.3 Omissão da preposição com objeto direto não-explicito

Do mesmo modo, segundo a autora, o PBM permite a omissão da preposição do OI mesmo em contextos em que não há o OD explícito.

(80) DADOS DO PBM

- a. “O que ela fez com o retrato?” “Ela deu o Pedro.”
- b. “O que você vai fazer com o livro da Ana? Ela não está em casa.” “Eu entrego o pai dela.”

(Scher 1996 – p: 39)

2.8.1.4 Passivização

Scher (1996) mostra ainda que, ao contrário do inglês, o PB(M) não pode nominativizar um dativo. Isto quer dizer que, nessa língua/dialeto nem a passivização do objeto indireto preposicionado, nem tão pouco a passivização do objeto indireto representado superficialmente por um NP serão possíveis.

(81) DADOS DO PB(M)

- a. A Maria deu um livro aos/pros meninos.
- b. Um livro foi dado aos/pros meninos.
- c. *Pros/Aos meninos foram dados um livro.
- d. *Os meninos foram dados um livro.

(Scher 1996, p: 28)

2.8.1.5 Relativização e fracionamento do pronome interrogativo

Outra característica do dialeto do PBM, apresentada em Scher (1996), é que ele permite a relativização e o fracionamento do pronome interrogativo, não atendendo às restrições apresentadas por Fillmore (1965) ou Kuroda (1968)¹⁵:

(82) DADOS DO PBM

- a. Eu dei (a/pro) menino o caderno, mas ele não está aqui.
- b. O menino que eu dei o caderno não está aqui. (Scher 1996, p: 29)

(83) DADOS DO PBM

- a. A Maria deu (a/pr)o Pedro este livro.
- b. ?Quem que a Maria deu este livro? (Scher 1996, p: 29)

2.8.1.6 Cognatos no PB(M) dos verbos *donate*, *contribute* e *distribute* do inglês

Como apontado em Larson, (1988), verbos como *donate*, *distribute* e *contribute* do inglês não participam da alternância dativa, não permitindo a formação da variante de objeto duplo. Seja lá qual for a análise que se dê para esse fato, os cognatos do PB(M) não parecem obedecer a essa restrição, pois licenciam sequências VNPNP mesmo com tais predicados verbais :

(84) DADOS DO INGLÊS

- a. John donated money to charity.
- b. *John donated charity the money.
- c. I contributed my time to the auction.
- d. *I contributed the auction my time.
- e. I distributed apples to the children.
- f. *I distributed the children apples. (Larson, 1988 – p: 371)

¹⁵ Para maiores detalhes a respeito da argumentação presente em Fillmore (1965) e Kuroda (1968) confira Scher (1996), capítulo II – p: 18 a 27.

(85) DADOS DO PBM

- a. O João doou muito dinheiro ao orfanato.
- b. O João doou o orfanato muito dinheiro.
- c. O Pedro distribuía seus agradecimentos aos amigos.
- d. O Pedro distribuía os amigos seus agradecimentos. (Scher 1996, p: 31)

Vale a pena ressaltar o fato de *contribuir* não permitir o apagamento da preposição, o que pode ser explicado pelo fato de que a preposição *a* não faz parte das possibilidades de seleção desse predicado verbal, o que é, segundo Scher (1996), um dos requisitos para que a ausência da preposição seja licenciada nos dados do PBM.

É nessa linha de argumentação que Scher (1996) afirma que os dados do PBM não são compatíveis com a alternante de objeto duplo do inglês. No entanto, mesmo propondo que estamos diante de fenômenos diferentes no inglês e do PB(M), há, segundo a autora, um ponto de contato bastante interessante na comparação entre os dados das duas línguas em questão: o caráter de Tópico do elemento colocado entre o verbo e objeto direto quando a ordem é VNPNP para o inglês e VPPNP ou VNPNP, para o PB e para o PBM, respectivamente; ou seja, embora distintos os processos sintáticos envolvidos nas duas línguas podem ter uma origem comum.

2.8.2 AS SENTENÇAS DO PBM NA VISÃO DE PUJALTE (2008)

Na mesma direção de argumentação de Scher (1996), encontramos o trabalho de Pujalte (2008). Na perspectiva de ambas as autoras em questão, os dados do PBM não são exemplares das sentenças da variante de objeto duplo da alternância dativa.

Situando rapidamente o trabalho de Pujalte (2009), os dativos do espanhol formam uma classe sincrética composta por, pelo menos, dois grupos: (i) dativos argumentais, em que o DP dativo é argumento do predicado verbal e (ii) dativos não-

argumentais, em que o DP dativo é adicionado à estrutura argumental do verbo e precisa ser licenciado por um núcleo funcional Aplicativo¹⁶. Nesse sentido, a autora argumenta que a variante do PB falada na Zona da Mata Mineira não participa da alternância dativa, não envolvendo, portanto, uma projeção Aplicativa, assim como acontece com os dativos não-argumentais no espanhol.

Comparando, mais especificamente, os dativos do PB e do espanhol, a autora defende que, em oposição ao espanhol, o PB não apresenta casos de alternância dativa em que um complemento, de outro modo preposicionado, apareça realizado em uma construção dativa. Nesse sentido, a hipótese assumida é a de que o PB perdeu as projeções Aplicativas que parecem se encontrar em espanhol e em PE. Apesar disso, ele conserva as construções bitransitivas de OD e OI, já que estas não envolvem núcleos Aplicativos.

Assim como tentamos mostrar nas seções acima, também para Pujalte (2008), o PBM não difere do PB, já que não apresenta as alternâncias do PE ou do espanhol. O argumento central da autora reside no fato de que, ao se assumir que o PB(M) possui projeções Aplicativas, torna-se impossível explicar porque somente as possui para os dativos argumentais e não para os outros casos de alternâncias dativas. Assim, a agramaticalidade de dados tais como em (86a) e (86b) abaixo fica sem explicação.

(86) DADOS DO PB e PBM

- a. *A Maria cortou as unhas ao menino (Torres-Morais & Salles, 2007)
- b. *A Maria deixou os filhos muitos bens (Scher, 1996)

Acompanhando a argumentação de Scher (1996), Pujalte (2008) adota a hipótese de que a perda da preposição em determinados contextos no PBM se explicaria por

¹⁶ Uma discussão mais detalhada da proposta de Pujalte (2009) para os dados do espanhol será feita no capítulo 3 desta dissertação.

motivos independentes (cf. Scher, 1996). Neste sentido, o PBM não se diferencia do PB, contra o que sustentam Torres Morais & Salles (2007). A explicação da autora caminha no sentido de que ao se assumir que, no PBM, a construção sem preposição é consequência da presença de um sintagma Aplicativo, o fato de o PBM não permitir as construções com dativos Aplicados, ou seja, os dativos não-argumentais do espanhol, fica sem explicação, já que se esperaria que esse dialeto pudesse fazer uso dos Aplicativos em algum outro contexto.

Nesta dissertação, acompanhamos as propostas de Scher (1996) e Pujalte (2008), de que o PB(M) não participa da alternância dativa. No entanto, diferentemente da análise dessas autoras a nossa proposta é a de que, tanto no PB, quanto no PBM, em contextos bitransitivos, os dois argumentos internos do predicado verbal devem ser inseridos na estrutura através de um núcleo funcional especializado, que, para os limites deste trabalho e diante da semântica proposta em Pylkkänen (2002), hipotetizamos ser um Aplicativo Baixo (cf. capítulo 3 desta dissertação).

2.9 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Neste capítulo trouxemos algumas propostas sintáticas que fizeram uso de projeções funcionais Aplicativas na estruturação de argumentos. Mais especificamente, apresentamos a sistematização dessas projeções, proposta em Pylkkänen (2002), seguida das implementações propostas em Cuervo (2003) e Torres-Morais (2007) para o espanhol e para o PE, respectivamente. Em todas essas abordagens, a presença do Aplicativo está relacionada a uma mudança na estrutura de argumentos ou ainda, no número de argumentos que um predicado verbal tem previsto em sua estrutura *core*. Não encontramos, no entanto, evidências da separação entre o que poderia ser um

argumento *core* e o que poderia ser um argumento adicional. Nesse mesmo sentido, baseados em Scher (1996) e Pujalte (2008), argumentamos em favor da inexistência da variante de objeto duplo da alternância dativa em sentenças do PB(M).

CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DOS DADOS DO PB

Este capítulo é composto por uma proposta de análise das sentenças bitransitivas do PB a partir das ideias e conclusões construídas nos capítulos anteriores. Toda a investigação passa pela questão de tentar definir o que esta pesquisa considera como uma sentença bitransitiva propriamente dita, bem como de entender, explicar e representar os constituintes sintáticos que fazem parte de uma sentença desse tipo. Trata-se, portanto, de um estudo interessado na estrutura argumental propriamente dita dos predicados verbais em análise.

Para tanto, o capítulo está organizado da seguinte maneira: primeiramente fazemos uma breve retomada dos dados de base da pesquisa. A seguir, voltamo-nos para a questão de quais os limites do que vamos considerar um contexto sentencial verdadeiramente bitransitivo no PB. Tal questão será respondida em duas frentes: uma descritiva e uma estrutural.

Para uma definição descritiva, tomamos como apoio a proposta de Pujalte (2009), que defende a divisão dos dativos do espanhol em dois grupos: os argumentais e os não-argumentais. A nossa proposta é a de que a preposição *a* seja a verdadeira introdutora do argumento verbal indireto no PB e, assim, verbos que aceitam tal preposição na introdução do objeto direto serão os nossos bitransitivos devidamente categorizados.

Para uma definição estrutural, discutiremos o licenciamento e o estatuto de alguns elementos sentenciais, tal como, tema, o beneficiário e o alvo. Baseado nessa discussão, chegaremos, enfim, à proposta de estruturação sintática, que propõe a presença de núcleos funcionais Aplicativos na introdução dos argumentos internos de um verbo bitransitivo.

3.1 RETOMANDO ALGUMAS IDEIAS

Conforme já apontamos no capítulo 1, o fenômeno da bitransitividade nos dados do PB e do PBM está sendo revisitado, nesta pesquisa, a partir de dois aspectos: (i) a possibilidade de alternância entre as preposições *a* e *para* na introdução do elemento indireto e (ii) a possibilidade de alternância na ordenação dos complementos do predicado verbal. Ao levarmos esses aspectos em consideração, despontam como questão os dados do PBM, dialeto em que, em contextos adequados, há a possibilidade de omissão da preposição, independentemente da ordenação dos complementos do predicado bitransitivo. Os dados de base da pesquisa estão retomados abaixo:

- (87) a. O João deu o livro ao Pedro.
 b. O João deu o livro para o Pedro. } Alternância de Preposição

c. O João deu ao Pedro o livro.
 d. O João deu para o Pedro o livro } Alternância de Ordenação - em relação à (1ab)

(88) a. O João deu o livro o Pedro.
 b. O João deu o Pedro o livro. → Dados do PBM

É importante lembrar que a alternância de preposição tem algumas consequências interessantes para a interpretação das sentenças. Assim, a presença da preposição *a* gera sentenças não ambíguas, em que uma relação semântica – possivelmente de transferência de posse – é necessariamente estabelecida entre os complementos do predicado verbal. Por outro lado, a preposição *para* instaura uma ambiguidade entre a interpretação desencadeada pela preposição *a* e uma segunda possibilidade de interpretação, na qual o elemento indireto se relaciona com o evento descrito pelo verbo. Basicamente, essas são as semânticas dos Aplicativos Baixos e Altos, nos moldes de Pylkkänen (2002).

Além disso, vimos, nos capítulos anteriores que a proposta de núcleo Aplicativo vem sendo bastante vinculada ao fenômeno da alternância dativa e, mais especificamente, à variante de objeto duplo. No entanto, esse tipo de proposta gera sentenças estruturalmente muito distantes no que diz respeito à estrutura argumental do predicado verbal em uma e outra construção. De qualquer forma, podemos perceber que o PB(M) não apresenta o fenômeno da alternância dativa e, dessa maneira, passa a ser muito interessante a seguinte questão: será que os núcleos Aplicativos podem estar presentes em sentenças que não são de duplo objeto? Adiantamos desde já que, se a resposta for positiva, será interessante investigar se esse núcleo funcional pode estar presente também na variante preposicionada da alternância dativa.

3.2 OS DATIVOS COMO CLASSE SINCRÉTICA: PUJALTE (2009)

O estudo de Pujalte (2009) tem como foco alguns dos aspectos que estão envolvidos na mudança da estrutura argumental a partir da perspectiva da Morfologia Distribuída (Halle & Marantz 1993). Mais especificamente, a autora faz questionamentos a respeito da adição de objetos indiretos através da introdução de um sintagma Aplicativo, baseando-se, entre outros trabalhos, na proposta de Pylkkänen (2002).

Para tanto, a autora procura fazer uma definição precisa dos casos em que poderá haver uma projeção Aplicativa responsável pela introdução de argumento dativo. O dativo será visto, então, como uma categoria morfológica sincrética que abriga: (i) dativos argumentais: selecionados diretamente pelo verbo e (ii) dativos não-argumentais: introduzidos através de um núcleo Aplicativo.

A presença de um núcleo Aplicativo introdutor de argumento em determinada construção depende, na proposta de Pujalte (2009), de dois fatores para que o resultado seja uma estrutura legítima. Segundo um deles, a estrutura em questão deve conter marcação de caso nominativo, pois, baseando-se na proposta de Marantz (1991), a autora propõe que o caso dativo deve ser analisado como um caso dependente da marcação de caso nominativo. O segundo fator do qual depende a derivação de uma estrutura com Aplicativo está baseada no fato de que, para Pujalte (2009), a alternância dativa só pode afetar predicados télicos com argumento interno. Assim, a autora propõe a existência de um filtro semântico, cujo papel é bloquear as estruturas em que o sintagma Aplicativo está no domínio de $v_{[BECOME]}$. Vejamos o funcionamento da proposta em alguns dados do espanhol:

(89) DADOS DO ESPANHOL

- a. Juan le compró los libros a María.
- b. El presidente les comunicó su decisión a los ministros.
- c. Martín le vendió su casa a una pareja joven. (Pujalte, 2009 – p: 22)

(90) DADOS DO ESPANHOL

- a. Juan le construyó una casa a María.
- b. Juan le colocó estantes a la habitación.
- c. Juan le rompió la bicicleta a María. (Pujalte, 2009 – p: 22)

Para Pujalte (2009), uma análise uniforme para as orações em (89) e (90) é empiricamente inadequada, sendo necessário postular duas estruturas diferentes. Assim, segundo a autora, nas orações em (89) o dativo deve ser analisado como argumento do predicado, enquanto em (90) o dativo é um argumento introduzido por um núcleo funcional Aplicativo. Essas conclusões são obtidas a partir de quatro diagnósticos semânticos e sintáticos propostos pela autora e que serão explorados na próxima sessão.

Entre eles, temos: diagnóstico das nominalizações; diagnóstico dos objetos nulos; diagnóstico das construções passivas e diagnóstico das construções com *hacer* ('fazer').

É interessante ressaltar que, em Pujalte (2009), não é a presença do redobro do clítico que determina a variante de objeto duplo da alternância dativa, ao contrário do que propôs Cuervo (2003) para os dados do espanhol. A autora ressaltar que a reduplicação tem sempre o mesmo estatuto, independentemente da categoria - argumental ou não - do dativo, sendo obrigatória praticamente nos mesmos contextos. Um determinado verbo em configuração ou não de redobro do clítico, apresenta, segundo Pujalte (2009), a mesma estrutura sintática, uma vez que o redobro será visto, pela autora, como um fenômeno morfológico e não propriamente sintático. É importante ressaltar que tal proposta parece interessante por evitar a postulação de que um mesmo verbo, a depender do dativo redobrado ou não, tenha duas estruturas argumentais nucleares diferentes, ou seja, faça previsões diferentes a respeito de quantos e que tipo de argumentos poderá licenciar.

Nesse sentido, ainda no que diz respeito à relação entre a presença do clítico e a configuração de um contexto de alternância dativa, Pujalte (2009) defende haver motivos para contrariar a concepção de que a alternância dativa do espanhol é similar à alternância que acontece no inglês. Comparando as propriedades da alternância dativa com os dados com e sem redobro do espanhol, a autora conclui que estamos, de fato, diante de fenômenos distintos. Assim, em espanhol, não há, por exemplo, uma ordem fixa entre os constituintes:

(91) DADOS DO ESPANHOL

- a. Juan puso cortinas en la habitación/ Juan puso en la habitación cortinas.
 - b. Juan le puso cortinas a la habitación/ Juan le puso a la habitación cortinas.
- (Pujalte, 2009 – p. 38)

Nesse mesmo sentido, o argumento que, em uma das estruturas, recebe caso oblíquo da preposição, passa a receber caso dativo e, não acusativo. A consequência disso é que o objeto indireto nunca pode ser passivizado, ao contrário do que acontece com o inglês:

(92) DADOS DO ESPANHOL

- a. Juan le puso cortinas a la habitación.
- b. Juan me construyó una casa
- c. *la habitación fue posta (las cortinas).
- d. * Yo fui contruída (la casa). (Pujalte, 2009 – p. 39)

Outra diferença encontrada pela autora entre a alternância dativa do inglês e os dados do espanhol, é o fato de que, ao contrário do que acontece no inglês, em espanhol, é possível extrair o objeto indireto tanto a partir de estruturas com o redobro, quanto em estruturas em que o redobro não se faz presente.

(93) DADOS DO ESPANHOL

- a. ¿ A quiénes reconoció Maria que le_i había construido la casa t_i?
- b. A ella_i, reconoció Pedro que Luis le_i había cortado el pasto t_i. (Pujalte, 2009 – p. 39)

Com relação aos diagnósticos de c-comando, as duas construções do inglês são sistematicamente diferentes nas relações hierárquicas estabelecidas entre os dois complementos verbais: nas construções preposicionadas o tema c-comanda assimetricamente o alvo, enquanto o inverso acontece nas construções de objeto duplo. No entanto, em relação aos dados do espanhol, por sua vez, os diagnósticos de c-comando não parecem indicar nada conclusivo sobre a relação hierárquica dos complementos do verbo, segundo a análise de Pujalte (2009):

(94) (A)simetrias na ligação de pronomes possessivos

- a. Le rompió su_i bicicleta a cada chico_i.
- b. Le rompimos a cada chico_i su bicicleta_i.

(95) **(A)simetrias nas as leituras de variável ligada entre pronomes e sintagmas nominais quantificados**

- a. Le sacamos cada caramelo_i a su_i dueño.
- b. Le sacamos su_i caramelo a cada niño_i.

(96) **(A)simetrias de cruzamento fraco e movimento**

- a. ¿ A quién_i le sacamos su_i cheque t_i?
- b. ?? ¿ Qué_i le sacamos a su_i dueño?

(97) **(A)simetrias nos efeitos de superioridade Qu**

- a. ¿ A quién le rompieron qué?
- b. ¿ Qué le rompieron a quién?

Em resumo, nada parece indicar, para Pujalte (2009), que as construções com dativos não-argumentais se comportam como no inglês. Mesmo assim, no entanto, Pujalte (2009) sugere que há, no espanhol, um mecanismo de introdução de uma projeção Aplicativa, que promove um constituinte não-argumental a uma posição argumental. As estruturas propostas pela autora podem ser vistas abaixo:

(98) DADOS DO ESPANHOL

- a. Juan le dio un libro a Maria.

(Adaptado de Pujalte, 2009 – p: 44)

A construção preposicionada apresenta uma série de propriedades, a saber: (i) todos os seus argumentos podem aparecer visíveis nas nominalizações; (ii) podem apresentar objeto indireto nulo (truncamento com correlato implícito); (iii) o objeto indireto pode aparecer dobrado por um pronome clítico e (iv) não pode conter dois sintagmas encabeçados pela marca de caso *a*. Segundo Pujalte (2009), todas essas propriedades se explicam por razões de estruturação sintática e de Caso.

Para dar conta da marcação de Caso, a autora se apóia na proposta de Marantz (1991)¹⁷, em que o Caso não é uma propriedade da derivação sintática, mas inserido no nível da estrutura morfológica (morfema dissociado). Para Marantz (1991) há quatro tipos de Casos: o lexicalmente regido, o dependente, o não-marcado e o *default*. O primeiro deles é atribuído idiossincraticamente por determinadas raízes. Já o Caso dependente, é atribuído quando há mais de um DP dentro de um mesmo domínio. O Caso não-marcado é sensível ao contexto sintático e, por fim, o *Default* é a realização de Caso quando nenhuma das regras anteriores se aplica. Essa atribuição de caso deve obedecer a uma hierarquia, sendo que os requerimentos mais específicos são, necessariamente, atendidos antes dos requerimentos mais gerais. Assim, nas construções preposicionadas de Pujalte (2009): o primeiro constituinte que recebe Caso é o objeto indireto, pois seu caso é lexicalmente determinado pela preposição lexical, em seguida se assinala o caso do objeto direto, que tem, segundo a autora, o caso dependente da marcação de caso nominativo e, por último, tem-se a marcação do Caso do sujeito, já que o caso nominativo é o não-

¹⁷ A hierarquia a que nos referimos pode ser vista abaixo:

1. Caso Lexicalmente Regido;
2. Caso dependente (Acusativo e Ergativo);
3. Caso não marcado;
4. Caso *default* (Pujalte, 2009 – pg. 45. Adaptado de Bobaljik, 2008 – pg. 301)

Para Pujalte (2009), o Caso Lexicalmente Regido aparece nas estruturas preposicionadas, sendo justamente a preposição aí presente a responsável por reger tal Caso. Já nas construções Aplicativas, o Caso do argumento Aplicado é um caso Dependente, tal como o Acusativo. Por fim, o Caso Nominativo é analisado como o não-marcado.

marcado. Nesse sentido, pela própria ordem de aplicação da hierarquia de caso, as regras de inserção bloqueiam a inserção de um acusativo no contexto da presença de um dativo, já que o Caso dativo, tendo requerimentos mais específicos, deve ser atendido antes do acusativo.

Vejamos abaixo a estrutura proposta pela autora para os dativos não-argumentais:

(99) DADOS DO ESPANHOL

a. Juan le corto el pasto a María.

(Adaptado de Pujalte, 2009 – p: 44)

Na construção com Aplicativo, o dativo é introduzido através de um núcleo funcional adicional, tal como proposto em Pylkkänen (2002), em especial no que diz respeito ao que essa autora chamou de Aplicativo Baixo. Na estrutura acima, então, objeto direto recebe, caso dependente (acusativo) como nas construções preposicionadas. No entanto, o objeto indireto já não mais manifesta um caso

lexicalmente regido, dada a ausência de uma preposição lexical, e sim um Caso dativo, que a autora considera também dependente da marcação do caso nominativo.

Em suma, a estrutura dos dativos não-argumentais possui um núcleo funcional a mais em relação à estrutura dos dativos argumentais, o que para a autora é substancial para explicar o comportamento diferente de cada uma das construções em questão.

3.2.1 OS DIAGNÓSTICOS DE PUJALTE E OS DADOS DO PB

Nesta seção atentaremos para os diagnósticos que ancoram a proposta de Pujalte (2009), que defende a separação dos dativos em duas classes: os argumentais e os não-argumentais.

É interessante atentar que os dados trazidos até aqui já apontam para uma certa heterogeneidade nos predicados verbais do PB(M): alguns verbos que aceitam, por exemplo, ambas as preposições *a* e *para* como introdutora do elemento indireto, sendo que a primeira delas não cria nenhuma ambiguidade, enquanto a segunda é ambígua entre a semântica veiculada pela preposição *a* (alvo) e a semântica de beneficiário. Desse mesmo modo, outros predicados verbais que só aceitam a preposição *para* e, também nesses casos, uma certa ambiguidade desencadeada pela presença preposição *para* se faz presente.

Tendo os fatos acima em mente, vejamos os quatro diagnósticos trazidos em Pujalte (2009). Para cada um dos diagnósticos, tentativas de comparação com o PB e do PBM serão feitas.

3.2.1.1 O diagnóstico das nominalizações

Retomando a proposta de Kayne (1984), Pujalte (2009) utiliza o diagnóstico das nominalizações para determinar se os sintagmas que seguem o verbo são ou não argumentos desse predicado verbal. Assim, argumentos que aparecem nas nominalizações deverbais são analisados como argumentos verdadeiros do verbo correspondente à nominalização, por outro lado, argumentos que são proibidos em contextos de nominalização não devem ser vistos como argumentos do predicado verbal propriamente dito. Vejamos o contraste acima descrito nos dados de Beck & Johnson (2002) e retomados em Pujalte (2009):

(100) DADOS DO INGLÊS

- a. John examines the problem.
- b. the examination of the problem.
- c. the problem's examination

- d. John believes Thilo handsome.
- e. *the belief of Thilo handsome.
- f. *Thilo's belief handsome.

(Pujalte, 2009 – p: 24, retomando Beck & Johnson, 2002)

Kayne (1984) aponta que nas construções de duplo objeto o primeiro sintagma que segue o verbo não é argumento do predicado verbal e, para Pujalte (2009), o mesmo contraste acontece no espanhol. Assim, com os verbos do primeiro grupo – dativo argumental - é possível que se tenha os dois argumentos explícitos nas nominalizações, já com os verbos do segundo grupo – dativo não argumental -, o resultado é agramatical.

(101) DADOS DO ESPANHOL

- a. la compra de los libros a Maria.
- b. la comunicación de la noticia a sus ministros.
- c. la venta de la casa a la pareja joven.

(102) DADOS DO ESPANHOL

- a. la construcción de la casa *a Maria/para Maria.
- b. la colocación de estantes à la habitation/ en la habitación.
- c. la rotura de la bicicleta *a Maria/ de Maria. (Pujalte, 2009 – p:24)

A autora ressalta que, em (101), os complementos encabeçados por *a* não podem ter leitura benefactiva. Para adicionar o beneficiário à sentença seria preciso a introdução de uma preposição *para*. Estes dados parecem indicar, segundo Pujalte (2009), que o papel temático de beneficiário nunca é argumental, uma vez que em contextos de nominalização a leitura benefactiva se perde.

Olhando agora para os dados do PB e do PBM, podemos paralelamente montar o paradigma abaixo:

(103) DADOS DO PB.

- a. a comunicação da noticia aos ministros.
- b. a venda da casa ao jovem.

(104) DADOS DO PBM

- a. ?a comunicação da noticia os ministros.
- b. ?a venda da casa o jovem.

Primeiro Grupo

(105) DADOS DO PB

- a. a construção da casa *a Maria/para a Maria.
- b. a colocação de estantes *a casa/ para a Maria/ na casa.
- c. a quebra da bicicleta *a Maria/ para a Maria/ da Maria.

Segundo Grupo

O que podemos dizer é que com os verbos do primeiro grupo de Pujalte (2009), os dois argumentos verbais podem aparecer com a nominalização, gerando sentenças possíveis tanto no PB, quanto no PBM. Dada a presença da preposição *a*, estamos diante de sentenças não-ambíguas nos dados em (103), com os quais a interpretação de

Aplicativo Alto – beneficiário do evento - não é possível. Quando a comparação é feita com os verbos do segundo grupo, notamos que a agramaticalidade das sentenças com nominalizações se dá justamente pelo fato de que a preposição *a* não é uma possibilidade de seleção desses predicados verbais, tanto que sentenças envolvendo dados com a omissão da preposição no PBM não são possíveis. A nossa hipótese é a de que a preposição *a* seja a verdadeira introdutora de argumentos no PB(M). Assim, os elementos que aparecem seguindo a nominalização nos dados em (105) não poderiam ter o estatuto argumental. Mais adiante, neste trabalho, argumentaremos que eles não são elementos Aplicados, mas sim adjuntos.

3.2.1.2 O diagnóstico dos objetos nulos

Para Pujalte (2009), a possibilidade de se interpretarem elementos que não estão foneticamente presentes está restrita a elementos de caráter argumental. Nesse sentido, somente com os verbos do primeiro grupo é possível fazê-lo, enquanto que, com um verbo do segundo grupo, é impossível de se recuperar um objeto indireto que não esteja presente explicitamente.

(106) DADOS DO ESPANHOL – PRIMEIRO GRUPO

- a. Juan entrego comida *e* en la casa de María. (*e* = a alguém).
- b. Juan donó los libros que había dejado su padre *e*. (*e* = a alguém)
- c. El noticiero comunicó la lista de ganadores *e*. (*e* = a alguém)

(Pujalte, 2009 – p: 26)

(107) DADOS DO ESPANHOL – SEGUNDO GRUPO

- a. Juan rompió la bicicleta.
- b. Juan cortó el pasto.
- c. Juan construyó la casa.

(Pujalte, 2009 – p: 26)

Esse diagnóstico parece funcionar de maneira paralela quando tentamos aplicá-los aos dados do PB e do PBM, como podemos ver abaixo:

(108) DADOS DO PB(M) - PRIMEIRO GRUPO

- a. João entregou comida *e* na casa da Maria. (*e* = a alguém).
- b. João doou os livros *e*. (*e* = a alguém)
- c. O noticiário comunicou a lista de ganhadores *e*. (*e* = a alguém)

(109) DADOS DO PB(M) – SEGUNDO GRUPO

- a. João quebrou a bicicleta.
- b. João cortou o pasto.
- c. João construiu a casa.

Com os dados em (108), mas não com os dados em (109), interpretamos elementos que não estão foneticamente expressos. É interessante ressaltar que o elemento interpretado será o alvo – Aplicativo Baixo – e não o beneficiário – Aplicativo Alto.

3.2.1.3 O diagnóstico das construções passivas

Neste diagnóstico, a possibilidade de passivização do objeto direto também é apontada pela autora como um argumento em favor de uma divisão no grupo dos dativos. Assim, estruturas passivas são possíveis com os verbos do primeiro grupo, mas não com verbos do segundo.

(110) DADOS DO ESPANHOL

- a. El premio les fue entregado a los ganadores por la Presidente.
 - b. El libro le fue enviado a María.
 - c. La noticia les fue comunicada a los ministros por el secretario presidencial.
- (Pujalte, 2009 – p: 29)

(111) DADOS DO ESPANHOL

- a. * Los libros le fueron destruidos a la biblioteca en tiempos de Alfonsim.
- b. * Los estantes les fueron colocados a la habitación por Maria.
- c. * La bicicleta le fue rota a Maria por Juan.

(Pujalte, 2009 – p: 29)

Vejamos abaixo esse mesmo diagnóstico em questão aplicado aos dados do PB e do PBM:

(112) DADOS DO PB – PRIMEIRO GRUPO

- a. O prêmio foi entregue aos ganhadores pelo presidente.
- b. O prêmio foi entregue para os ganhadores pelo presidente.
- c. O livro foi enviado ao Pedro.
- d. O livro foi enviado para o Pedro.
- e. A notícia foi comunicada ao ministro pelo presidente.
- f. A notícia foi comunicada para o ministro pelo presidente.

(113) DADOS DO PBM – PRIMEIRO GRUPO

- a. O prêmio foi entregue os ganhadores pelo presidente.
- b. O livro foi enviado o Pedro.
- c. A notícia foi comunicada o ministro pelo presidente.

Com os verbos do primeiro grupo podemos ter a passivização do objeto direto, gerando sentenças gramaticais tanto nos dados do PB, quanto nos dados do PBM. É interessante observar que a possibilidade de alternância da preposição, observada nas sentenças em (112), novamente representa possíveis diferenças na interpretação das sentenças em questão: na presença da preposição *para* há ambiguidade entre as semânticas de Aplicativo Alto e Baixo e, na presença da preposição *a*, essa ambiguidade se perde e somente a leitura de Aplicativo Baixo fica disponível. Essa mesma ausência de ambiguidade também pode ser verificada em dados do PBM. Vejamos abaixo o teste de passivização aplicado ao PB(M), no que diz respeito aos verbos do segundo grupo.

(114) DADOS DO PB – SEGUNDO GRUPO

- a. *Os quadros foram destruídos ao museu.
- b. Os quadros foram destruídos para o Pedro.
- c. *A bicicleta foi quebrada ao menino.
- d. A bicicleta foi quebrada para o menino.

(115) DADOS DO PBM – SEGUNDO GRUPO

- a. *Os quadros foram destruídos o Pedro.
- b. *A bicicleta foi quebrada o menino.

Novamente com os verbos do segundo grupo, notamos que a preposição *a* não é uma possibilidade de seleção do verbo, o que explica, em grande parte, a agramaticalidade de algumas das sentenças acima. É interessante observar, no entanto, a gramaticalidade das sentenças em (114b) e (114d), com a preposição *para* introduzindo um elemento animado, que será interpretado como beneficiário. Já as construções do PBM com a omissão da preposição, ao não permitirem tal processo quando a interpretação de beneficiário se faz presente, exibem resultados agramaticais mesmo diante de um elemento animado. A nossa proposta é a de que esse beneficiário possa ser introduzido com uma grande quantidade de classes de predicados verbais, não aparentando haver restrições argumentais entre o tipo de predicado verbal e a inserção desse elemento. Assim, a nossa hipótese é que o beneficiário seja inserido na estrutura sintática através do processo de adjunção.

3.2.1.4 O diagnóstico das construções com *hacer* (*fazer*)

O últimos dos diagnósticos propostos em Pujalte (2009) diz respeito a construções com o verbo *hacer* – correspondente ao verbo *fazer* do PB. Segundo a autora, a pergunta *¿qué le hiciste a X?* (*O que você fez para X*) faz referência ao beneficiário/maleficiário da ação denotada pelo verbo (dativo não argumental) e, por isso, não pode ser respondida com um argumento do predicado verbal.

(116) DADOS DO ESPANHOL – PRIMEIRO GRUPO

a. A: ¿Qué le hiciste a María?

B: *Le di un libro.

b. A: ¿Qué le hiciste a Juan?

B: *Le entregué los libros.

(Pujalte, 2009 – p: 30)

(117) DADOS DO ESPANHOL

- a. A: ¿Qué le hiciste a María?
B: Le construí una casa.
b. A: ¿Qué le hiciste a la habitación?
B: Le puse cortinas.

(Pujalte, 2009 – p: 30)

Vejamos se, e em que medida, uma espécie de paralelo pode ser estabelecido com os dados do PB e do PBM

(118) DADOS DO PB(M) – PRIMEIRO GRUPO

- a. O que você fez para o Pedro?
R: Entreguei os livros.

(119) DADOS DO PB(M) – SEGUNDO GRUPO

- a. O que você fez para o Pedro?
R: Consertei a bicicleta.

Os dados em (118) e (119) são bastante interessantes, na medida em que apontam para uma diferença de interpretação que parece, de alguma forma, ligada à natureza do predicado verbal. O primeiro ponto a ser ressaltado é o fato de que o verbo *fazer* não aceita a preposição *a* como possibilidade de seleção no PB(M), o que não permite a realização do teste nos moldes em que Pujalte (2009) o formulou. O sentido de Aplicativo Baixo, ou ainda, a noção de transferência em direção a um alvo não se faz presente. Diante disso, a preposição *para* desencadeia tanto na resposta em (118), como na resposta em (119) a interpretação de beneficiário do DP *o Pedro*.

3.2.1.5 CONCLUSÕES SOBRE OS DIAGNÓSTICOS DE PUJALTE (2009):

Os diagnósticos propostos em Pujalte (2009) apontam para diferenças interessantes entre as preposições que se alternam na introdução do objeto indireto das sentenças bitransitivas do PB: os dativos argumentais são justamente aqueles que

aceitam a preposição *a* como possibilidade de seleção do predicado verbal e, consequentemente, podem aparecer com a omissão da preposição nas sentenças do PBM.

Em alguns dos diagnósticos, como o da nominalização e o das construções passivas, a agramaticalidade dos dados de dativos não-argumentais pode ser explicada justamente pela impossibilidade destes selecionarem a preposição *a*. Já no diagnóstico de objetos nulos, com o primeiro dos grupos propostos pela autora – dativos argumentais – argumentos, embora não-explicitos, são interpretados, o que não ocorre, no entanto, com os verbos que compõem o segundo grupo. No que diz respeito ao teste que envolve as construções com *hacer*, vimos que a ambiguidade entre Aplicativo Alto e Baixo deixa de existir, novamente pelo motivo de que a preposição *a* não é uma possibilidade de escolha do predicado verbal.

É preciso enfatizar que a preposição *a* não é capaz de veicular o sentido de beneficiário. Aliando tal fato, à observação de que essa mesma preposição é fundamental para que reconheçamos, no PB, o que Pujalte (2009) chamou de dativo argumental, bem como à proposta de Scher (1996) para o PBM de que a omissão da preposição só é possível quando a preposição *a* é uma possibilidade de seleção do predicado verbal, estamos formando algumas das bases da nossa proposta de que: (i) a preposição *a* é a verdadeira introdutora de argumentos preposicionados de verbos bitransitivos do PB e (ii) o papel de beneficiário não é argumental.

3.3 A PREPOSIÇÃO A E A BITRANSITIVIDADE

Os diagnósticos fornecidos em Pujalte (2009), mesmo não sendo diretamente aplicáveis aos dados do PB, dadas as diferenças de funcionamento entre o espanhol e o

PB, trazem resultados bastante interessantes a respeito da heterogeneidade de verbos como *dar*, *enviar* e *entregar* de um lado e verbos como *construir*, *quebrar* e *cozinhar* de outro.

O ponto central da nossa proposta está no fato de que os dativos argumentais de Pujlate (2009) são justamente aqueles que aparecem com predicados verbais que, no PB e no PBM, permitem a preposição *a* como possibilidade para a introdução do objeto indireto. Nesse sentido, a bitransitividade parece estar bastante ligada à preposição *a*, tanto no espanhol quanto no PB. É interessante ressaltar ainda que as sentenças de objeto duplo do inglês fazem sua paráfrase preposicionada justamente com a presença da preposição *to*, correlato mais próximo, nessa língua, do que seria a preposição *a* no PB.

No que diz respeito especificamente aos dados do PBM, outro argumento interessante para a hipótese de existência de uma relação entre a preposição *a* e a bitransitividade, está no fato de que o dialeto em questão já havia dado pistas, segundo a proposta de Scher (1996), de que a preposição *a* apresenta diferenças significativas, quando comparada com a preposição *para*, já que nesse dialeto sentenças do tipo VNPNP só são possíveis quando a preposição *a* é uma possibilidade para a introdução de um dos argumentos internos do predicado verbal. Os dados abaixo ilustram esse fato:

- (120) a. O pai deu o presente ao menino.
b. O pai deu o presente o menino
- (121) a. *O pai consertou a bicicleta ao menino.
b. *O pai consertou a bicicleta o menino.

Nesse mesmo sentido, importante para a relação entre a preposição *a* e o estatuto argumental do elemento que ela introduz é o fato de que ela não veicula a semântica de beneficiário e, como veremos, tal interpretação está bastante ligada ao estatuto de elementos que são tomados como adjuntos. A grande maioria dos tipos de predicados verbais aceita a inserção de um beneficiário formado por um PP encabeçado por *para*, o que mostra que as restrições entre os núcleos verbais e esses elementos são diferentes das restrições existentes entre núcleos e argumentos. O beneficiário pode acompanhar verbos inergativos, como em (122), transitivos, como em (123), além de outros tipos de predicados verbais.

- (122) a. A Maria dançou.
b. *A Maria dançou ao Pedro.
c. A Maria dançou para o Pedro.
- (123) a. A Ana cozinhou um bolo.
b. *A Ana cozinhou um bolo aos meninos.
c. A Ana cozinhou um bolo para os meninos.

Ainda com relação ao beneficiário, podemos dizer que, nos predicados bitransitivos, a interpretação dele só é liberada quando há uma espécie de alvo, mesmo que não explícito, compartilhado pelos falantes. A semântica de beneficiário parece ser a última a ser computada, ela não é a interpretação *default* que um constituinte encabeçado pela preposição *para* veicula e só será desencadeada se a semântica de alvo já estiver presente. Em (124a) temos a interpretação *default* e em (124b) o contexto em que a presença de um elemento interpretado como alvo libera, para o PP, a interpretação de beneficiário.

- (124) a. O Pedro deu o livro [para a Maria] → Interpretação *default*: alvo

b. A Maria comprou um presente ao João, que estava fazendo aniversário, mas não pode ir a festa e pediu que o Pedro entregasse o presente ao João no lugar dela

A hipótese de que a preposição *a* esteja fortemente ligada à introdução de elementos de caráter argumental, no que diz respeito a predicados bitransitivos, traz como consequência imediata uma análise em que o dialeto do PBM só permite a omissão de elementos que são realmente introdutores de argumentos verbais, ou seja, elementos adicionados à estrutura como argumentos aplicados ou até mesmo adjuntos não podem ser introduzidos se a preposição relevante estiver sendo omitida. Essa previsão é interessante no sentido de que elementos argumentais manifestariam uma relação mais forte com seu predicado, ou seja, uma relação tão esperada que mesmo a ausência da preposição – elemento relacionador – não traria consequências para a gramaticalidade da sentença.

É importante atentar ainda para o fato de que a análise da preposição *a* como um elemento introdutor de argumentos não implica que a preposição *para* não possa encabeçar elementos com esse mesmo estatuto. A nossa hipótese é que tal preposição é, na verdade, ambígua entre a introdução de um elemento argumental – quando veicula a semântica de Aplicativo Baixo – e a introdução de um adjunto – quando veicula a semântica de Aplicativo Alto. Assim, sintagmas introduzidos por *a*, no que diz respeito ao universo de dados aqui analisados, são elementos de caráter argumental; enquanto que os sintagmas introduzidos por *para* poderão ser argumentos ou adjuntos: (i) se o sentido veiculado pelo PP encabeçado por *para* for equivalente ao sentido veiculado pela preposição *a*, teremos um argumento e (ii) se o sentido veiculado pela preposição *para* for o sentido de beneficiário, teremos não um argumento propriamente dito, nem mesmo um argumento aplicado, mas um adjunto.

Abaixo sistematizamos os argumentos que nos levaram a relacionar a preposição *a* com a introdução de elementos com estatuto de argumento:

- (a) Os dativos argumentais, na divisão proposta em Pujalte (2009), correspondem, no PB, justamente aos predicados verbais que aceitam a preposição *a* como possível introdutora de argumentos;
- (b) O PBM só permite a omissão da preposição com verbos que possivelmente se constroem com a preposição *a*;
- (c) A preposição *a* não veicula a interpretação de beneficiário, elemento que parece se comportar como adjunto;
- (d) A interpretação *default* de um PP encabeçado por *para* é correspondente à semântica desencadeada pela presença da preposição *a*.

3.4 OS TESTES DE CONSTITUINTES

Os diagnósticos que evidenciam a formação de constituintes sintáticos se mostraram bastante relevantes para os dados que estamos analisando, na medida em que nos indicaram a relação hierárquica dos elementos que compõem as sentenças bitransitivas do PB. Os constituintes sintáticos são, por assim dizer, as peças com as quais a sintaxe trabalha ao estruturar os elementos para a formação das sentenças. Para os limites deste trabalho, traremos os resultados de operações tais como Topicalização e Clivagem, além de exemplos de Fragmentos de Sentença, testes que nos levam a generalizações interessantes.

Nos dados das subseções abaixo, os colchetes indicam a formação de um constituinte sintático e todas as sentenças, salvo quando o contrário for indicado no texto, devem ser pronunciadas com entonação normal.

3.4.1 A Topicalização

A Topicalização consiste, em geral, na movimentação sintática de um “pedaço” da sentença, que será deslocado para a parte mais à esquerda dela, criando o chamado Tópico discursivo. Trata-se de um movimento que estabelece relações, portanto, com aspectos informacionais, mas tal processo só poderá gerar dados gramaticais se o que estiver sendo deslocado for realmente um constituinte sintático. Assim, não-constituintes ou “pedaços” de constituintes não poderão ser topicalizados.

- (125) Sentenças de base: **a.** O João entregou o livro ao Paulo
 b. O João entregou o livro o Paulo. → PBM

- (126) TOPICALIZAÇÃO
 a. [Ao Paulo], o João entregou o livro.
 b. [O livro ao Paulo], o João entregou.
 c. [O Paulo], o João entregou o livro.
 d. [O livro o Paulo], o João entregou. } PBM

Em (126) temos o resultado do processo de Topicalização aplicado a diferentes elementos sentenciais: (i) ao elemento conhecido como objeto indireto em (126a) e (126c) e (ii) ao conjunto formado por {objeto direto+objeto indireto} em (126b) e (126d). Importante lembrar que, dada a presença da preposição *a* introduzindo o elemento preposicionado, a ambiguidade entre as semânticas de Aplicativo Alto e Baixo não ocorre nos dados acima.

A generalização que podemos tentar formular através dos dados gerados pelo teste acima são as seguintes: os elementos interpretados como alvo são constituintes

sintáticos; o conjunto formado por {tema+alvo} também se comporta como um constituinte sintático. É interessante observar que os resultados valem tanto para os dados do PB, quanto para os do PBM. Vejamos agora o mesmo teste aplicado a sentenças construídas com a preposição *para*:

(127) Sentenças de base:

a. O João entregou o livro pro Paulo. → AMBIGUIDADE

(128) TOPICALIZAÇÃO

a. [Pro Paulo], o João entregou o livro.

b. [O livro pro Paulo], o João entregou.

c. [O livro] [pro Paulo], o João entregou.

Como já ressaltamos anteriormente, a sentença em (127a) é ambígua, dada a presença da preposição *para*. Em (128), por sua vez, encontramos exemplos de diferentes casos de topicalização aplicados a essa sentença tomada como base: (i) em (128a) temos o elemento preposicionado topicalizado; (ii) em (128b) a topicalização foi aplicada ao conjunto formado pelo {tema+elemento preposicionado} e (iii) em (128c) o teste se deu novamente com os mesmos elementos que em (128b), mas agora é como se estivéssemos diante de duas topicalizações feitas separadamente. Há uma considerável diferença de entonação entre os constituintes topicalizados em (128b) e (128c). Na primeira das sentenças, a entonação é corrente; já a segunda é pronunciada com considerável pausa entre os dois elementos que estão sendo separadamente topicalizados.

O que esse diagnóstico sugere é que o elemento preposicionado, sozinho, é um constituinte sintático. Quando esse elemento sofre topicalização, como em (128a), a ambiguidade detectada na sentença de base ainda persiste. Por outro lado, se quisermos topicalizar – através de um único processo - o tema juntamente com o elemento

preposicionado, como em (128b), a ambiguidade parece se desfazer e a única interpretação que resta ao sintagma preposicional é a de alvo. Nesse caso, a interpretação de beneficiário não está mais disponível, ou seja, o conjunto {tema+alvo} forma um constituinte sintático, mas o conjunto {tema+beneficiário} não o tem essa propriedade. O que acontece em (128c) é que dois processos de topicalização são aplicados a dois constituintes sintáticos separadamente. Agora a interpretação de beneficiário volta a ser possível e a ambiguidade da sentença de base ainda persiste. Enfim, a interpretação de beneficiário só será possível se o tema e o elemento preposicionado não formarem juntos um constituinte sintático. Isso sugere que a ambiguidade da sentença de base é do tipo estrutural, ou seja, estamos diante de estruturas diferentes para cada um dos sentidos veiculados por tal sentença.

3.4.2 A Clivagem

O teste da clivagem também envolve movimento sintático, mas, nesse caso, o elemento deslocado será colocado entre o verbo *ser* e uma cópula. Somente constituintes sintáticos podem passar por esse processo e gerar, através dele, dados gramaticais; em outras palavras, não-constituintes ou “pedaços” de constituintes não podem sofrer clivagem.

(129) Sentenças de base

- a. A Maria enviou a carta ao pai.
- b. A Maria enviou a carta o pai. → PBM

(130) CLIVAGEM

- a. Foi [ao pai] que a Maria enviou a carta.
- b. Foi [a carta ao pai] que a Maria enviou.
- c. Foi [o pai] que a Maria enviou a carta.
- d. Foi [a carta o pai] que a Maria enviou. } PBM

Nessa primeira parte de aplicação do processo de Clivagem, temos, na sentença de base em (129a), a presença da preposição *a*, enquanto em (129b) um dado do PBM em que a preposição pode ser omitida. Estamos, portanto, diante de sentenças não-ambíguas.

Nos dados em (130) encontramos a formação de clivadas a partir do elemento interpretado como alvo, em (130a) e (130c). Tais sentenças sugerem que, tanto no PB quanto no PBM, o alvo é um constituinte sintático. Já em (130b) e (130d) a formação das clivadas se dá a partir do conjunto formado por {tema+alvo}, da mesma maneira como verificamos com o processo de topicalização. O resultado é que tal conjunto de elementos é também se comporta como um constituinte sintático, dada a gramaticalidade das sentenças em questão. Vejamos agora a segunda parte desse teste, realizada com sentenças construídas com a preposição *para*:

(131) Sentenças de Base

a. A Maria enviou a carta pro pai. —→ AMBIGUIDADE

(132) CLIVAGEM

- a. Foi [pro pai] que a Maria enviou a carta.
- b. Foi [a carta pro pai] que a Maria enviou.
- c. Foi [a carta] [pro pai] que a Maria enviou.

Dada a presença da preposição *para* na sentença de base, estamos novamente diante da ambiguidade entre as leituras de Aplicativo Alto e Aplicativo Baixo. A clivagem é aplicada em (132a) ao elemento preposicionado. Tal formação reforça o que já detectado anteriormente, ou seja, que o PP é um constituinte sintático; no entanto, a ambiguidade ainda persiste. Já em (132b) temos a clivagem aplicada ao conjunto formado por {tema+PP}. O resultado desse processo é que o elemento clivado é um

constituente sintático desde que o PP não seja interpretado como beneficiário¹⁸. Por fim, em (132c), a aplicação do processo de clivagem se dá separadamente ao constituinte tema e ao constituinte preposicionado. Nesse caso, a interpretação de beneficiário volta a ficar disponível e a ambiguidade também volta a existir. Novamente, há considerável diferença de entonação relacionada às sentenças em (132b) e (132c), enquanto a primeira possui entonação corrente, a segunda deve ser pronunciada com uma espécie de pausa entre os dois elementos que foram separadamente clivados. O interessante é que quando o conjunto {tema+alvo} forma um constituinte sintático, a interpretação de beneficiário não é possível. Mais uma vez, podemos dizer que a ambiguidade da sentença de base parece ser algo de ordem estrutural e, portanto, deve ser captada com estruturas sintáticas diferentes para cada uma das interpretações possíveis.

3.4.3 Os Fragmentos de Sentença

O terceiro diagnóstico que detecta a formação de constituintes trazido nesta dissertação é o de Fragmento de Sentença e diz respeito ao que pode ser dado como resposta mínima para uma pergunta do tipo *Qu*. Assim, somente constituintes propriamente ditos podem servir como fragmento de sentença, ou seja, não-constituintes ou “pedaços” de constituintes quando dados como resposta mínima a uma pergunta *Qu* resultam em dados agramaticais.

(133) Sentença de base

- a. A diretora comunicou a notícia ao professor.
- b. A diretora comunicou a notícia o professor. → PBM

¹⁸ Em (132b) ainda está disponível a interpretação em que o sintagma preposicional é um adjunto do nome *carta*, como se tivéssemos algo do tipo *a carta do pai*. No entanto, tal interpretação não vai ser investigada nos limites deste trabalho. O importante no que diz respeito ao resultado desse teste é que a interpretação de beneficiário não é possível.

- (134) FRAGMENTO DE SENTENÇA**
a. O que a diretora comunicou?
b. [a notícia ao professor].
c. [a notícia o professor]. → PBM

Nas sentenças de base temos dados do PB e do PBM respectivamente com a realização da preposição *a* e com a omissão da preposição. Os dados de base são, portanto, não-ambíguos. Nos testes de fragmento de sentença, a tentativa se deu no sentido de encontrar uma única pergunta do tipo *Qu* que gerasse como resposta o conjunto formado pelos elementos {tema + PP}, ou seja, a pergunta subjacente a esse teste é se tal conjunto de elementos forma ou não um constituinte. A resposta, como nos dois testes anteriores, parece ser afirmativa, como podemos ver pelos dados em (134b) e (134c). Vejamos agora o que ocorre quando a sentença de base é formada por um sintagma preposicional encabeçado por *para*:

- (135) Sentença de base**
a. A diretora comunicou a notícia pro professor. → AMBIGUIDADE

- (136) FRAGMENTO DE SENTENÇA**
a. O que a diretora comunicou?
b. [a notícia pro professor]. → NÃO-AMBÍGUA

Com a inserção da preposição *para*, o dado de base se torna novamente ambíguo entre as semânticas de Aplicativo Baixo e Alto. O que o dado gerado pelo fragmento de sentença evidencia é que a resposta em (136b) para a pergunta em (136a) só pode conter o alvo juntamente com o tema, ou seja, o beneficiário não pode aparecer. De fato, não parece haver nenhuma pergunta que force como resposta o conjunto formado pelos elementos tema e beneficiário. Nesse sentido, a resposta em (136) tira a ambiguidade da sentença de base, uma vez que a interpretação de beneficiário não está disponível nesse caso. Novamente podemos dizer que o beneficiário não forma, portanto, um constituinte

sintático único quando o que está em questão é a união dele com o tema que complementa o predicado verbal.

3.4.4 CONCLUSÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE CONSTITUINTES

Os diagnósticos que mostram a formação de constituintes trazidos nas subseções acima parecem indicar basicamente os seguintes resultados: (i) objeto direto não forma um constituinte sintático com o beneficiário e (ii) o objeto direto forma um constituinte sintático com o alvo.

Esses resultados aliados ao fato de que a preposição *a* não pode introduzir um beneficiário no evento constituem um argumento interessante para propor uma representação diferente para sentenças com alvo e sentenças com beneficiário em que fique clara a natureza não argumental do beneficiário. Na verdade, a nossa proposta é a de que ele é inserido na estrutura sintática do PB através do processo de adjunção. Já o elemento introduzido pela preposição *a* – ou pela preposição *para* quando a interpretação é equivalente – desponta como elemento de caráter verdadeiramente argumental.

3.5 E QUEM DETERMINA O NÚMERO DE ARGUMENTOS?

Um assunto bastante importante para a linguística formal diz respeito à relação entre a semântica verbal, seus argumentos e a projeção sintática desses argumentos.

Abordagens tradicionais, como a da Teoria de Regência e Ligação, assumem que os itens lexicais possuem uma espécie de grade temática que contém informações tais como o número de argumentos e o papel temático desses argumentos.

Essas abordagens baseadas em papéis temáticos enfrentam alguns problemas. O primeiro deles diz respeito à necessidade de uma teoria de mapeamento entre léxico e sintaxe. Assim, diversas hierarquias de papéis temáticos foram propostas para dar conta desse mapeamento. Outro problema que é preciso apontar diz respeito ao fato de que papéis temáticos são elementos internos à teoria, não tendo estatuto independente e fora dela. Do mesmo modo, uma teoria baseada em papéis temáticos pode acabar sendo irrestrita e não falseável, uma vez que se podem propor infinitos papéis temáticos sempre que parecer necessário e, já que eles não têm manifestação independente não há uma maneira de provar se um determinado papel temático existe ou não.

Alternativas a essas abordagens tradicionais, propõem que a estrutura de argumentos deve ser considerada a partir da estrutura do evento, ou mais especificamente, a partir de uma decomposição de eventos baseada em primitivos semânticos. Assumo aqui que princípios sintáticos gerais (*merge* e *move*, por exemplo) devem fazer a mediação entre as raízes e esses primitivos semânticos (Ramchand, 2003, Lin 2004, Borer 2005, entre outros).

Halle & Marantz, 1993, em sua apresentação do modelo da Morfologia Distribuída, propõem não haver razões para a postulação de lugares diferentes para a formação de palavras e sentenças. Essa concepção, retira a necessidade da existência de um componente lexical na arquitetura da gramática, seja ele gerativo ou não, distribuindo em lugares diferentes dessa arquitetura as informações que, em outras teorias, estariam justamente colocadas nesse componente. Entre essas informações, interessam-nos, nesta seção, as que dizem respeito à categoria do predicado e ao número de posições argumentais que esse predicado precisa saturar para que a derivação da sentença seja convergente.

Para uma teoria de gramática que propõe a formação de palavras na sintaxe, é interessante a hipótese de que a categoria de um sintagma ou a categoria de uma palavra é dada através de mecanismos gerais (*merge* e *move*) já sintaticamente motivados. As categorias tradicionais, tais como verbo, nome etc. não existem em si mesmas, mas passam a ser vistas como relações estabelecidas entre a raiz e um núcleo funcional, chamado de categorizador. Tal proposta parece bastante interessante quando olhamos para os seguintes dados:

- (137) a. O mestrando dissertou brilhantemente.
b. A dissertação do aluno foi brilhante.
c. O texto tinha um caráter dissertativo.

Os dados acima nos mostram que uma raiz como {dissert-} pode formar um verbo, como em (137a), um substantivo, como em (137b) ou um adjetivo, como em (137c). Tal informação não pode, portanto, ser intrínseca à raiz que permitiu a derivação desses três elementos. Segundo Marantz (1997), essa informação é resultado de um processo sintático estabelecido entre a raiz e seu categorizador.

Além da possibilidade de uma mesma raiz participar da formação de categorias de tipos diferentes, observa-se sistematicamente nas línguas do mundo, a possibilidade de acontecerem alternâncias argumentais, que envolvem, entre outras coisas, o número e a natureza dos argumentos que estruturam as variantes alternantes. Para dar conta das restrições que regem tais alternâncias, surgem trabalhos que propõem a existência de “sabores” variados desses categorizadores.

Nessa linha de raciocínio, queremos questionar o lugar da bitransitividade na gramática: estaria ela na própria raiz ou ela é construída na sintaxe? Nesta dissertação, queremos propor que a segunda das hipóteses parece ser mais interessante.

Um argumento interessante em favor da construção da (bi)transitividade na sintaxe é o fato de haver afixos no PB que alteram o número de argumentos que uma raiz precisa para se compor:

- (138) a. manhã
b. amanhecer
c. O dia amanheceu.
- (139) a. cristal
b. cristalizar
c. A cozinheira cristalizou o bolo.

No dado em (138a), temos a presença de um substantivo, que não tem posições argumentais disponíveis para serem saturadas. Já em (138b), por sua vez, é possível observar que a mesma raiz, na presença de uma morfologia complexa, tem seu estado de saturação alterado. Uma análise possível é dizer que o próprio circunfixo {a - ec} é a realização fonológica do categorizador¹⁹. Em (139) acontece um fenômeno parecido, o substantivo em (139a) não tem posições argumentais a serem preenchidas, enquanto a presença do morfema {iz}, o verbalizador, cria duas posições argumentais a serem preenchidas.

Nesse sentido, o número de argumentos de um predicado não parece ser uma propriedade da raiz propriamente dita, mas do *merge* que acontece entre a raiz e o elemento que categoriza essa raiz. Seguindo essa linha de raciocínio, propomos que também os verbos bitransitivos são elementos sintaticamente complexos construídos pela presença de um núcleo categorizador específico relacionado à raiz. Que tipo de categorizador seria este?

¹⁹ Para mais sobre a formação de verbos complexos no PB confira Bassani (2009).

Multiplicar o número de categorizadores disponíveis no inventário da gramática pode trazer problemas para esse tipo de abordagem, pois retornaríamos ao problema de uma teoria não-falseável. Vamos, então, olhar para alguns tipos de *v* já foram propostos na literatura, bem como os argumentos utilizados para tais propostas, buscando verificar se e em que medida, algum deles pode ser adequado para uma representação da bitransitividade.

Tenny (1992) traz uma hipótese bastante interessante a respeito do que seria a interface entre léxico e sintaxe. Segundo a autora, o mapeamento entre estrutura temática e estrutura argumental é governado por propriedades aspectuais: eis a Hipótese da Interface Aspectual. Embora a teoria de Tenny (1992) não se dê no âmbito da Morfologia Distribuída, que nasceria no ano posterior, é fato que os *vs* que foram sendo propostos trazem, em sua grande maioria, um conteúdo aspectual, tal como a telicidade ou dinamicidade do evento em questão. Se essas abordagens estiverem no caminho certo, também o *v* presente em sentenças bitransitivas deve ter caráter aspectual.

Arad (1996), seguindo a proposta de Tenny (1992), propõe projeções aspectuais nos especificadores das quais os argumentos devem ser gerados. Uma das projeções é a AspEM (para medidor do evento). O argumento aí gerado é interpretado como um medidor do evento descrito pelo verbo e o predicado terá, portanto, uma interpretação télica. Outra projeção proposta pela autora é a AspOR (para originador do evento). O elemento no especificador dessa projeção introduziria basicamente o que se convencionou chamar de agente. A terceira projeção proposta em Arad (1996) é a DelP (para delimitador do evento), que estaria associado aos PPs que introduzem um ponto final a verbos de movimento, tal como em ‘A Maria correu até o parque’.

Tentando fazer um paralelo entre as projeções aspectuais de Arad (1996) e o *v* que procuramos para estruturar a bitransitividade, podemos dizer que o AspOR não é

uma opção uma vez que esse elemento é semelhante ao núcleo *Voice* (Kratzer, 1996) que introduz o argumentos externo. Por sua vez, tanto o AspEM quanto o AspDEL implicam uma telicidade que não parece ser obrigatória para sentenças bitransitivas, contra o que sustentam Arad (1996) e Pujalte (2009). Em uma sentença do tipo ‘O João dá livros às crianças’ nenhum dos argumentos parece apontar para um ponto final no evento.

Folli & Harley (2002) defendem a existência de dois tipos de núcleos desse tipo, o *vDO* e o *vCAUSE*, que impõem diferentes restrições a seus sujeitos e complementos. Assim, por exemplo, o primeiro desses categorizadores requer um sujeito animado como agente, enquanto o segundo deles somente precisa de um sujeito que funcione como uma Causa do evento. Dessa mesma maneira, *vDO* pode tomar um tema incremental como seu complemento, enquanto *vCAUSE* precisa de um estado para ocupar tal posição.

Cuervo (2003), por sua vez, defende a existência de três tipos de núcleos funcionais verbalizadores responsáveis pela estrutura de evento do predicado: *vDO*, *vGO* e *vBE*, sendo que os dois primeiros introduzem eventos dinâmicos, enquanto o último introduz eventos estativos. O *vDO* constrói uma estrutura de eventos que denota atividades, como ‘dançar’ e ‘correr’, por exemplo. O *vGO*, por sua vez, é aquele que, ao se concatenar com a raiz, denota eventos de mudanças, como ‘morrer’ e ‘cair’, enquanto o *vBE*, denota estados, como ‘admirar’ e ‘gostar’. Para dar conta dos dados com um inventário restrito de categorizadores é preciso dizer que as diferenças entre eles vão além das características dos eventos que eles introduzem. Tais diferenças se dão justamente na sintaxe, ou ainda, nas relações sintáticas que esses elementos estabelecem com outros elementos da sentença, bem como no tipo de argumentos tais relações estruturais podem licenciar. Uma diferença entre a proposta de Cuervo (2003) e Folli &

Harley (2002) está no fato de que, para a primeira das autoras, a Causatividade não é propriedade de um primitivo semântico, mas criada na sintaxe através da junção de dois categorizadores. Assim, para Cuervo (2003), alguns predicados complexos, como as causativas e as incoativas podem ser estruturados a partir da combinação entre dois introdutores de eventos simples. Vejamos abaixo as possíveis combinações:

COMBINAÇÕES	TIPOS DE EVENTO	EXEMPLOS
vDO + vDO	CAUSATIVAS	fazer lavar; fazer rir
vDO + vGO	CAUSATIVAS	fazer crescer; fazer cair
vDO+ vBE	CAUSATIVAS	quebrar, queimar, fechar
vGO + vBE	INCOATIVAS	quebrar, queimar, fechar

Tabela1 – As combinações de v propostas por Cuervo (2003)

Tentando fazer a relação entre a bitransitividade e as propostas presentes em Folli & Harley (2002) e em Cuervo (2003), podemos dizer que a proposta feita para as causativas, seja na forma de predicados complexos, seja na forma de um v independente não parece ser uma boa saída para representar a bitransitividade. Não parece haver, nas sentenças bitransitivas, a presença de dois eventos como acontece em algumas análises para as causativas.

Dessa mesma forma, um vBE também não parece ser um bom candidato para estruturar a bitransitividade, uma vez que esse tipo de sentença, em grande parte das vezes, envolve uma espécie de transferência em direção a um alvo o que não seria compatível com um categorizador que licencia sentenças estativas.

Nessa linha de raciocínio, o vDO parece ser uma boa escolha por alguns motivos. O primeiro deles é que as sentenças bitransitivas denotam atividade. Um ponto

interessante em relação a esse tipo de *v* é o fato de que vários autores que trabalham com os tipos de categorizadores já propuseram um sabor do tipo DO:

- (a) Folli & Harley (2002) - *vDO* proposto para dar conta da diferença entre verbos que facilmente aceitam sujeitos animados e verbos que não o fazem.
- (b) Cuervo (2003) – *vDO* proposto para construir estrutura de eventos que denotam atividades;
- (c) Lin (2004) – *vDO* proposto para licenciar atividades;
- (d) Marantz (2006, 2007) – *vACT* presente em estruturas que denotam atividades/eventualidades;

Outro argumento interessante é que o *vDO* não traz implícito a noção de telicidade como algumas projeções aspectuais parecem fazer. A questão que se coloca agora é como derivar as diferenças de um contexto transitivo do tipo atividade e de um contexto bitransitivo desse mesmo tipo? Uma possibilidade é postular um novo tipo de categorizador, do tipo bitransitivo, que seria responsável pelo número de argumentos de uma sentença desse tipo. No entanto, a criação de um sistema com vários sabores desse categorizador pode ser complicada, pois o sistema passa ficar menos restrito do que se supõe ser um modelo de gramática. A nossa proposta, então, é a de que o *vDO* é compatível tanto com um DP, para licenciar o argumento tema em uma sentença do tipo ‘O João comeu a maçã’, como com uma projeção de Aplicativo, cujo núcleo fará o licenciamento sintático e semântico dos dois argumentos internos de um contexto bitransitivo.

3.6 MAS QUEM É ARGUMENTO DE QUEM?

Chegamos até aqui enfatizando a relação entre a possibilidade de um predicado verbal selecionar a preposição *a* e o estatuto argumental do elemento encabeçado por essa mesma preposição. Entretanto, argumento é uma noção relativa: um elemento só é argumento se um outro elemento desempenha o papel de núcleo desse argumento. Resta-nos, então, abordar a questão seguinte: o elemento introduzido pela preposição *a* é argumento de quem? As subseções desse tópico estão direcionadas para a investigação dessa questão.

3.6.1 O ELEMENTO PREPOSICIONADO

Tendo em mente as considerações a respeito do estatuto da preposição *a* no que diz respeito aos dados que estão colocados em análise neste trabalho, vamos olhar mais de perto para o elemento preposicionado:

- (140) a. O João deu um livro ao Pedro.
b. O João deu um livro o Pedro. (PBM)
c. O João deu um livro para o Pedro.
- (141) a. *O João construiu uma casa ao Pedro.
b. *O João construiu uma casa o Pedro. (PBM)
c. O João construiu uma casa para o Pedro.

Diante da possibilidade de presença da preposição *a*, como podemos ver em (140a), bem como da gramaticalidade da sentença (140b) com a ausência de preposição no PBM, no paradigma em (140ab) parece haver a formação de um contexto bitransitivo, o que revela o estatuto de argumento do elemento ‘ao Pedro’ na sentença

do PB ou ‘o Pedro’, na sentença do PBM. No que diz respeito ao dado em (140c), como já observamos anteriormente, há uma ambiguidade relacionada justamente à seleção da preposição *para* encabeçando o elemento preposicionado. Uma interpretação possível para essa sentença é aquela em que há uma relação de transferência de posse semanticamente presente. A segunda interpretação é aquela em que há um alvo não explícito dessa transferência e o elemento preposicionado é interpretado como um beneficiário do evento denotado pelo verbo. Tal ambiguidade é bastante próxima das semânticas que Pylkkänen (2002) propôs para os Aplicativos Baixos e Altos, respectivamente. Atente para o fato de que a ausência da preposição no PBM bloqueia a interpretação de beneficiário do evento e, portanto, a sentença (140b) não é ambígua.

Para o paradigma em (141), é importante notar que a impossibilidade de seleção da preposição *a*, bem como a agramaticalidade da ordem VNPNP na sentença do PBM, revela a ausência de um contexto bitransitivo. O que nos chama a atenção, no entanto, é que, ainda assim, há uma interessante ambiguidade veiculada pela presença da preposição *para* na sentença em (141c). Abaixo, contextualizamos as interpretações possíveis para esse dado:

(142) Contexto (a): O Pedro não tinha lugar para morar e, então, *o João construiu uma casa para o Pedro*.

Contexto (b): O Pedro prometeu que construiria uma casa para o seu filho, mas, por algum motivo não pode fazê-lo. Para cumprir a promessa que o amigo tinha feito, *o João construiu uma casa pro Pedro (dar para o filho dele)*.

A semântica veiculada pelo contexto (b) é essencialmente a de Aplicativo Alto, que já destacamos ser uma semântica desencadeada pela presença da preposição *para* através de outros dados. A questão agora é entender que interpretação é essa desvelada pelo contexto (a).

A impossibilidade de alternância da preposição, ou melhor, a impossibilidade de seleção da preposição *a*, aliada à agramaticalidade da ordem VNPNP, leva-nos à hipotetizar que estamos diante de tipos de verbos diferentes. Para investigar essas questões vamos nos aprofundar no estudo do licenciamento dos elementos preposicionados.

3.6.1.1 O LICENCIAMENTO DO OBJETO INDIRETO

Descritivamente falando, uma sentença bitransitiva é aquela em que um dos argumentos internos é possivelmente introduzido pela preposição *a*. Diante disso, passamos agora à investigação do licenciamento do chamado objeto indireto. Assim, a questão a que queremos chegar é: depois de categorizada sintaticamente por um *v_{DO}*, como será feito o licenciamento do argumento preposicionado?

A primeira hipótese que queremos levantar é a de que o objeto indireto pode ser retirado da estrutura argumental básica do verbo, tal como foi proposto para o licenciamento do argumento externo em Kratzer (1996). Tal hipótese se justifica porque os papéis semânticos possíveis para o objeto indireto, bem como os papéis semânticos possíveis para o argumento externo, são consideravelmente mais restritos do que as inúmeras interpretações que o objeto direto pode receber. Basta que nos lembremos da grande quantidade de interpretações que o termo “tema”, utilizado em grande parte para designar o argumento interno dos verbos, pode receber.

Uma grande parte das teorias em estrutura argumental vem assumindo assimetrias entre o Agente e o Tema na composição da semântica e da sintaxe sentencial (Williams 1981, Levin & Rappaport 1986). Dessa mesma forma, a proposta de Kratzer (1996) é a de que tais assimetrias entre o argumento externo e o argumento interno de

fato existem e poderão ser explicadas pelos modos de associação dos elementos em questão ao predicado verbal: o argumento externo, ao contrário do interno, não é um argumento do verbo e deverá ser inserido na estrutura sintática através de um núcleo que a autora denomina *Voice*.

Nesse sentido, o significado do argumento interno dependeria mais do conteúdo semântico da raiz que da estrutura propriamente dita. Uma vez que existe um número infinito de raízes tem-se a consequência de que a interpretação do argumento interno é consideravelmente variada e idiossincrática. O significado do argumento externo, por sua vez, dependeria mais da estrutura de que ele faz parte do que da raiz verbal que está em jogo. Vejamos abaixo as características do núcleo introdutor de argumento externo:

- (a) É um núcleo funcional;
- (b) É defectivo, aparecendo em algumas construções e estando ausente em outras;
- (c) Atribui caso estrutural acusativo;

O papel semântico de *Voice* é o de relacionar o argumento externo ao evento descrito pelo verbo, através da operação *Identificação de Evento*. O argumento externo é gerado como especificador de *Voice* e sua interpretação vai depender dos diferentes tipos de eventos construídos dentro da frase verbal. Isto é, os diferentes significados que se obtêm decorrem da posição estrutural em que são licenciados.

A proposta da autora está assentada na retomada da observação feita em Marantz (1984). Esse autor foi um dos primeiros a argumentar que as assimetrias interpretativas entre sujeitos e objetos requerem que esses elementos sejam tratados fundamentalmente a partir de diferentes relações entre eles e o verbo. A argumentação de Marantz (1984), retomada em Kratzer (1996), é a de que há consideráveis exemplos em que um tipo particular de argumento interno dispara uma interpretação particular do verbo e há

poucos exemplos (se é que existe algum) em que o argumento externo faz o mesmo. Os exemplos relevantes vêm de dados do inglês:

(143) O OBJETO DISPARA UMA INTERPRETAÇÃO ESPECIAL DO VERBO

(A) Com verbo *to throw*:

- a. throw a baseball.
- b. throw support behind a candidate.
- c. throw a boxing match.
- d. throw a party.
- e. throw a fit.

(B) Com o verbo *to take*

- a. take a book from the shelf.
- b. take a bus to new York.
- c. take an aspirin.
- d. take a letter in shorthand.

(C) Com o verbo *to kill*

- a. kill a cockroach.
- b. kill a conversation.
- c. kill an evening watching TV.
- d. kill a bottle (i.e., esvaziar a garrafa)
- e. kill an audience.

(Marantz, 1984 – *apud* Kratzer, 1996 – pg. 113/114)

Diante disso, será necessário verificar se um complemento preposicionado de predicado verbal bitransitivo é capaz de disparar uma interpretação particular desse mesmo verbo, como faz o complemento não preposicionado. Se isso for possível, o paralelo entre o argumento externo e o complemento preposicionado que tentávamos estabelecer não se sustentará. E, olhando para algumas expressões idiomáticas do PB a resposta parece ser que sim, o complemento preposicionado é capaz de disparar interpretações particulares para um mesmo verbo.

(144) O OBJETO INDIRETO DISPARA UMA INTERPRETAÇÃO PARTICULAR DO VERBO

- a. Entregar pra Deus.

- b. Mandar/ enviar pro espaço.
- c. Chamar pra briga.
- d. Dar no João.
- e. Colocar na berlinda.

Nas sentenças acima, a interpretação idiomática está sendo guiada pelo próprio PP. Assim, a posição de argumento interno não preposicionado pode ser preenchida por variados elementos e o sentido da expressão idiomática permanece intacto.

- (145) a. Mandar o chefe pro espaço.
b. Mandar a pesquisa pro espaço.
c. Mandar a tristeza pro espaço.
d. Mandar o problema pro espaço.

Esse elemento preposicionado não pode, portanto, ser encarado como um elemento adicionado à estrutura, como *Voice* faz na introdução do argumento externo. O que queremos dizer, é que o licenciamento do objeto indireto não pode se dar nos moldes do licenciamento do argumento externo, porque de alguma forma também o complemento preposicionado é capaz de disparar interpretações particular para o verbo. Assim, seja qual for o licenciamento a ser proposto para os complementos de um verbo bitransitivo, este mecanismo precisa ser diferente do mecanismo de adição do sujeito.

3.6.2 O TEMA

O que temos até aqui, então, é que o licenciamento do chamado objeto direto e do complemento verbal preposicionado, qualquer que seja a proposta a ser feita, precisa ser diferente do licenciamento do argumento externo, uma vez que ambos os complementos, mas não o argumento externo, são capazes de disparar uma interpretação particular do predicado verbal.

A questão que se coloca agora diz respeito ao licenciamento dos dois complementos de um verbo bitransitivo: será que o licenciamento deles é semelhante? Será que as relações que ambos possuem com o predicado verbal são as mesmas?

A nossa proposta, é que o licenciamento dos dois complementos verbais em questão também precisa ser diferente um do outro. A hipótese de base é a de que a relação entre a raiz verbal e o objeto direto é mais próxima e mais forte do que a relação entre essa mesma raiz e o objeto indireto. A argumentação que trazemos diz respeito a fatores semânticos, que parecem indicar que os traços que compõem o objeto direto restringem, de certa maneira, a possibilidade de elementos que podem ocupar a posição do objeto indireto.

(146) O COMPOSTO [VERBO+OBJETO DIRETO] PODE IMPOR RESTRIÇÕES SEMÂNTICAS AO OBJETO INDIRETO

- a.** Dar ração ao cachorro.
- b.** ?Dar ração ao Pedro.
- c.** Dar a mão ao Pedro.
- d.** ?Dar a mão à pedra.

É preciso ressaltar, no entanto, que estamos diante de restrições puramente semânticas e não sintáticas, pois de um ponto de vista estritamente sintático, todas as sentenças em (146) são igualmente bem formadas. Assim, a nossa hipótese é a de que o licenciamento do objeto indireto seja diferente do licenciamento do objeto direto. No entanto, essa diferença deve ser consideravelmente mais sutil do que a diferença existente entre o licenciamento desses dois complementos em questão e o licenciamento do argumento externo propriamente dito.

Além disso, é crucial que se tenha em mente que os dois argumentos que compõem um contexto bitransitivo estabelecem uma relação semântica entre si. Nesse sentido, sintaticamente, proporemos que ambos os argumentos internos de um verbo

bitransitivo serão inseridos na estrutura sintática através de um núcleo funcional Aplicativo responsável pelo licenciamento de ambos: o objeto direto na posição de especificador e o objeto indireto na posição de complemento. Ambos os argumentos de um contexto bitransitivo não são, então, argumento do verbo²⁰. Eles são argumentos do núcleo complexo formado pela junção entre a raiz e o categorizador e licenciados por uma projeção funcional.

3.6.3 O BENEFICIÁRIO É ADJUNTO

Trataremos agora, mais especificamente, da semântica de beneficiário do evento, ou seja, a de Aplicativo Alto, que mostramos ser uma possibilidade de interpretação semântica sempre que a preposição *para* estiver presente, no que diz respeito ao conjunto de dados analisados nesta dissertação. Voltemos aos dados de base da pesquisa:

- (147) a. O João entregou o presente ao Pedro.
b. O João entregou o presente para o Pedro. → AMBIGUIDADE

Atentando especificamente para a interpretação de ‘para o Pedro’ como beneficiário do evento, algumas considerações precisam ser feitas. O beneficiário do evento pode ser adicionado a qualquer tipo de verbo. As restrições existentes entre o predicado verbal e esse elemento devem ser consideravelmente diferentes daquelas que se estabelecem entre núcleos e seus argumentos: o beneficiário pode aparecer com qualquer tipo de verbo.

- (148) a. O João comeu a comida pra Maria.

²⁰ Para um posicionamento diferente cf. Moretti, F. B. L. (2010).

- b. O João correu pra Maria.
- c. O João caiu pra Maria.

Em todos os casos acima, ‘Maria’ pode ser vista como uma entidade que se beneficia do evento.

Outro ponto interessante é que o beneficiário parece ser a última interpretação a ser computada semanticamente. Em alguns casos, a interpretação dele só se torna disponível se houver outro elemento saliente no contexto ou compartilhado pelos falantes, que seja interpretado como alvo, por exemplo:

- (149) a. O João doou o livro para o Pedro.
 b. O João entregou o livro para o Pedro.

Nas sentenças acima, só se tem a interpretação do PP como um beneficiário, se um alvo da doação, em (149a), ou da entrega, em (149b) for interpretado antes. Caso contrário, a interpretação *default* do próprio PP será a de alvo.

É interessante reparar também, que, na presença de dois sintagmas preposicionais encabeçados pela preposição *para*, em entonação normal, somente o último dos elementos preposicionados será interpretado como beneficiário. Tais sentenças são, portanto, agramaticais se o primeiro dos PPs for interpretado como beneficiário, como mostram os dados abaixo, recuperados do capítulo1:

- (150) a. A Maria entregou o livro [pro estudante]_{alvo} [pro Pedro]_{beneficiário}.
 b. *A Maria entregou o livro [pro Pedro]_{beneficiário} [pro estudante]_{alvo}.

O beneficiário não pode, portanto, ocupar a posição entre o tema e o alvo, o que descreve a agramaticalidade de sentenças tais como (150b).

São também centrais para a hipótese de que o beneficiário do evento é um adjunto, as conclusões trazidas pelos testes de constituintes realizados nas subseções acima, a saber, de topicalização, clivagem e fragmento de sentença. Em todos eles, o beneficiário parece não formar um constituinte sintático com o objeto direto, ou seja, a sua interpretação só é possível se o objeto direto e ele mesmo são interpretados como dois constituintes sintáticos separados.

Outro argumento que sustenta a nossa hipótese é trazido pelos dados do PBM. Neles, quando um elemento é interpretado como beneficiário, a preposição precisa necessariamente estar presente. Assim, faz sentido que, com um elemento não-argumental, a preposição tenha um papel mais decisivo no licenciamento deste e na gramaticalidade da sentença.

Por fim, é interessante notar que quando inserimos juntamente com o elemento interpretado como beneficiário, alguns outros constituintes sentenciais que são claramente adjuntos, não parece haver qualquer prejuízo semântico causado pela ordenação entre o beneficiário e esses elementos.

- (151) a. O João correu pra Maria ontem à tarde, depois do pôr-do-sol na raia da USP.
b. O João correu ontem à tarde pra Maria depois do pôr-do-sol na raia da USP.
c. O João correu ontem à tarde, depois do pôr-do-sol pra Maria na raia da USP.
d. O João correu ontem à tarde, depois do pôr-do-sol na raia da USP pra Maria.

Ainda será preciso, no entanto, investigar a ambiguidade que acompanha a inserção da preposição *para*, mesmo em contextos de predicados verbais que não aceitam a preposição *a* e que, conseqüentemente não permitem a ordem VNPNP nos dados do PBM. Um dado relevante e os contextos que evidenciam as suas possíveis leituras semânticas podem ser vistas baixo:

(152) a. O João construiu a casa para o Pedro.

Contexto (a): O João construiu a casa para o Pedro morar nela.

Contexto (b): O Pedro prometeu que construiria a casa para alguém – que não está explícito no contexto – e o João o fez no lugar no Pedro.

A interpretação em (b) é claramente a semântica do Aplicativo Alto, tal como proposto em Pylkkänen (2002), ou seja, temos aí um beneficiário do evento, que não estabelece relação alguma com o elemento interpretado como tema. Já a interpretação em (a), apesar da aparente semelhança com a interpretação veiculada por uma hipotética presença da preposição *a*, nós sugerimos que estamos diante de uma situação diferente. O que propomos é que no contexto (a) nós temos também um beneficiário, mas não um beneficiário do evento e sim um beneficiário do resultado do evento, ou seja, da “casa construída”.

Tudo o que vem, então, sendo tratado como beneficiário – seja ele do evento como um todo, seja ele do resultado do evento – propomos ser, na verdade, um adjunto ora do evento, ora do elemento interpretado como tema, dependendo da interpretação explicitada nos contextos (152a) ou (152b), respectivamente. Os argumentos que sustentam tal hipótese estão resumidos abaixo:

I. O beneficiário do evento pode ser adicionado a qualquer tipo de verbo. Assim, não parece haver restrições estabelecidas entre o predicado verbal e esse elemento.

(153) a. O João comeu a comida pra Maria.

b. O João correu pra Maria.

c. O João caiu pra Maria.

Em todos os casos acima, *a Maria* pode ser vista como uma entidade que se beneficia do evento.

II. O beneficiário parece ser a última interpretação a ser computada semanticamente.

Em alguns casos, a interpretação dele só se torna disponível se houver outro elemento saliente no contexto ou compartilhado pelos falantes, que seja interpretado como alvo, por exemplo.

III. Na presença de dois sintagmas preposicionais encabeçados pela preposição *para*, em entonação normal, somente o último dos elementos preposicionados será interpretado como beneficiário. Tais sentenças são, portanto, agramaticais se o primeiro dos PPs for interpretado como beneficiário.

IV. Nos testes de constituintes feitos nas subseções acima, a saber, de topicalização, clivagem e fragmento de sentença, o beneficiário parece não formar um constituinte sintático com o objeto direto, ou seja, a sua interpretação só é possível se o objeto direto e ele mesmo são interpretados como dois constituintes sintáticos separados;

V. Nos dados do PBM, quando um elemento é interpretado como beneficiário, a preposição precisa necessariamente estar presente. Assim, faz sentido que com um elemento não-argumental a preposição tenha um papel mais decisivo no licenciamento deste e na gramaticalidade da sentença;

VI. Quando inserimos juntamente com o elemento interpretado como beneficiário, alguns outros constituintes sentenciais que são claramente adjuntos, não parece haver qualquer prejuízo semântico causado pela ordenação entre o beneficiário e esses elementos.

- (154)
- a. O João correu pra Maria ontem à tarde, depois do pôr-do-sol na raia da USP.
 - b. O João correu ontem à tarde pra Maria depois do pôr-do-sol na raia da USP.
 - c. O João correu ontem à tarde, depois do pôr-do-sol pra Maria na raia da USP.
 - d. O João correu ontem à tarde, depois do pôr-do-sol na raia da USP pra Maria.

Diante dos argumentos elencados nesta seção, podemos dizer que não há necessidade de um núcleo funcional especializado que licencie a introdução desse beneficiário. A nossa proposta é a de que o núcleo Aplicativo Alto, tal como proposto em Pylkkänen (2002) não existe no PB, e que os elementos licenciados por tal núcleo em outras línguas, são, em PB, nada mais do que adjuntos. Enfim, tratar o beneficiário como um elemento aplicado no PB deixaria escapar a distinção entre o que é um argumento aplicado e o que é um adjunto.

3.6.4 AFINAL EXISTEM APLICATIVOS NO PB?

A proposta de núcleos funcionais Aplicativos como introdutores de argumentos adicionais na estrutura argumental do predicado verbal, tal como implementada em Pylkkänen (2002), está consideravelmente atrelada ao fenômeno conhecido como alternância dativa. Assim, para os dados do inglês, por exemplo, a autora prevê a presença do Aplicativo introduzindo o argumento interpretado como alvo na variante de objeto duplo da alternância dativa. É nesse mesmo sentido que a proposta de núcleos Aplicativos vem sendo revisitada e reformulada por outros autores, tais como Cuervo (2003) e Torres-Morais (2007). Na proposta de ambas as autoras, é crucial que se inclua a língua que está em análise – o espanhol e o PE, respectivamente – no conjunto das línguas que manifestam a alternância dativa. Para Cuervo (2003), a variante de objeto duplo do inglês corresponde às sentenças que, em espanhol, apresentam o redobro do clítico. Para os dados do PE, por outro lado, Torres-Morais (2007) propõe que as características semânticas e sintáticas da variante de objeto duplo serão encontradas em sentenças em que um dos argumentos verbais pode ser substituído pelo clítico dativo de terceira pessoa *lhe*.

A nossa proposta, nesta dissertação, é a de que o PB não apresenta construções de objeto duplo. Tal hipótese é sustentada por dois fatores: (i) as assimetrias detectadas entre as variantes da alternância dativa trazem resultados nada conclusivos no que diz respeito tanto aos dados do PB, quanto aos dados do PBM e (ii) em Scher (1996) há uma considerável sequência de argumentos distanciando as sentenças especificamente do PBM das construções de objeto duplo do inglês.

No entanto, como destacamos ao longo desta dissertação, as preposições *a* e *para* interagem de maneira bastante interessante com as semânticas veiculadas pelos aplicativos altos e baixos, da maneira como foram propostos por Pylkkänen (2002). É importante ter em mente que isso não significa que tais núcleos estejam presentes na estrutura sentencial do PB. Assim, quanto ao beneficiário, por exemplo, já argumentamos que este é veiculado através do processo de adjunção, ora ao evento, ora ao próprio NP complemento. Resta-nos, assim, verificar a viabilidade do Aplicativo Baixo.

Fundamentalmente para os dados do PB(M), bem como para a variante preposicionada da alternância dativa será necessário propor uma estrutura em que:

- (i) O licenciamento do elemento preposicionado seja diferente do licenciamento do argumento externo, que é feito através de um núcleo *Voice* (Kratzer, 1996);
- (ii) O licenciamento dos complementos bitransitivos precisa ser parecido o bastante para dar conta do fato de que ambos podem disparar uma interpretação especial do predicado verbal;

- (iii) O licenciamento dos complementos bitransitivos precisa ser diferente o suficiente para dar conta das restrições semânticas que são impostas ao objeto indireto pelo conjunto formado pelo verbo+complemento direto;
- (iv) A sintaxe que licencia os complementos bitransitivos precisa refletir a relação semântica estabelecida entre eles.

Com a presença do v_{DO} categorizando a raiz que participará de uma estrutura bitransitiva, será necessário abrir as posições sintáticas que licenciarão dos dois argumentos internos de um contexto bitransitivo. Será necessário, ainda que estas posições estejam semanticamente relacionadas, tais como estão os argumentos que nela serão licenciados. Já vimos que a postulação de um novo tipo de v no inventário da Gramática não parece justificável em termos teóricos. Da mesma maneira, a junção de dois categorizadores, criaria uma estrutura bieventiva que as sentenças bitransitivas não parecem veicular.

A nossa proposta, nesse sentido, é que uma projeção funcional seja responsável pelo licenciamento dos argumentos internos de uma sentença bitransitiva. É interessante observar que a preposição, tanto nas sentenças do PB, quanto na variante preposicionada da alternância dativa no inglês, faz justamente a relação semântica entre os dois argumentos internos em questão. Assim, propomos que a própria preposição seja a realização do núcleo funcional licenciador da bitransitividade e que, por força do quadro teórico que estamos discutindo neste trabalho, diremos ser um núcleo funcional do tipo Aplicativo Baixo. A projeção de Aplicativa seria licenciada na posição especificador do v_{DO} , ou seja, do categorizador. Este licenciamento está de acordo com Borer (1994), que propôs que os argumentos são interpretados semanticamente no especificador de projeções aspectuais.

Quanto à ordem dos constituintes sintáticos, a nossa hipótese é a de que a realização do núcleo funcional obrigue a ordem de argumentos a ser VNPPP, assim como ocorre nas construções de preposicionadas do inglês. Como explicar, então, a possibilidade de alternância de ordem entre os complementos verbais nos dados do PB? No capítulo 4, levantamos a hipótese que tal ordem será resultado de aspectos informacionais, ou seja, o elemento colocado entre o verbo e o objeto direto, quando a ordem é VPPNP nos dados do PB, é interpretado como um tópico discursivo.

Depois das subseções acima, temos condições de responder à pergunta lançada no início desta seção: quem é argumento de quem? Ambos os complementos de um contexto bitransitivo são argumentos do complexo formado pelo *merge* da raiz com um categorizador. Esse conjunto seleciona uma projeção funcional do tipo Aplicativo Baixo capaz de licenciar sintaticamente ambos os complementos bitransitivos e de estabelecer a relação semântica apropriada entre eles. A projeção de Aplicativo seria licenciada, por sua vez, no especificador do categorizador, o v_{DO} .

No que diz respeito, mais especificamente, aos dados do PBM, propriamente ditos, o que vimos até aqui é que eles estão sujeito basicamente às mesmas restrições a que estão sujeitos os dados do PB como um todo. Nesse sentido, dados do PB e dados do PBM respondem basicamente da mesma maneira aos testes relacionados às assimetrias das variantes da alternância dativa. Do mesmo modo, dados do PB e do PBM trouxeram as mesmas conclusões quando submetidos aos testes de formação de constituintes. Ainda é importante ressaltar que as sentenças do PBM veiculam a mesma semântica que os dados do PB veiculam quando construídos com a preposição *a*, ou seja, o de Aplicativo Baixo.

Diante de todos esses fatores, a nossa hipótese é a de que, essencialmente, não há diferenças entre as estruturas das sentenças do PBM e a estrutura das sentenças

bitransitivas do PB. Assim, a ausência da preposição não pode ser vista como um fenômeno de ordem sintática. Uma possibilidade de análise para essas sentenças pode ser bem construída se adotarmos o quadro separacionista da Morfologia Distribuída (Halle & Marantz 1993), doravante MD, que será brevemente apresentado na próxima seção.

3.7 A AUSÊNCIA DA PREPOSIÇÃO NO PBM E O MODELO DA MORFOLOGIA DISTRIBUÍDA

A Morfologia Distribuída é uma teoria da arquitetura da gramática proposta por Halle & Marantz (1993). Essa abordagem postula a existência de *uma só máquina gerativa*, que estabelece correspondências entre som e significado. Nesse modelo, a sintaxe é o sistema congregante de palavras e sintagmas, os quais são submetidos a três outros módulos independentes, a semântica, a morfologia e a fonologia. A sintaxe é um componente gerador de estruturas pela combinação, sob nós terminais, de feixes de traços sintáticos e semânticos selecionados pelas línguas particulares a partir de um inventário disponibilizado pela Gramática Universal. Assim, essas combinações de traços estão sujeitas a princípios e operações da sintaxe, as quais são subsequentemente trabalhadas nos componentes morfológico e fonológico. Algumas propriedades dos Itens de Vocabulário distinguem a teoria da Morfologia Distribuída de outras abordagens.

Para explorar a omissão da preposição no PBM nos apoiaremos nas noções de Inserção Tardia e Subespecificação. A *Inserção Tardia* diz respeito à hipótese de as categorias sintáticas serem puramente abstratas, desprovidas de conteúdo fonológico. Somente após a sintaxe tornam-se, por inserção de item de vocabulário, expressões

fonológicas. Nesse mesmo sentido, *Subespecificação* é a propriedade segundo a qual os itens de vocabulário não necessitam ser plenamente especificados para as posições sintáticas em que podem ser inseridos. Em outros termos, os itens de vocabulário são, em muitos casos, sinais *default* inseridos onde nenhuma forma mais específica está disponível.

Diante do paralelismo estabelecido até aqui entre as sentenças que contém a preposição e as sentenças em que a preposição não está presente, apostamos, neste trabalho, em uma estrutura sintática única tanto para as sentenças bitransitivas do PB, quanto para sua variante mineira revisitada aqui.

Assim, propomos que o que possibilita a ausência da preposição deve ser algo que ocorre após a sintaxe. Nossa proposta é a de que, apesar de a sintaxe produzir uma derivação em que as marcas formais da preposição estão presentes, há uma operação morfológica, pós-sintática responsável pela possibilidade da preposição não aparecer fonologicamente na sentença. A derivação sintática gera, portanto, nós terminais em que as marcas da preposição estão presentes. No entanto, o elemento que ocupa tal nó terminal na variante do PBM, devido a uma operação morfológica, pode não estar especificado para o traço preposicional. Isto é possível, uma vez que, de acordo com a Morfologia Distribuída, os itens lexicais não precisam estar completamente especificados para preencher determinado nó sintático, ou seja, pode haver traços no nó terminal que não estejam presentes no item lexical. É exatamente o que propomos acontecer nos dados do PBM em que a preposição não está presente. Ressaltamos, no entanto, a necessidade de aprofundar essa proposta, buscando verificar que operação morfológica estaria em questão, bem como a viabilidade da proposta.

3.8 A PROPOSTA SINTÁTICA

Vejamos agora as estruturas sintáticas que representam as hipóteses e propostas feitas nas seções acima. Assim, para uma sentença como (155), em que o PP *ao/para o João* tem leitura de alvo de transferência de posse, a representação é a que segue:

Na estrutura acima, a projeção funcional Aplicativa está presente, licenciando em seu especificador e em seu complemento, respectivamente, o objeto direto e o indireto. O núcleo dessa projeção é a própria preposição, que estabelece a relação semântica adequada entre os complementos presentes em um contexto bitransitivo. Tal contexto é estruturalmente construído justamente pela presença de uma projeção de Aplicativo no especificador de um *vDO*. O predicado formado pela raiz e o seu categorizador seleciona, não os argumentos propriamente ditos, mas a projeção de Aplicativo responsável por fazer o licenciamento sintático e estabelecer a relação semântica entre esses argumentos. Interessante ressaltar que a posição de especificador de projeções aspectuais é, para Borer (1994), o lugar apropriado para o licenciamento de

argumentos. Assim, faz sentido propor que a projeção de Aplicativo ocupe justamente o especificador de v_{DO} .

Em (156) abaixo, trazemos a estruturação sintática de uma sentença em que dois sintagmas preposicionais presentes. Um deles, o encabeçado pela preposição *a*, introduz um argumento verbal verdadeiro. O outro, encabeçado pela preposição, um beneficiário do evento.

(156) A Maria entregou o livro ao Pedro para o João

Como complemento da projeção de Aplicativo, temos, na estrutura sintática, o DP ‘o Pedro’, interpretado como alvo da entrega do trabalho. Por sua vez, o DP o João, estabelece relação com o evento como um todo, mas não com o argumento tema. Essa leitura de beneficiário do evento é justamente a semântica de Aplicativo Alto (Pylkkänen, 2002). Para representar esta relação apostamos, no entanto, em uma estrutura de adjunção. Ressaltamos que, nos limites desta dissertação, não estamos colocando em discussão qual seria a melhor maneira de representar sintaticamente um adjunto. Assim, adotamos uma posição bastante tradicional para a adjunção, colocando o adjunto como irmão da projeção máxima a que ele se anexa.

Já para uma sentença como em (157) abaixo, a nossa hipótese é a de que não estamos diante de um contexto verdadeiramente bitransitivo, e, portanto, a projeção Aplicativa não estará presente.

(157) A empresa construiu a casa para o João.

Semântica:
Beneficiário do evento

Na estrutura acima, a semântica de beneficiário do evento é veiculada por adjunção do PP ao evento formado pela junção entre a raiz e o categorizador. Conforme argumentamos na seção acima, a introdução de uma projeção de Aplicativo Alto na estrutura não preservaria os limites entre o que seria um argumento Aplicado e um adjunto. É bastante interessante notar o fato de que o mesmo categorizador pode estar presente tanto em sentenças transitivas, como em sentenças bitransitivas. A diferença fica por conta do elemento que será licenciado no especificador da projeção deste categorizador. Não é, portanto, o *vDO* que estruturalmente caracteriza a bitransitividade e sim a relação estabelecida entre esse categorizador e a projeção de Aplicativo.

Como reforçamos anteriormente, a presença da preposição *para* gera sentenças ambíguas, mesmo quando a alternância entre ela e a preposição *a* não é possível de acontecer. Uma das semânticas possíveis, como vimos acima é a de beneficiário do

evento, ou ainda, a de Aplicativo Alto, licenciada através de adjunção a *vP*. A outra semântica em questão é novamente a de beneficiário, mas não do evento e sim do argumento interpretado como tema. Vejamos abaixo a representação estrutural de tal interpretação:

(158) A empresa construiu a casa para o João. →

Leitura:
Beneficiário do tema

Na estrutura acima, propomos uma posição de adjunção a *NP* para o estabelecimento da relação semântica relevante entre esse elemento e o *PP*. Novamente ressaltamos a ausência da projeção de Aplicativo, uma vez que o contexto sintático formado não é bitransitivo.

3.9 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Nesse capítulo, construímos uma definição de bitransitividade que é composta por duas frentes: uma descritiva e uma estrutural. Na abordagem descritiva, definimos a bitransitividade em termos da possibilidade da presença da preposição *a* na introdução do chamado objeto indireto. Essa hipótese é sustentada por alguns argumentos:

(a) os dativos argumentais propostos em Pujalte (2009) são compostos por verbos que, no PB, aceitam a preposição *a*;

(b) Como apontado em Scher (1996), o PBM só permite a omissão da preposição com predicados verbais que possivelmente selecionam a preposição *a*

(c) a preposição *a* não veicula a semântica de beneficiário que, conforme argumentamos, não é argumental.

Na abordagem estrutural, por sua vez, definimos a bitransitividade em termos presença de um núcleo funcional Aplicativo fazendo a relação semântica e sintática entre os complementos de uma sentença bitransitiva e os demais elementos que a compõem. Os argumentos que sustentam tal hipótese são:

(a) O licenciamento do elemento preposicionado precisa ser diferente do licenciamento do argumento externo, que é feito através de um núcleo *Voice* (Kratzer, 1996);

(b) O licenciamento dos complementos bitransitivos precisa ser parecido o bastante para dar conta do fato de que ambos podem disparar uma interpretação especial do predicado verbal;

(c) O licenciamento dos complementos bitransitivos precisa ser diferente o suficiente para dar conta das restrições semânticas que são impostas ao objeto indireto pelo conjunto formado pelo verbo+complemento direto;

(d) A projeção de Aplicativo licencia apropriadamente a relação semântica que existe entre os complementos bitransitivos.

CAPÍTULO 4- ASPECTOS INFORMACIONAIS: RESGATANDO A ORDEM VPPNP

Neste capítulo vamos tratar, mais de perto, da possibilidade de alternância entre os complementos de uma sentença bitransitiva, apostando, basicamente, que a ordem VPPNP será licenciada por aspectos informacionais: o PP colocado entre o verbo e o NP será analisado, juntamente com Scher (1996), como um Tópico.

Para tanto, o percurso teórico a ser desenvolvido aqui engloba, além da proposta de Scher (1996), os avanços do modelo cartográfico. Mais especificamente, o nosso apoio estará na proposta de que, tanto o CP quanto o IP, são áreas consideravelmente ricas e articuladas. Nesse sentido, Rizzi (1997) e Belletti (2002) encontrarão nessas áreas, respectivamente, posições nucleares de Tópico e Foco para as quais os elementos que serão assim interpretados precisam se mover.

4.1 SCHER (1996): O TÓPICO EM ADJUNÇÃO

O trabalho de Scher (1996) é uma análise contrastiva entre as sentenças bitransitivas do PBM, em que há a possibilidade de ausência da preposição que introduz o objeto indireto, e as sentenças de objeto duplo do inglês, em que essa mesma preposição não pode estar presente. O ponto de partida de Scher (1996) é a hipótese de que a ordem VNPNP tanto no PBM, em dados como *O João deu o pai o livro*, quanto em inglês, em dados como *John gave dad the book*, poderiam representar um mesmo fenômeno ocorrendo nas duas línguas em questão.

Para tanto, análises já propostas para as construções de objeto duplo e largamente utilizadas para explicar a estrutura sintática desse tipo de sentença do inglês em que o objeto indireto não precisa de uma preposição para ser introduzido na

estrutura, deveriam ser adequadas também para o PBM. Mas, os dados do PB(M) não confirmaram a hipótese, revelando diferenças significativas entre os processos que resultam na mesma ordem de constituintes em uma língua e outra, o que levou a autora a concluir que o PB, como um todo, não é um língua que possua construções com objeto duplo. No entanto, houve um ponto de contato bastante interessante na comparação entre os dados do PB e do inglês: o caráter de tópico do elemento colocado entre o verbo e objeto direto quando a ordem é VNPNP para o inglês e VNPNP ou VNPPP para o PB e para o PBM respectivamente, ou seja, embora distintos, os processos sintáticos envolvidos nas duas línguas têm uma origem comum.

Por ser o elemento representativo do tópico discursivo, em geral, associado a uma posição de deslocamento à esquerda (LD) na estrutura frasal do PB, a autora propõe uma representação sintática que envolve uma estrutura de adjunção a *vP* para o constituinte sintático que veicula a informação de tópico e que é representado pelo PP.

Os elementos topicalizados e focalizados não aparecem na sentença por necessidades de seleção de um núcleo e, por isso, eram tratados como adjuntos a IP ou a CP. No entanto, Rizzi (1997) e Belletti (2002) propõem, respectivamente, a explosão da periferia esquerda da sentença e da periferia do VP, encontrando nessas áreas posições nucleares de Tópico e Foco para abrigar elementos com tais propriedades discursivas.

Vejamos mais de perto tais propostas para, em seguida, contrapor as características das propostas de tópico/foco em posição de adjunção e em posições nucleares, procurando entender qual delas é mais vantajosa pra os dados do PB como um todo.

4.2 Rizzi (1997 - 2008) e Belletti (1999- 2002): A Expansão de CP e da Periferia de VP

Rizzi (1997) propõe que a área externa da sentença, ou seja, o CP é muito mais rico e articulado do que antes se assumia. A explosão do CP ocorre para acomodar certos constituintes com propriedades discursivas e de escopo e derivar sua interpretação da relação Spec-núcleo. Explodindo o núcleo C, são propostas várias posições, incluindo Força - *Force* - e Finitude - *Fin(itness)*. Nessa estrutura, a categoria ForceP é responsável pelo tipo de sentença (interrogativa, declarativa, etc) e pela relação desta com a estrutura superior, enquanto o papel estrutural de FinP é conectar o domínio CP com o IP, bem como codificar as informações que expressam a finitude da sentença. Na proposta de Rizzi (1997) essas duas categorias funcionais aparecem na estrutura por necessidades de seleção de um determinando núcleo. Entre Force e Fin, várias outras posições internas ao CP são identificadas: há crucialmente um Foco que é cercado por posições de Tópico.

Os elementos topicalizados e focalizados passam, com a expansão do CP, a contar com posições de especificadores de projeções especializadas, respectivamente, para Tópico e Foco, nas quais constroem suas interpretações. Processos de focalização e topicalização são analisados, nessa perspectiva, como movimento de um sintagma para as posições respectivas na periferia esquerda da sentença, evidenciando relações estreitas entre a sintaxe e a interface interpretativa (LF), bem como entre a sintaxe e a interface fonológica (PF), no que diz respeito às diferentes entonações que tais sentenças podem receber. Vejamos, abaixo, a proposta de Rizzi (1997):

(159) RIZZI (1997): A ESTRUTURA DO CP

Nessa mesma linha de raciocínio, Belletti (2002), analisando sentenças com a ordem verbo-sujeito (VS) do italiano, propõe que a periferia do VP apresenta uma significante semelhança com a periferia, acima descrita, do CP, ou seja, crucialmente um foco (interno) cercado por posições de tópico, que, uma vez preenchidas, também desencadeiam as respectivas interpretações e entonações. Contudo, o elemento que preenche a posição FocP interna ao IP recebe entonação especial e veicula interpretação diferente daquela associada a esta mesma posição na periferia esquerda da sentença. Na periferia esquerda de VP, o constituinte focalizado, por exemplo, recebe o acento nuclear por estar mais encaixado e apenas veicula a informação não pressuposta, diferentemente do que ocorre com o Foco da periferia esquerda da sentença. Assim, Belletti (2002) propõe que o sujeito pós-verbal ocupa uma posição baixa de Foco, preenchendo o especificador de FocP interno ao IP. A posição de foco da periferia esquerda da sentença fica responsável por alojar somente constituintes com

interpretação contrastiva e/ou exaustiva. Podemos ver abaixo, em (160), a proposta de Belletti (2002):

(160) A PERIFERIA DE VP: BELLETTI (2002)

Algumas vantagens da proposta de Rizzi (1997) e Belletti (2002) no que concerne aos dados do português do Brasil foram apontadas, inicialmente, no estudo de Quarezemin (2005). Vejamos a proposta dessa autora para, em seguida, contrapor mais especificamente a proposta de Tópico/Foco em adjunção e a proposta que traz esses mesmos elementos em posições internas a CP e a IP.

4.3 Quarezemin (2005): A Explosão de CP e da periferia de VP no PB

Em Quarezemin (2005), encontramos argumentos importantes para assumir que as estruturas propostas tanto em Belletti (2002), tanto quanto em Rizzi (1997), são interessantes também para o PB. Através do estudo da sintaxe da focalização, a autora adota a hipótese de que há duas áreas onde a categoria FocP é projetada no PB, uma vez que, nessa língua, encontramos constituintes focalizados deslocados e *in situ*. Para tanto, Quarezemin (2005) opta por construções em que o objeto direto é o elemento focalizado, já que, neste caso, a sentença reflete claramente se houve movimento ou não

do constituinte. Assim, a autora analisa as seguintes construções: Objeto-Sujeito-Verbo (OSV), Objeto-*que*-Sujeito-Verbo (OqueSV), Sujeito-Verbo-Objeto (SVO), clivadas e pseudoclivadas.

A respeito das construções OSV, a autora afirma que o objeto está na periferia esquerda da sentença, uma vez que recebe o acento contrastivo, estando, assim, associado aos traços [+contraste e/ou +exaustividade].

(161) [**Este Livro**] a Maria leu (não uma revista).

A sentença em (161) não responde apropriadamente a uma pergunta *O que a Maria leu?*, fornecendo mais informações do que a pergunta estaria solicitando. Adotando a hipótese de que as sentenças interrogativas servem como contexto prévio para que se identifique apenas o Foco de informação, a autora conclui que o objeto deslocado em (161) é interpretado como foco contrastivo. Quarezemim (2005) não deixa de notar que o constituinte deslocado no exemplo em (161) acima também pode ser interpretado como foco de identificação no contexto em que a sentença esgota qualquer possibilidade de que a Maria tenha lido outra coisa que não *este livro*. Nesse caso, o objeto está associado aos traços [-contraste/+exaustividade]. Na configuração sintática o objeto deslocado, seja contrastivo ou exaustivo, ocupa a posição de especificador de FocP na periferia esquerda da sentença.

As construções OqueSV diferem das construções OSV por exibirem um complementizador entre o objeto e o sujeito. Vejamos o exemplo em (162) abaixo.

(162) [**Este livro**] que a Maria leu.

No entanto, o contorno prosódico de (162) continua o mesmo da sentença (161), em que o Foco recebe a maior proeminência. Com relação à semântica, a construção com complementizador também não responde adequadamente a uma interrogativa simples do tipo *O que a Maria leu?*. Assim o objeto focalizado é associado ao valor positivo de um ou ambos os traços [contraste/exaustividade]. Como o elemento focalizado está deslocado, ele só pode ocupar a periferia esquerda da sentença. A diferença entre a derivação de (161) e (162) é que esta última apresenta um complementizador que, nesse caso, preenche o núcleo Foco do mesmo modo que ele preenche o núcleo de CP nas interrogativas –Wh. Se o objeto em (163) abaixo não for deslocado para a periferia esquerda da sentença, temos uma construção do tipo *queSVO*, que é agramatical.

(163) * Que a Maria leu este livro.

O objeto não pode ficar *in situ* porque o complementizador, que preenche o núcleo Foco, requer a presença de um operador no especificador da categoria FocP para que a relação Spec-núcleo possa se realizar. Estamos, portanto, diante de um argumento importante em favor de que a focalização ocorre na relação Spec-núcleo, mais especificamente, em FocP, contra a focalização em adjunção a IP.

Nesse mesmo sentido, quando o constituinte está deslocado, como no caso do objeto das sentenças OSV e OqueSV, ele deve ser interpretado como foco contrastivo ou de identificação. E, quando o constituinte não aparece deslocado, ele pode ser interpretado de acordo com os três tipos de foco. Dessa forma, se o objeto é focalizado em uma sentença SVO ele pode ser interpretado como foco de informação, contrastivo ou de identificação, o que indica que o foco *in situ* é ambíguo.

- (164) a. O que a Maria leu?
b. A Maria leu um livro.
c. A Maria leu uma revista.
d. Não, a Maria leu [um livro].

Em (164), o objeto expressa apenas a informação não pressuposta e recebe o acento nuclear da sentença. Por isso, é interpretado como foco de informação. Já em (164), o objeto além de veicular a informação não pressuposta, nega que o que a Maria leu foi uma revista e atribui um novo valor para o foco. Neste caso, o objeto está associado aos traços [contraste/exaustividade], sendo interpretado como foco contrastivo. A derivação de (164b) e (164d) não pode ser a mesma, pois, somente no primeiro caso temos o foco *in situ*. Assim, na estrutura da primeira delas, o objeto está na categoria de FocP interna a IP, enquanto na estrutura da segunda, ele deve estar na categoria FocP projetada no domínio CP, dado o acento contrastivo que ele recebe.

As clivadas também são analisadas pela autora, já que são sentenças designadas para focalizar. Elas destacam sintaticamente o foco e constituem-se por apresentar a cópula, o constituinte focalizado e um complementizador:

- (165) Foi [UM LIVRO] que a Maria leu.

O constituinte clivado não pode ser interpretado como foco de informação, diferentemente do foco de sentenças pseudoclivadas, como *O que a Maria leu foi um livro*. Assim, (165) não responde adequadamente a uma interrogativa simples do tipo *O que a Maria leu?*, pois fornece mais informações do que a pergunta solicita. Nas sentenças clivadas, o verbo *ser* seleciona um CP marcado com o traço [+foco] e, portanto, o Spec de CP deve ser preenchido pelo constituinte focalizado e o seu núcleo pelo complementizador *que*.

Por fim, a autora analisa as sentenças pseudoclivadas, que também destacam o foco sintaticamente. Trata-se de sentenças copulares que têm como sujeito uma relativa livre introduzida por uma expressão –Wh, e como predicado a cópula e o constituinte focalizado, como em (166):

(166) O que a Maria leu foi [um livro].

As clivadas e pseudoclivadas têm em comum a propriedade de focalizar o constituinte que aparece depois da cópula. No entanto, a estrutura das duas é diferente. A clivada tem um complementizador preenchendo o CP encaixado, enquanto a pseudoclivada apresenta uma expressão –Wh. O foco veiculado por elas também não é o mesmo, já que a pseudoclivada pode veicular o foco de informação, contrastivo e de identificação, enquanto a clivada não pode veicular um mero foco de informação.

Assim, a sentença (166) pode responder naturalmente uma pergunta como *O que a Maria leu?*, o que permite supor que o elemento focalizado é interpretado como foco de informação. Mas, essa mesma sentença pode ser empregada em um contexto de correção, como na situação discursiva em (167):

- (167) a. O que a Maria leu foi uma revista.
b. Não, o que a Maria leu foi **[um livro]**.

A derivação de (167a) e (167b) não vai ser a mesma. Na primeira sentença o objeto focalizado ocupa a posição interna ao IP, enquanto na segunda o objeto focalizado ocupa uma posição na periferia esquerda da sentença.

4.4 TÓPICO EM ADJUNÇÃO X TÓPICO EM POSIÇÃO NUCLEAR

Por não serem elementos que aparecem na sentença por necessidade de seleção do núcleo, Tópico e Foco, veiculando propriedades discursivas, eram tradicionalmente tratados como adjunto a IP ou a *vP*. No entanto, Quarezemin (2005), como já vimos acima, seguindo Rizzi (1997) e Belletti (2002), mostra que a interpretação de um elemento como Foco ou como Tópico da sentença deve se dar através da tradicional interdependência que se verifica entre especificador e núcleo e, nesse sentido, uma proposta que traz elementos discursivos em posições nucleares dentro de um CP ou de um IP expandidos atende mais prontamente a essa necessidade dos processos de focalização e topicalização, por ser uma estrutura na qual tanto Foco como Tópico passam a ter posições de especificadores nas quais constroem suas interpretações.

Nesse mesmo sentido, uma vez que os processos de Focalização e de Topicalização passam a ser entendidos como a presença do elemento que veicula tal informação no especificador das respectivas projeções, nós conseguimos uma estrutura sintática que reflete mais fortemente a relação entre a sintaxe propriamente dita e as interfaces interpretativa (LF), uma vez que a interpretação depende da posição estrutural do elemento, e fonética (PF), uma vez que aspectos como entonação e prosódia também estão bastante vinculados às propriedades informacionais de Foco e de Tópico.

Assim, tendo em mente as vantagens de uma proposta estrutural que possui um CP e um IP mais ricos e mais articulados do que a literatura anteriormente poderia supor, trazemos agora a proposta sintática de Armelin (2008) para as sentenças bitransitivas do PB como um todo, baseada, então, nos pressupostos teóricos da cartografia estrutural, tal como proposta em Rizzi (1997) e Belletti (2002).

Vejamos, na sessão abaixo, uma tentativa de estrutura sintática para os dados do PB como um todo, proposta em Armelin (2008), com base na explosão das categorias funcionais assumida pela abordagem cartográfica.

4.5 ARMELIN (2008): ESTRUTURA SINTÁTICA PARA OS DADOS DO PB

Ancorados na discussão teórica que acabamos de apresentar, trazemos, nesta seção, uma tentativa de estruturação sintática para as sentenças bitransitivas do PB e do PBM, presente em Armelin (2008). Para tanto, o ponto de partida está em duas idéias: (i) a possibilidade de inversão na ordem dos argumentos internos de verbos bitransitivos está intimamente relacionada com os aspectos informacionais veiculados em tais sentenças. Assim, em nossa proposta assumimos, assim como Scher (1996), o caráter de tópico do elemento colocado entre o verbo e o objeto direto quando a ordem é VPPNP ou VNPNP para o PB e para o PBM respectivamente; (ii) a presença ou ausência da preposição nos dados no PBM não parece estar relacionada a qualquer alteração na interpretação da sentença e, nesse sentido, propomos uma representação sintática única tanto para esse dialeto mineiro quanto para o PB.

A novidade dessa proposta está em assumir para os dados já descritos em Scher (1996) uma representação baseada na cartografia do CP e do IP, tal como proposta em Rizzi (1997) e Belletti (2002). Com a explosão da periferia da sentença e da periferia de VP, encontramos posições nucleares de Tópico e Foco que dão conta dos aspectos informacionais das sentenças bitransitivas de pares de sentenças tais como *A Maria deu para o Pedro um livro* e *a A Maria deu um livro para o Pedro*.

- (168) a. O que a Maria deu ao Pedro?
b. A Maria deu ao Pedro um livro

A derivação completa da sentença na ordem VNPPP pode ser vista no capítulo anterior, em que propomos a presença de uma projeção de Aplicativo fazendo a relação entre os dois argumentos internos de uma sentença bitransitiva. A sentença (168b) responde adequadamente à pergunta em (168a), trazendo no objeto direto as propriedades discursivas de Foco de Informação. Nessa sentença, o DP (*um livro*) ocupa a posição de foco interno, ou seja, está no especificador da projeção de Foco interna ao IP. Já o PP (*pro Pedro*), por sua vez deve ocupar a posição de especificador da projeção de tópico também interna ao IP e imediatamente acima do foco aí contido, respeitando a linearidade da sentença.

A partir de agora vamos re-analisar alguns dados do PB como um todo, atentando para a posição dos constituintes focalizados e topicalizados, buscando argumentos para refutar ou reforçar a hipótese cartográfica para as sentenças bitransitivas do PB.

- (169) a. O que aconteceu?
b. O João deu o presente pra Mana ontem.
c. [FOCO]

- (170) a. O que o João fez?
b. O João deu o presente pra Maria ontem.
c. [Tópico] [FOCO]

As letras (c) dos exemplos acima indicam a linearidade dos constituintes topicalizados ou focalizados. Em (169b) temos uma sentença inteira focalizada, devendo toda ela fazer parte do especificador da projeção de Foco interna, que aloja o Foco informacional. Se assumirmos que há um único foco na sentença, tal dado não se mostra problemático para uma estrutura cartográfica de CP e IP expandidos. Já em (170b), estamos diante de uma sequência em que um elemento topicalizado é seguido por um foco informacional, ambos, portanto, na periferia de VP. Esse dado também pode ser facilmente representado através da estrutura cartográfica tal como proposta em Rizzi (1999) e Belletti (2002).

No entanto, diante de um tipo de dado como o apresentado em (168b), a proposta cartográfica para as sentenças bitransitiva do PB se torna problemática com relação aos movimentos dos constituintes. Abaixo, repetimos o dado em questão.

- (171) Pra quem a Maria deu o livro?
A Maria deu o livro pro Pedro.

Em (171b), o DP (*o livro*) ocupa a posição de tópico e o PP (*pro Pedro*) preenche, por sua vez, a posição de Foco interno (foco de informação). No entanto, é preciso explicar como o DP *o livro* chega até a posição de Spec da Projeção de Tópico, acima da Projeção de Foco. Se ele passa pela projeção mais baixa de Tópico antes de continuar seu movimento em direção à projeção de Tópico mais alta, o elemento

topicalizado deve deixar vestígios, o que resultaria na impossibilidade de haver dois tópicos na sentença. Caso contrário, seria necessário explicar por que o movimento para [Spec, Top] não respeita o critério de localidade. Além disso, deveria haver uma motivação para esse movimento. No entanto, tal dado pode ser acomodado se assumimos que projeções informacionais, tais como Tópico e Foco, só são acionadas quando há um elemento que possa ocupá-la. Assim, (171) deixa de ser problemático já que somente o Tópico mais alto é acionado, enquanto a projeção de Tópico abaixo do núcleo foco não faz parte da estrutura que representa essa sentença.

O movimento de constituintes parece um pouco mais complicado, quando encontramos dados como em (172) abaixo:

- (172) a. O João deu um livro para a Maria ontem?
b. Não, o João deu ontem UM CD pra Maria.
c. [Tópico] [FOCO contrastivo] [Tópico]

Agora as duas posições do Tópico estão ativadas, cercando a posição de Foco na periferia esquerda da sentença, já que estamos diante de um foco contrastivo. Como explicar com a projeção de dois tópicos, o movimento do constituinte para a posição topicalizada mais alta, movimento este que agora sim estaria quebrando o critério de minimalidade ?

A relevância do critério de minimalidade pode ser entendida em Rizzi (2002), que afirma que uma descoberta fundamental da linguística moderna é que as relações estruturais “core” são locais. Uma relação local é aquela que deve ser satisfeita no menor ambiente possível: eis a Minimalidade Relativizada (RM), que pode ser vista como um princípio de economia, limitando a estrutura dentro da qual uma relação local é computada. Assim, Rizzi (2002) assume que elementos tentando entrar em uma relação local possuem “visão curta”, ou seja, eles só conseguem enxergar até a primeira barreira

potencial. No entanto, para que a RM funcione é preciso definir uma tipologia das posições estruturais que seja suficiente para capturar sua seletividade da RM. É exatamente nesse ponto que o estudo da localidade se encontra com a abordagem cartográfica na busca de mapas detalhados das representações estruturais, pois:

- Os resultados dos estudos cartográficos oferecem uma base empírica para a tipologia das posições sobre a qual o estudo da localidade é construído.
- Os efeitos da localidade seletiva fornecem evidência para diferenciar posições estruturais.

Abaixo temos uma definição da Minimalidade Relativizada, tal como proposta por Rizzi (2002):

(173) Minimalidade Relativizada:

Y está em configuração mínima (MC) com X se não há nenhum Z tal que:

- (i) Z é do mesmo tipo estrutural que X, e
- (ii) Z intervém entre X e Y

Ainda segundo Rizzi (2002), os interventores potenciais são núcleos e especificadores – núcleos são do mesmo tipo estrutural que núcleos e especificadores são do mesmo tipo estrutural que especificadores. O autor assume ainda diferenças entre especificadores A e A', já que um especificador A não afeta uma cadeia A'. No entanto, tal diferenciação não é suficiente, já que evidências empíricas mostram algumas anomalias que requerem certos refinamentos:

- (a) Nem todos os elementos movidos para especificador A estão sujeitos aos efeitos da Minimalidade Relativizada: sintagmas Wh com propriedades formais e interpretativas especiais não estão.
- (b) Nem todos os especificadores A' disparam efeitos de minimalidade em cadeias A': uma tipologia mais refinada é necessária.

Assim, Rizzi (2002) se volta para uma tipologia dos especificadores, assumindo que eles são licenciados pelo conteúdo de traços do seu núcleo. A tipologia em questão pode ser vista em (174):

- (174) a Argumental: pessoa, número, gênero, caso
- b. Quantificational: Wh, Neg , foco...
- c. Modificador: evaluativo, Neg, frequentativo, celerativo, modo...
- d. Tópico

Os efeitos de minimalidade são esperados dentro da mesma classe de traços, mas não entre as classes. Os traços argumentais (174a) são os tradicionais traços- ϕ i. Eles definem as posições relevantes para o sistema argumental, posições-A na terminologia padrão. As posições-A', por sua vez, estão divididas em três subclasses. É importante verificar que Tópicos parecem não pertencer a nenhuma das classes anteriores, por serem não-argumentais, não-quantificacionais e nem modificacionais.

Se Tópicos formam uma classe separada de outros elementos A', espera-se que não haja interação entre eles e outros elementos A'. Os dados investigados por Rizzi (2002) confirmam tal hipótese. Nesse mesmo sentido, se Tópicos formam uma classe

autônoma, espera-se que eles provoquem efeitos de minimalidade em cadeias de tópico.

A previsão, entretanto, não é confirmada.

Agora podemos voltar aos dados do PB, repetidos abaixo por comodidade:

- (175) a. O João deu um livro para a Maria ontem?
b. Não, o João deu ontem UM CD para a Maria.
c. [Tópico] [FOCO contrastivo] [Tópico]

Dada a especificidade dos traços da projeção de tópico, podemos dizer que os dados do PB confirmam a falta de efeito de minimalidade causada por tal projeção: o Tópico simplesmente está livre da seletividade do critério de minimalidade, o que permite a presença de um Tópico acima da projeção de Foco, sem que ele precise passar pela projeção mais baixa desse mesmo tipo.

Uma das possibilidades de explicação é relacionar a falta dos efeitos de minimalidade com o aspecto recursivo da projeção de tópico. Outra possibilidade de explicação do caráter especial da projeção de Tópico é pensar que as primeiras três classes da classificação em (174) são marcadas positivamente para pelo menos um dos traços [+Argm], [+Mod], [+Q], enquanto Tópicos são definidos negativamente para todos esses traços. Assim, Tópicos não são elementos nem argumentais, nem quantificacionais, nem modificacionais. Isso não significa que os Tópicos não tenham nenhuma propriedade. Eles certamente são definidos por um número de propriedades interpretativas. Se os efeitos de RM são desencadeados pela “semelhança” de tipos estruturais expressa por um traço positivo de especificação, tópicos seriam corretamente excluídos do sistema de posições que exibem os efeitos de minimalidade.

Nesse sentido, podemos dizer que uma representação cartográfica dos dados bitransitivos do PB como um todo está se mostrando vantajosa e, mais especificamente, que uma estrutura em que os aspectos informacionais de topicalização e focalização são

colocados na relação Spec-núcleo explica com mais propriedade as possibilidades de inversão da ordem dos complementos em sentenças bitransitivas do PB.

4.6 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Para dar conta da possibilidade de alternância na ordem dos complementos em sentenças bitransitivas do PB e do PBM, propomos, então, que aspectos informacionais sejam responsáveis pelo licenciamento dessas estruturas. Sugerimos, com Scher (1996), que a ordem VPPNP, no PB e, possivelmente, VNPNP, no PBM, em entonação normal, revela o caráter de Tópico do elemento colocado entre o verbo e o objeto direto e, assim, finalizamos nossa proposta apoiadas em Armelin (2008), em especial, e no quadro teórico do modelo cartográfico, nos moldes de Rizzi (1997) e Belletti (2002).

A nossa proposta, nesse sentido, é a de que, dada a presença dos traços formais da projeção Aplicativa, a ordem exigida é VNPPP, tal como acontece nas sentenças preposicionadas do inglês. Será, nesse sentido, o aspecto informacional, a saber, a movimentação de um elemento para a posição de especificador da projeção de Tópico, o responsável pelo licenciamento da ordem VPPNP nos dados do PB.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho investigou as sentenças bitransitivas do PB a partir de dois aspectos: (a) a possibilidade de alternância entre as preposições *a* e *para* na introdução do elemento indireto e (b) a possibilidade de alternância na ordem dos complementos de uma sentença bitransitiva.

Uma das questões fundamentais desta dissertação foi definir o que pode ser entendido como uma sentença bitransitiva. Para tanto chegamos a duas definições: descritivamente, são sentenças que, no PB, aceitam a preposição *a* como possível introdutora do elemento indireto e que, no PBM, permitem a omissão de preposição. Estruturalmente, são sentenças em que uma projeção funcional de Aplicativo (Pylkkänen, 2002) é selecionada para ocupar o especificador de um categorizador do tipo ν_{DO} . Assim, propomos que os argumento internos de um predicado bitransitivo são licenciados sintática e semanticamente por uma projeção funcional.

A possibilidade de alternância da preposição introdutora do elemento indireto interage de maneira bastante interessante com a estrutura de argumentos em sentenças bitransitivas: a preposição *a* parece ser a verdadeira introdutora do chamado objeto indireto em sentenças bitransitivas. Já o papel desempenhado pela preposição *para* é ambíguo entre a introdução de argumentos – quando ela substitui a preposição *a* – e a introdução de adjuntos, quando ela introduz um elemento interpretado como beneficiário.

No que diz respeito à possibilidade de alternância de ordenação dos complementos de uma sentença bitransitiva, propomos que ela é licenciada por aspectos informacionais, em especial, pelo caráter de Tópico do elemento colocado entre o verbo e o objeto direto quando a ordem é VPPNP para os dados do PB.

Por fim, quanto aos dados do dialeto do PBM, em que verificamos a possibilidade de omissão da preposição, propomos não haver diferenças sintáticas entre tais dados e os dados do PB propriamente dito, uma vez que diante de vários testes, como de formação de constituintes ou ainda de diagnósticos que identificam assimetrias entre as variantes da alternância dativa, ambos os conjuntos de dados reagiram da mesma maneira.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AOUN J. & Y. A. LI (1989) - "Scope and constituency". *Linguistic Inquiry*, 20:141-172.
- ARAD, M. (1996) "A minimalist view of the syntax-lexical semantics interface". *UCL Working Papers in Linguistics* 8.
- ARAD, M. (1999) - "On 'little v'". In: K. Arregi, B. Bruening, C. Krause & V. Lin eds. *Papers on Morphology and Syntax, Cycle One. MIT Working Papers in Linguistics*, vol.33.MITWPL, Cambridge, p. 1-25.
- ARMELIN, P.R.G. (2008) – "Sentenças Bitransitivas do Português Brasileiro Revisitadas à Luz da Cartografia Estrutural do IP". Hand out apresentado no 16º SIICUSP, São Paulo: USP.
- BOECHAT, A. M (2008) – Traços Morfossintáticos e Subespecificação Morfológica na Gramática das Formas Participiais. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- BARSS, A. & LASNIK, H. (1986) – "A Note on Anaphora and Double Object" In: H. Lasnik (ed.) *Essays on Anaphora*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 143-148.
- BARBOSA, J. W. C (2010) – Predicados complexos e o Parâmetro de Composição: um estudo translinguístico. Relatório de Qualificação de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- BASSANI, I. de S (2009) – Formação e Interpretação dos Verbos Denominais no Português do Brasil. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.
- BECK, S. & JOHNSON, K (2004) – "Double Object Again". *Linguistic Inquiry* 35: 97-123.

- BELLETTI, A (1999) – “Inversion as Focalization and Related Questions”. In: *Catalan Working Papers in Linguistics* 7:9-45.
- BELLETTI, A (2002) – “Aspects of the low IP area” - *In the structure of IP and CP. The Cartography of Syntactic Structures, vol. 2*, L. Rizzi (ed.). Oxford University Press.
- BOBALJIK (2008) - “Where’s Φ ?: Agreement as a Post-syntactic Operation”. In: Daniel Harbour, David Adger & Susana Béjar (eds.) *Phi Theory. Phi –features across Modules and Interfaces*. New York: Oxford University Press: 295-328.
- BORER, Hagit. (2005) - *Structuring Sense*. Oxford University Press.
- BRESNAN, Joan. (2007) - Is syntactic knowledge probabilistic? Experiments with the English dative alternation. In *Roots: Linguistics in search of its evidential base*, ed. by Sam Featherston and Wolfgang Sternefeld, 75–96. Berlin: Mouton de Gruyter.
- CHOMSKY, N. (1993). “A Minimalist Program for Linguistic Theory”. In Hale, K. and S. J. Keyser eds., *The View From Building 20*, Cambridge: the MIT Press.
- CHOMSKY, N. (1995). *The Minimalist Program*. Cambridge Mass: MIT Press.
- CHOMSKY, N. (1998). “Minimalist Inquiries: the Framework”. Cambridge, MA. MIT, ms., 1998.
- CHOMSKY, N. (1999). “Derivation by Phase”. Texto datilografado, MIT.
- CHOMSKY, N. (2001) “Beyond Explanatory Adequacy”. *MIT Occasional Papers in Linguistics*, vol. 20. Cambridge, MA: MITWPL, 2001.
- CINQUE & RIZZI (2008): “The Cartography of Syntactic Structures”. In: *Stil – Studies in linguistics*. Vol. 2, 2008. P. 43- 58.
- COLLINS, P. (1995) The indirect object construction in English: An informational approach. *Linguistics* 33: 35–49.
- CUERVO, C. (2003) – Datives at large. Tese de Mestrado, MIT.

- FILLMORE, C. J. (1965) - "Indirect object constructions in English and the ordering of transformations". In: *Monographs on Linguistic Analysis*, **1**. Paris: Mouton, The Hague.
- FOLLI, R. & HARLEY, H (2002). Consuming results in Italian & English: flavors of v. University of Oxford and University of Arizona.
- GRIMSHAW, J. (1989) "Getting the dative alternation". In I. Laka & A. Mahajan (eds.) *The MIT Working Papers in Linguistics*, **10**: 113-122.
- HALE, K. and Keyser, S. J. (1993) "On Argument Structure and the Lexical Expression of Syntactic Relations. In Hale, K. and S. J. Keyser eds., *The View from Building 20*, Cambridge: the MIT Press, 53-109.
- HALLE, M. & MARANTZ, A. (1993) "Distributed Morphology and the Pieces of Inflection". In *The View from Building 20*, ed. Kenneth Hale and S. Jay Keyser. MIT Press, Cambridge: p. 111-176.
- HALLE, M. (1997) "Distributed Morphology: Impoverishment and Fission". *MIT Working Papers in Linguistics*, 30, p. 425-449
- HALLE, M. & A. MARANTZ (1993). "Distributed Morphology and the Pieces of Inflection". In K. Hale and S. J. Keyser, eds., *The View from Building 20: Essays in Linguistics in Honor of Sylvain Bromberger*. Cambridge, mass. : MIT Press, 111 –176.
- HARLEY, H. (1997) "If you have, you can give". *Proceedings of WCCFL 15*, eds. Brian Agbayani & Sze-Wing Tang.
- JACKENDOFF, R. (1990a) *Semantic structures*, Cambridge, Mass: The MIT Press.
- KAYNE, R. (1984) - "Unambiguous paths". In: *Connectedness and binary branching*. Dordrecht: Foris Publications, pp. 129–164

- Kiparsky, P (1985). Some consequences of Lexical Phonology. *Phonology*, 2, pp 85-138 doi:10.1017/S0952675700000397.
- KLEIN, S. I. A (2001). A relação entre anáfora e foco: evidências do português brasileiro. Tese de Doutorado Universidade de São Paulo.
- KRATZER, A. (1996) – “Severing the External Argument from its Verb”. In: J. Rooryck & L. Zaring (eds.). *Phrase Structure and the Lexicon*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- KURODA, S. Y. (1968) - “Indirect object constructions in English and the ordering of transformations”, resenha, *Language*, 44: 374-378
- LARSON, R. (1988) – “On Double Object Construction”. In: *Linguistic Inquiry* 13, 335-392.
- LEVIN, B. (1999) - “Objecthood: An event structure perspective.” *CLS* 35, v. 1.
- LEVIN, B. & Rappaport Hovav (1986) - “The Formation of Adjectival Passives”. *Linguistic Inquiry*, 17: 4, p. 623-661.
- LIN, Jimmy (2004) - *Event Structure and the Encoding of Arguments: The Syntax of the Mandarin and English Verb Phrase*. Tese de doutorado, MIT.
- MARANTZ, A. (1984) - “On the Nature of Grammatical Relations”. Cambridge, Mass: MIT Press
- MARANTZ, A. (1991) - “Case and Licencing”. In *Proceedings of ESCOL* 9: 234–253.
- MARANTZ, A. (1993) – “Implications of Asymmetries in Double Object Constructions”. In: Sam A. Mchombo, ed., *Theoretical Aspects of Bantu Grammar I*. CSLI Publications, Stanford, CA, 113-151.
- MARANTZ, A (1997) - “No escape from syntax: don't try morphological analysis in the privacy of your own lexicon”, in A.Dimitriadis, L. Siegel et al., eds.

- University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics*, vol. 4.2, *Proceedings of the 21st Annual Penn Linguistics Colloquium*, p. 201-225.
- MARANTZ, A (2006) - “Argument Structure and Morphology: Noun Phrases that Name Events”, Hand-out, New York University.
- MIOTO, C.; SILVA, M. C. F.; LOPES, R. E. V. (2004). *Novo manual de sintaxe*. 1. ed. Florianópolis: Insular.
- MORETTI, F. B. L (2010) – Os Verbos de Transferência/Movimento no PB e a Expressão do Objeto Indireto Revisitando a Noção de Estrutura Argumental à Luz da Morfologia Distribuída. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo
- PARSONS, T. (1990) - *Events in the Semantics of English: A Study in Subatomic Semantics*. Cambridge, Mass: MIT Press.
- PESETSKY, D. (1995) - “Zero Syntax: Experiencers and Cascades”. Cambridge, Mass: MIT Press.
- PUJALTE, M.S (2008) – “Sobre las frases aplicativas y los complementos dativos en el español del Río de la Plata”. In: *XV Cuadernos de Lingüística*. Madrid, p.139-156
- PUJALTE, M. S. (2009) – Condiciones sobre la introducción de argumentos – el caso de la alternancia dativa en Español. Dissertação de Mestrado. Universidad Nacional del Comahue
- PYLKKÄNEN, L. (2002) – Introducing Arguments. Dissertação de Doutorado, Massachusetts: MIT.
- QUAREZEMIN, S. (2005) – A Focalização do Sujeito no PB. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina.
- RAMCHAND, G. (2003) - *First Phase Syntax*. Manuscrito, Oxford University.

- RIZZI, Luigi (1997) – “The fine structure of the left periphery”. In: HAEGEMAN, Liliane.(Org.) *Elements of grammar: handbook of generative syntax*. London: Kluwer Academic Publishers, p. 281-337.
- RIZZI, Luigi (1999) – “On the Position Int(errogative) on the Left Periphery of the Clause”. Disponível em: http://www.ciscl.unisi.it/doc/doc_pub/int.doc
- RIZZI, Luigi (2002) - “Locality and left periphery”. Disponível em: http://www.ciscl.unisi.it/doc/doc_pub/rizzi2002-locality&left_perifery.doc
- SCHER, A.P. (1996) - As construções com dois objetos no inglês e no português do Brasil: um estudo sintático comparativo. Dissertação de Mestrado, Campinas: Unicamp.
- TENNY, C. (1992) - The Aspectual Interface Hypothesis. In Sag and Szabolcsi (eds.) 1-27.
- TORRES MORAIS, M. A. (2001) – A Preposição *a* e a Caracterização do Objeto Indireto: Aspectos Sincrônicos e Diacrônicos. USP. São Paulo.
- TORRES-MORAIS , M. A(2007) – *Os Dativos*. Tese de Livre Docência, São Paulo: USP.
- TORRES-MORAIS, M. A. C. R.; BERLINCK, R. A. (2006) - “A caracterização do objeto indireto no português: aspectos sincrônicos e diacrônicos”. In: Tânia Lobo; Ilza Ribeiro; Zenaide Carneiro; Norma Almeida. (Org.). *Para a história do português brasileiro: novos dados, novas análises*. Salvador: EDUFBA, v. 6, pp. 73-106.
- TORRES-MORAIS, M. & H. SALLES (2007) – “Parametric change in the grammatical encoding of indirect objects in Brazilian Portuguese.” Handout apresentado em LSRL 37, University of Pittsburgh.

VENDLER, Zeno (1967) - *Linguistics in Philosophy*. Cornell University Press, Ithaca, 1967.

WILLIAMS, Edwin (1980) - "Predication". *Linguistic Inquiry* 11, p: 203-238